



PLANO PLURIANUAL 2024-2027

Revisão - Biênio 2026-2027



PLANEJAMENTO
PARTICIPATIVO
& REGIONALIZADO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

VOLUME I



GOVERNADOR

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA

Jade Afonso Romero

Casa Civil	Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Procuradoria Geral do Estado	Rafael Machado Moraes
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria da Articulação Política	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Sandra Maria Nunes Monteiro
Secretaria da Cultura	Luisa Cella de Arruda Coelho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Moisés Braz Ricardo
Secretaria da Diversidade	Domingos Gomes de Aguiar Filho
Secretaria dos Direitos Humanos	Mitchelle Benevides Meira
Secretaria da Educação	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria do Esporte	Eliana Nunes Estrela
Secretaria da Fazenda	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Fabrizio Gomes Santos
Secretaria da Infraestrutura	Hélio Winston Barreto Leitão
Secretaria da Igualdade Racial	Maria Zelma de Araújo Madeira
Secretaria da Juventude	Adelitta Monteiro Nunes
Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Vilma Maria Freire dos Anjos
Secretaria das Mulheres	Lia Ferreira Gomes
Secretaria da Pesca e da Aquicultura	Oriel Guimarães Nunes Filho
Secretaria da Proteção Animal	Erich Douglas Moreira Chaves
Secretaria do Planejamento e Gestão	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretaria dos Povos Indígenas	Juliana Alves
Secretaria da Proteção Social	Jade Afonso Romero
Secretaria dos Recursos Hídricos	Fernando Matos Santana
Secretaria das Relações Internacionais	Roseane Oliveira de Medeiros
Secretaria da Saúde	Tânia Mara Silva Coelho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Antônio Roberto Cesário de Sá
Secretaria do Trabalho	Vladysson da Silva Viana
Secretaria do Turismo	Eduardo Henrique Maia Bismark
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento	Naiana Corrêa Lima Peixoto
Secretário Executivo de Gestão de Pessoas	José Garrido Braga Neto
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Francisca Rejane de Araújo Felipe Pessoa de Albuquerque
Secretário Executivo de Gestão de Compras e Patrimônio	Sidney dos Santos Saraiva Leão
Secretário Executivo de Modernização e Governo Digital	Daniel de Carvalho Bentes
Assessoria Jurídica	Daliene Paula da Silveira Fortuna Lopes
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Ana Lúcia Lima Gadelha
Assessoria de Comunicação	Karlla Rachel Gadelha Moreira
Assessoria do Programa Ceará Um Só	José Jalis Siqueira Gomes
Coordenadoria Especial de Gestão Financeira e de Projetos	Régis Meireles Benevides
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado	Ticiane da Mota Gentil Parente
Unidade de Gerenciamento de Projeto Ceará Mais Digital	Deborah Mithya Barros Alexandre
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Hywre Cesar de Brito Pinto
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	Maria Carmelita Sampaio Colares
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Graziela Fernandes Fortes
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Isaac Figueiredo de Sousa
Coordenadoria de Gestão dos Serviços de Terceirização	Carmen Silvia de Castro Cavalcante

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Servidor	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Ricardo Ribeiro Santos
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Mobiliário, de Material e Recursos Logísticos	Claudia Maria Studart Norões Ellery
Coordenadoria de Administração do Patrimônio Imobiliário	Caio Hugo Carvalho Vitor
Coordenadoria de Gestão de Informações, Registros e Desapropriações	Regina Claudia Barbosa Fideles Dutra
Coordenadoria de Gestão de Aquisições e Contratos Institucionais	Veronica Maria Oliveira da Silva
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	Wendell Militão Fernandes Mendes
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Isaú Chaves Neto
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	Irana de Fátima Mesquita Barroso
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Saulo Moreira Braga
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Alfredo José Pessoa de Oliveira
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	Celyne Mary Vasconcelos Costa
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	Francisco Robson da Silva Fontoura

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Coordenação técnica

Lara Maria Silva Costa

Orientação técnica

Jackeline Sales de Melo

Elaboração

Aline Gomes Lima

Ana Cristina Lima Gouveia Soares

Claudia Maria de Pontes Viana

Danielle Carvalho de Sousa

Eveline Maria Cordeiro Brandão

Francisca Maria Sousa Moreira

Francisco Adauto de Oliveira

Francisco Menezes de Freitas

João Gabriel Araújo Silva

Joice Barbosa Farias Otaviano

José Wagner Alves Fernandes

Karine Machado Campos Fontenele

Kelly Rosana Holanda Lavor

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Matheus Frota Braga

Rafael Paraíso Souto Maior Malta

Renan Moreira Nogueira

Samuel Gomes Cerqueira

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

Wagner Silva Cavalcante

Colaboração técnica

Mércia Maria de Melo Ponte Lima

Francisco Ailson Alves Severo Filho

Matheus Cassandé Prado

Desenvolvimento de sistemas

Alexandre Araújo da Silva

Daniel Ivo de Andrade

Gladson Magalhães

José Gil Dias Frota Figueira

Pedro Emerson de Moura

Raphael Mendes Lima

Diagramação

Julian Marlos Carneiro Lima

João Victor Lira Saraiva

Equipe de elaboração – Ipece

Alexandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia

Daniel Cirilo Suliano

Jimmy Lima de Oliveira

José Freire Júnior

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Araújo Pontes

Rayén Heredia Penalzoa

Victor Hugo de Oliveira Silva

Witalo de Lima Paiva

**ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO CEARÁ**

Dandara Ramos Sales
Emanuela dos Santos Pinheiro

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO CEARÁ**

Luiz de Oliveira Costa Júnior

**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DO CEARÁ S.A.**

Flávia Bezerra Brasil Ramalho
Maria Inês Cavalcante Studart Menezes

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ**

Danielle Silva Pinto

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
CEARÁ**

Afonso Gonçalves de Carvalho Neto
Antônio Carlos da Silva Félix
Helene Joyce Barbosa Monteiro

**ASSESSORIA ESPECIAL DA
VICE- GOVERNADORIA**

Aline Altina de Lima Ferrari
Carla Dieyla Teixeira Ponte
Caroline Siqueira Guerra
Emmanuelle Alcantara de Oliveira
Maria Gloria Matos Batista

CASA CIVIL

Ana Helena Nogueira Bessa
Carlos Pessoa Carneiro
Everton Cabral Maciel
Francisco José Moura Cavalcante
Guido Colares Filho
José Walisson Oliveira Delfino
José Wilson Chayb Neto
Marcio Luiz Carlos de Moraes
Maria de Lourdes de Oliveira Calixto
Nara Francisca da Silva
Otávio Nunes de Vasconcelos
Rafael Coelho da Costa
Raimundo Avilton Meneses Junior
Regina Estela Benevides de Lima
Sabrine Gondim Lima

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ

José Mascarenhas Santiago Júnior
Narciso Pessoa Montalverne Frota

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ**

Bruno Roberto Mota Stella
Luís Fernando Simões
Rodrigo José Chacon de Mesquita

**COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES
METROPOLITANOS**

Luciana Albuquerque Guimarães

**COMPANHIA DA GESTÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ**

Alexandre Santos Freire
Denilson Marcelino Fidelis
Israel Maia Portela
Maria Luciandre de Melo
Marina Lúcia Xavier de Souza
Sarah Furtado Freire

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

Adrian Silva Gonçalves
Andrelia de Freitas Lima
Francisco Jilson Martins Gomes
Tatiana Camara Duarte

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM**

Keilla Farias Castro

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

Samuel de Oliveira Lins
Vanessa Maria Barbosa Nascimento

**COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO
DO CEARÁ**

Antonio Eldair Cunha
José Teófilo Braga Neto

**COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE
ATIVOS DO CEARÁ**

Marisa Leitão
Mariinha Valeska Passos Barbosa
Rivaldo Pinheiro Filho

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Danilo Barbosa Gomes
Marilce Stênia Ribeiro Macêdo
Maria Joyce Maia Costa Carneiro

**ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO
CEARÁ**

Samia Silva Medeiros

**CONTROLADORIA E OUVIDORIA
GERAL DO ESTADO**

Barbara Suellen Rodrigues da Silva
Juanna Jessika da Silva Damasceno
Maria do Socorro Fernandes de Souza

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos
Sandra Mendes Carneiro Lima Soares

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ

Alandilson do Nascimento Forte
Alexsandro Viana Coutinho Freitas
Davio Barbosa dos Santos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior
Bruno Fiori Palhano Melo
Elias Xerxes Pinheiro Xerez
Milton Luiz da Silva Medeiros

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Andreza Guimarães Venâncio
Graziela Almeida Silva
Heleticia Maria Guilherme de Sousa
João Paulo da Cruz da Silva
Leandro Chagas Bezerra
Lorena Maria Moreira Chagas
Sergiana Mendes Cabral

**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ**

José Carvalho Maia Sobrinho
José Lindemberg Chaves Lima
Luziete Mendonça Leoncio

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DO CEARÁ**

Ana Paula Viana Maia
Cid Lima Fernandes
Francisca Claudiana Santos do Amaral
Hergo da Silva Lima
José Clerton Evelmo Farias Júnior
Karinny Custódio de Melo
Lucia Pompeu de Vasconcelos Castro
Maria Jamilly de Almeida
Maria Jeane Peixoto Sampaio
Vera Lúcia Carneiro de Sousa

**INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
DO CEARÁ**

Davi de Moura Leite Castelar
Gideon Queiroz Filho

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Geni Carmem Clementino Alves
Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti
Lucila Maria Rodrigues Vieira
Luiz Wanderley Lima Filho

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha
Andréia Parente Gomes
Cristiane Mendonça Cuija
Ilana Maria monteiro de lima
Jamille Rodrigues Braga
Núbia Maria Rodrigues Feitosa

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E
RECURSOS HÍDRICO**

Maria do Socorro Segundo da Fonseca
Maria Nayde de Magalhães Macedo
Suelde Maria Gonçalves Montenegro

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ**

Micheline Silva Rocha

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ

Ailza Mateus Sampaio Neta

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Aurilene Pereira Moura Moreira
Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo
Thiago Costa Silva

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO
ACARAÚ**

Edilia Rodrigues Chagas
Kaliny Kélvia Siqueira Lima
Rosa Meire Alves Guimarães

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Adriana Lino Honorato e Silva
Cibelle Teixeira de Oliveira
José Júlio de Brito Neto
Luiz Marivando Barros

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Germana Moreira Rocha
Zirlânea da Silva Gonçalves

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E RESSOCIALIZAÇÃO**

Antonia Aurinete de Almeida Braga
Deborah Christina dos Santos Pantoja
Samara da Silva Trajano
Suzy Hellen Tavares Cavalcante

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA DO CEARÁ**

Rosana Coelho Raposo Gomes

**INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO
ESTADO DO CEARÁ**

Francisca Luzitelma Santos Caracas

**INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO DO CEARÁ**

Jesuino Maia

Luciano Bezerra da Silva

Maria das Graças Pedrosa

Priscilla Azevedo de Aguiar

Sara Maria Spinosa Juvêncio

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Bella Carolina Alves Torres Gondim

Cláudia Albuquerque da Silva Alencar Linard

**NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE
INDUSTRIAL DO CEARÁ**

Adriana Vasconcelos Nunes do Rego

Solon Nogueira de Lima

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

Lauro Ferreira Rocha Júnior

Mayane Emanuela Melo Lopes Martins

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Caio Daniel da Silva Oliveira

Rafael Ives Cavalcante Camelo

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Edson Nascimento Donato

Evelise Helena Façanha Braga

José Lindemberg Vasconcelos

Marciana Isabely Martins Pereira

Patrícia Palhano

Rennayra Nogueira Nunes

Richardson Macedo de Carvalho

Rita Arruda D'Alva Martins Rodrigues

Rita de Cássia Pinheiro Borges

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro

Ticiane Cira Lima Sampaio

SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL

André Luis Monteiro Gomes

Tainara Alexandre Lopes

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Clea Mesquita Lopes

Francisco Carlos Nobre Junior

Joaquim Firmino Filho

Lucas Souza dos Santos

SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Pedro Iago Amorim

**SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Aline Linhares Holanda

Ana Maria Cavalcante Carneiro

Maria De Lourdes Vieira De Oliveira

Raisa Silvestre Ferreira

SECRETARIA DA CULTURA

Ana Beatriz Rocha Guedes

Ana Claudia Moreira da Silva

Bruno Pereira França

David Albuquerque de Menezes

Franderlan Campos Pereira

Gustavo Moura Silva

Indira Marcondes Arruda

João Ferreira de Almeida Junior

Lucivânia dos Santos Barros

Nelson Gomez Santa Cruz Junior

Nestor Cavalcante Teixeira Neto

Vanessa Correia Gomes Cabral

Vanessa Martins de Sousa

SECRETARIA DA DIVERSIDADE

André William Marinho Fama

Marjory dos Anjos Pessoa

Ynaldo de Medeiros Ferreira

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Cleyciane Bizerra Pereira

Isabel Silva de Farias Sousa

Joana Darc Saraiva Amorim Araújo

Lucia Maria Gomes

Maria Elisaudia de Almeida Pereira

Maria Terla Silva Carneiro dos Santos

SECRETARIA DA FAZENDA

Ana Cristina Sousa de Oliveira Saboia

Guilherme França Moraes

Marcus Augusto Silva Ferreira

Marcus Felipe Coelho Alves

Vanessa Nobre Alves

SECRETARIA DAS CIDADES

Ana Roberta Martins de Almeida Xavier

Anderson Tavares de Freitas

Cleidiane Barros Cândido Vasconcelos

Daniela Lima de Carvalho

Gabriela Cariello de Sá Cavalcante

Juliana Barbosa Sales Araújo

Karla Dayane Rocha do Nascimento

Lilian Martins Nina Romcy

SECRETARIA DAS CIDADES

Luciana Alves Lemos Marques
Rayra Atsley Carvalho Lima
Ronaldo Lima Moreira Borges
Tânia Maria Cunha Alves

SECRETARIA DA JUVENTUDE

Daniele Holanda Queiroz
Mykaellen Farias de Oliveira

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

Lohayne Santos Correia
Rosana De Fatima Rodrigues de Figueiredo

SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL

Marcos Antônio Souza de Andrade Junior
Paula Magalhães Rocha
Paulo Francisco Barbosa Sousa
Rafael Menezes Sales

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Cynthia Monteiro Nogueira
Jacira França De Deus Silva
Sandra Maria Braga Libânio De Vasconcelos
Sandra Maria Ferreira De Moraes
Sebastião Lopes Araújo
Virginia Célia Barbosa Santana

SECRETARIA DA SAÚDE

Ariane Araújo de Lima
Felipe Assunção Jataí
Maria de Jesus de Sousa Cavalcante
Matheus Antônio Magalhães Farias Catunda
Thales Veras Martins

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Adriano de Assis Sales
Emily Pereira Soares Peres
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho
José Eleri de Sousa

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
João Euler de Melo Silva
Lidiane Andrade Mateus

SECRETARIA DO TRABALHO

Cecília Cavalcante Mota Rosa
Francisca Luana da Silva Lima
Jidrafe Rosa Rodrigues

SECRETARIA DO TURISMO

Danielle Souza da Silva
Flavyane Valdevino Alexandre

SECRETARIA DAS MULHERES

Juliana Lima Rocha Coelho
Rayssa Rebouças Cavalcante
Sarah Gleiciane de Araújo Silva
Verônica Sousa dos Santos Correia
Wendy Jakelini Silva Braga Evangelista

SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Adriana Melo Santos Martins
Alberto Antunes e Silva Oliveira
Veridiana Grotti de Soárez

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Esaú Matos Ribeiro
Lilia Michele da Costa Souza
Luana Carla Bezerra Peixoto

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Camila Braz Almeida Dantas
Flávio Prata Meirelles
Ivna Baquit Campos Bastos
José Aguiar Beltrão Júnior
José de Lima Freitas Júnior
Marcelo Marçílio Santos
Marcos Victor do Carmo Loiola
Maria Josenira Pedrosa Cavalcante
Mariana de Andrade Campos

SECRETARIA DO ESPORTE

Antônio Erinaldo Paes de Almeida
Fabíola Linhares Bezerra
Filipe Santos Queiroga
Mayara Veras Gomes Lima
Roberto César Lima da Silva

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Alex de Oliveira Saraiva
Marcília Marques Vieira
Mário Freire Neto

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Alcides Maria do Nascimento Parente
Alexandre Pinto de Sousa
Diana Cordeiro Sanford de Medeiros
Vânia Maria Nobre Silveira

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Antônio Matheus Osterno Leitão
Estevão Lima Arrais
Franklin de Sousa Torres
Gonçalo Eduardo Barreto Araújo
José Eudázio Honório Sampaio
Juliana Márcia Barroso

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

Hemilly Mourão
Juliana Barros de Oliveira
Paula Danyelly Alves Fidelis

SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS

Jorge da Silva Gomes
Leiliane Maria Alves da Silva
Rosa da Silva Sousa

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Carlos Magno Campelo
Fladiana Lima
Heloísa de Aquino Câmara
Heloísa Helena Garcia Mota
João Gabriel Duarte da Fonseca
Luciano Falcão
Márcia Caldas
Rosyanne Fernandes
Sérgio Câmara
Tiago Brasileiro Coelho

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

Clézio Freitas da Silva
Evna América de Aquino Paixão Leitão
Luiz Carlos Fernandes Moreira
Marcilia Gabrielli Sampaio Xavier

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

Antônio Madeiro de Lucena
Filomeno Josué Ferreira Marques
Francisco Alessandro Sales Beserra
Luce Karine Soares Balreira

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima
Fabíola Pinheiro Donsouzis Cruz
José Auriço Oliveira
Liana Peixoto Brandão Bandeira
Marcel Oliveira Albuquerque
Moisés Sousa Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Maria Rafaela De Oliveira Freitas
Thoyo Bráulio Ferreira Pontes
Marcos Antônio Marinho Russo
Rafael Barbosa Gonçalves
Rafael Braga Malveira
Talyta do Vale Nepomuceno

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Adilson José dos Santos
Ana Paula Iris Medeiros
Bianca Aderaldo Lobo
Carla Manuela da Silva Vieira
Francisca Ligiane Morais da Costa
Jéssica Muriel
Roberto Jackson Silva Filho
Wagna Alves de Oliveira

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Bárbara Saldanha Xavier de Lima Pontes
Diego Barreto Moreira
Flávia Pinheiro Cavalcante Maia Uchôa
Ricarth Joadgery Pereira Amorim

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Edilson Holanda Costa Filho
José Auricélio Goes Lima
Liliane Farias Guedes Lira
Magda Marinho Braga
Maria Dias Cavalcante
Maria Gilciane Amancio Oliveira
Maria Rovênia Bezerra Maia
Thomaz Pires Cassundé
Tiago Bessa Aragão

SUMÁRIO

VOLUME I - MENSAGEM DO GOVERNO

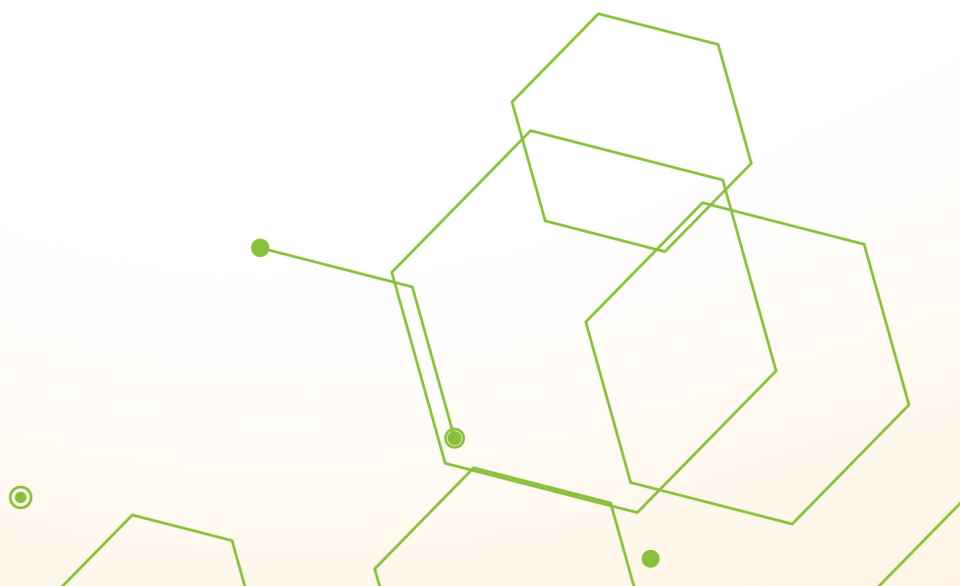
MENSAGEM DO GOVERNADOR.....	17
APRESENTAÇÃO.....	21
PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS.....	25
GRANDES NÚMEROS DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027- BIÊNIO 2026-2027.....	93

VOLUME II – TEXTO DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO PPA

Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2024-2027
Anexo I – Estrutura do PPA 2024-2027
Anexo II – Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas
Anexo III – Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros
Anexo IV – Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamento
Anexo V – Alinhamento com as Diretrizes Regionais
Anexo VI – Alinhamento com os Temas Transversais
Anexo VII – Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Anexo VIII – Alinhamento com os Objetivos do Planejamento de Longo Prazo



Mensagem do Governador





MENSAGEM Nº , DE DE DE 2025.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que ***“DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2024-2027 PARA O PERÍODO 2026-2027”***.

Decorridos dois anos da elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, faz-se necessária a revisão do referido instrumento de planejamento governamental no intuito de alinhar a sua implementação à dinâmica do panorama socioeconômico e para aprimorar o arranjo da oferta governamental associada ao alcance de resultados, promovendo, assim, o aperfeiçoamento das políticas públicas estaduais.

As reformulações contidas no Projeto de Lei ora apresentado refletem, portanto, os ajustes decorrentes da reorganização da Administração Pública estadual, considerando a necessidade contínua de otimização dos gastos públicos e de melhorias na eficiência da atuação governamental, além do compromisso do governo com o disposto nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias anuais, buscando proporcionar as condições indispensáveis à sua consecução.

Sendo parte do ciclo da gestão do Plano, a revisão surge com o desafio de reafirmar os propósitos de efetivar, integrar e sintetizar, em um único instrumento, a vontade e os interesses dos cearenses, reorientando a atuação dos gestores públicos e dos agentes sociais na implementação das políticas públicas, aperfeiçoando as definições de metas declaradas para a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos declarados no planejamento governamental.

Reiterando a preocupação em trabalhar em benefício da igualdade de direitos e oportunidades para os grupos historicamente vulnerabilizados, o Plano mantém em seu alicerce a essência da intersectorialidade e da transversalidade de políticas públicas com finalidades próprias e

convergentes, onde a atuação governamental busca a realização dos resultados socialmente desejados e a superação dos desafios para desenvolvimento sustentável do Ceará.

No sentido de avançar no tratamento das questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à resiliência e à justiça climática, o Plano Plurianual teve incorporado à sua estrutura o tema transversal “Mitigação e Adaptação aos Impactos das Emergências Climáticas”, demonstrando o compromisso do governo estadual em abordar as mudanças climáticas de forma integrada. Essa abordagem traz uma série de benefícios, como o alinhamento das políticas públicas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e a realização de investimentos que reduzem custos futuros com desastres, além de melhorar a integração e a transparência na alocação de recursos públicos direcionados a essa temática.

Precisamente, este é o momento em que se deve levar em consideração os atributos do planejamento de médio prazo, materializado no Plano Plurianual, que está submetido a mudanças de acordo com a realização dos cenários prospectados no Estado do Ceará, no seu período de vigência, requerendo os ajustes e modificações necessárias, a partir da elaboração de suas revisões e adequações previstas em Lei.

A revisão do Plano Plurianual constitui-se, portanto, em um processo atrelado à missão do governo de projetar e estabelecer um futuro consistente e animador para a população cearense, consagrando o planejamento como uma estratégia fundamental na superação dos grandes desafios da gestão pública.

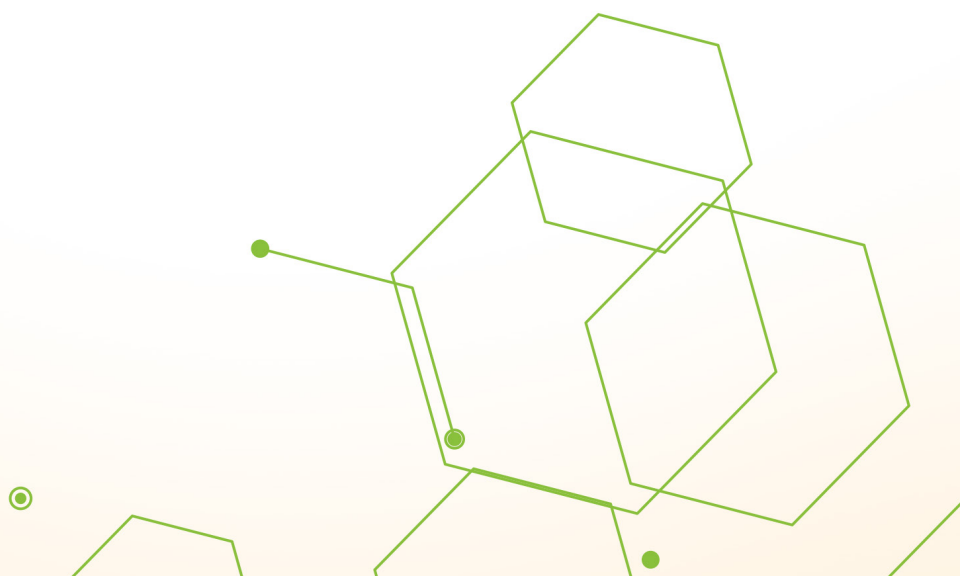
Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar sua valiosa colaboração no seu encaminhamento, e sua posterior aprovação, tendo em vista a importância da matéria.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos de
de 2025.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ



Apresentação



APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo previsto na constituição, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará para um período de quatro anos. Ele define as prioridades e os investimentos em despesas de capital e despesas continuadas, que visam melhorar a oferta de serviços públicos à sociedade.

Nesse contexto, o PPA 2024-2027 foi concebido com diretrizes voltadas a transformar em realidade as propostas do atual Plano de Governo, sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos objetivos do planejamento de longo prazo (Ceará 2050), das agendas estratégicas setoriais, e das expectativas da sociedade. Isso reflete o compromisso do governo em alinhar suas ações com as necessidades da população e com os desafios do estado.

A implementação do PPA visa superar os desafios relacionados à erradicação da extrema pobreza, trabalho decente, serviços públicos de qualidade, desenvolvimento de capacidades humanas e inovação, e sustentabilidade ambiental, considerando a diversidade social, econômica, cultural, ambiental e política do Ceará.

Para garantir o sucesso contínuo desses esforços, é fundamental que o PPA seja regularmente revisado e atualizado, assegurando que suas diretrizes e estratégias permaneçam alinhadas às necessidades e prioridades do estado. A revisão do PPA traz benefícios significativos, incluindo adaptação a novas realidades, correção de distorções, aprimoramento da gestão, qualificação da tomada de decisão, e alinhamento com o orçamento.

O processo de revisão possui previsão legal no art.13 da Lei Nº 18.662, de 27 dezembro de 2023 (Lei do PPA 2024-2027). As informações levantadas durante os ciclos de monitoramento do PPA, registradas de forma consolidada no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima), são elementos importantes que, somados às diretrizes e perspectivas atuais do governo, norteiam os órgãos e entidades setoriais no ajuste de seu planejamento em prol de um contínuo desenvolvimento com sustentabilidade.

Na revisão referente ao biênio 2026-2027, umas das principais inovações foi a inclusão do tema transversal "Mitigação e Adaptação aos Impactos das Emergências Climáticas", visando adaptar o planejamento às novas realidades ambientais e promover ações sustentáveis. Essa inclusão veio somar-se aos temas transversais já existentes e focados nos grupos vulnerabilizados, como "Atenção

à Pessoa com Deficiência”, “Igualdade Étnico-Racial”, “Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres”, dentre outros.

A inclusão do tema transversal relacionado às mudanças climáticas no PPA 2024-2027 representa um avanço significativo para a população cearense, no intuito de promover a conscientização, mitigação e adaptação aos impactos das crises ambientais. Essa abordagem transversal possibilitará uma visão integrada e sistêmica, conectando diferentes áreas do conhecimento e setores governamentais para abordar as questões complexas relacionadas às causas e impactos dos eventos climáticos extremos que afetam toda a sociedade, especialmente as pessoas em estado de maior vulnerabilidade.

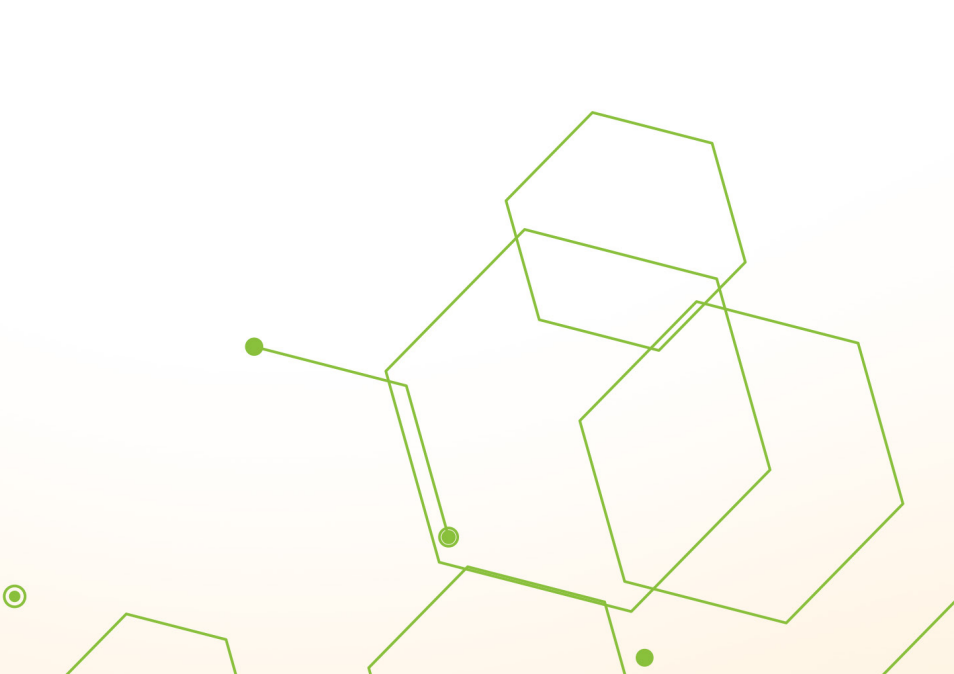
Dessa forma, o processo de revisão do PPA reforça o compromisso com a defesa da dignidade e a promoção de direitos para toda a população, ao mesmo tempo em que subsidia decisões mais qualificadas com base em indicadores e métricas de desempenho das políticas públicas.

As informações relativas ao PPA 2024-2027 estão dispostas neste documento, organizado em dois volumes. O volume I é composto pela Mensagem do Governador e dois capítulos principais. O primeiro analisa o panorama socioeconômico atual, apresentando dados sobre o desempenho da economia cearense e desenvolvimento social recente, bem como perspectivas futuras. No segundo capítulo é apresentado o PPA em grandes números, com dados quantitativos dos elementos que o compõem e valores relativos ao orçamento.

Por fim, o volume II é composto pelo Projeto de Lei de Revisão e seus anexos, que detalham a estrutura atualizada do PPA 2024-2027 para o biênio 2026-2027. Isso inclui a relação de eixos, temas e programas, o demonstrativo de entregas por região de planejamento e o alinhamento com diretrizes regionais, temas transversais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e planejamento de longo prazo.

A decorative header at the top of the page featuring a cluster of overlapping squares in various colors: red, orange, yellow, green, and dark green. The squares are arranged in a dynamic, non-uniform pattern, with some appearing to have a slight 3D effect or shadow.

Panorama Socioeconômico e Perspectivas

A decorative footer at the bottom of the page consisting of thin, light green lines forming a network of interconnected polygons and dots. The lines are of varying lengths and angles, creating a complex, abstract geometric pattern that suggests a network or a map.

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Os anos de 2022 e 2023 foram marcados pela consolidação da recuperação da economia cearense, iniciada em 2021. Essa recuperação foi impulsionada pela queda da taxa de juros Selic, pela inflação controlada e pelo aquecimento do mercado de trabalho. Como resultado, o comércio e a indústria de transformação foram beneficiados, com a indústria registrando um novo ciclo de crescimento no final de 2023. Isso, por sua vez, contribuiu para o forte ritmo de crescimento da economia cearense em 2024.

Diferentemente do cenário nacional, configurado por uma situação de forte déficit nas contas públicas, o Estado do Ceará tem se destacado pelo forte equilíbrio fiscal. Isso permite aumentos dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, com destaques em três áreas principais. Na área de recursos hídricos, o Projeto Malha D'Água visa fortalecer a rede de adutoras de água tratada no Estado, com o objetivo de melhorar o abastecimento humano e, indiretamente, a produção agrícola. Já na área de energias renováveis, o Estado atua em parceria com o setor privado para posicionar o Ceará como importante produtor de hidrogênio verde, além de incentivar a ampliação de usinas eólicas e solares. E, na área de mobilidade urbana, destacam-se as obras da Linha Leste do metrô de Fortaleza. Tais investimentos elevam a competitividade da economia cearense, estimulando os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado. Dessa forma, o Estado vem registrando, em média, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima das alcançadas pelo Brasil, ocupando a décima terceira maior economia do país e a terceira na região Nordeste.

Ao lado desse desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos dez anos, importantes avanços na qualidade de alguns indicadores sociais, como a redução da taxa de mortalidade infantil, a redução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Estado, e um aumento na média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais. Além disso, houve priorização em políticas públicas de desenvolvimento infantil, como o Programa Mais Infância Ceará (PMIC), principalmente para atender às crianças mais pobres.

No âmbito das escolas públicas e da política de educação básica, o Estado do Ceará é destaque nacional no projeto de universalização das matrículas das redes públicas no ensino em tempo integral. O Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic), que consiste na cooperação com os municípios para a promoção da aprendizagem junto às redes públicas de ensino municipais, foi ampliado e renomeado como Paic Integral. Atualmente, o Governo do Estado trabalha em torno da meta de universalizar o tempo integral para toda a rede estadual e ampliar progressivamente sua adoção entre as redes municipais até 2026.

Em relação à política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Estado do Ceará conta com duas políticas estaduais principais: o Programa Mais Nutrição, que consiste na distribuição de

alimentos para famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; e o Programa Ceará Sem Fome, que se desenvolve a partir de duas ações principais: o reforço na renda mensal das famílias por meio dos Cartões Alimentação e a distribuição direta de alimentos por meio de entidades voluntárias credenciadas, as chamadas Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR).

Na área de segurança pública, destaca-se o Programa Pacto por um Ceará Pacífico, sendo um dos principais programas desenvolvidos nos últimos anos. O Pacto por um Ceará Pacífico atuou no combate à violência por meio de ações preventivas, buscando o diálogo com as comunidades e assegurando seu acesso à segurança pública e à justiça. Ainda no âmbito do Pacto, foi desenvolvido o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), voltado à prevenção da violência por meio da redução das vulnerabilidades entre grupos sociais historicamente marginalizados, em especial a juventude e os egressos dos sistemas penitenciário e socioeducativo. Destaca-se também o Programa Ceará contra o Crime, que consiste na ampliação de recursos humanos e materiais para todo o sistema de segurança pública, visando aprimorar a sua capacidade de combate ao crime no Estado.

A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia cearense.

1. ECONOMIA CEARENSE

Segundo os últimos dados definitivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao ano de 2022, o Ceará responde pela 13ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O Produto Interno Bruto (PIB) cearense abrange 2,12% do PIB brasileiro e 15,39% do PIB nordestino, correspondendo a R\$213,60 bilhões. A economia do Estado está sustentada principalmente em três setores: Serviços (75,20%), Indústria (18,98%) e Agropecuária (5,82%).

Ao se analisar a taxa de crescimento real do PIB para as economias do Brasil e do Ceará, verifica-se que, no período de 2016 a 2019, ocorreu um processo de recuperação econômica após a crise macroeconômica (2014-2016), decorrente do forte déficit fiscal do governo federal, da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política.

O processo de retomada do crescimento econômico foi interrompido pela crise de 2020, causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19, iniciada em março de 2020. O triênio 2021-2023 é marcado pela retomada de crescimento do PIB após uma forte redução das restrições sanitárias, a partir de uma grande cobertura vacinal no país, e com a declaração realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de fim da pandemia de Covid-19 em maio de 2023. O ano de 2024 apresentou um ritmo de crescimento mais intenso para o PIB do Ceará; segundo o IPECE, a estimativa de crescimento da economia cearense para o ano de 2024 foi de 6,49%, superior à estimativa de crescimento do PIB do Brasil, de 3,40%.

Gráfico 1

Evolução da Taxa de Crescimento Real do Produto Interno Bruto (PIB) - Ceará e Brasil, 2013-2024.



Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) O ano de 2022 é uma estimativa elaborada pelo IBGE, enquanto os anos de 2023 e 2024 são estimativas elaboradas pelo IPECE. Essas estimativas são passíveis de alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

Analisando o comportamento do Valor Adicionado Bruto (VAB)¹ Setorial e do PIB, de acordo com a Tabela 1, verifica-se que o ano de 2024 registrou um forte crescimento de 6,49%, acima do crescimento registrado no ano de 2023 (3,26%). O crescimento da economia do Ceará em 2024 teve como destaques a Agropecuária (25,16%) e a Indústria (10,65%).

O setor agropecuário foi beneficiado por uma boa quadra chuvosa no ano de 2024, que aumentou o rendimento das culturas de sequeiro, como milho, feijão e mandioca. Enquanto isso, o forte crescimento da Indústria foi puxado pelo crescimento da indústria de transformação, explicado pela recuperação de atividades industriais tradicionais, como calçados, confecção e têxtil.

O setor de Serviços registrou um crescimento de 4,28%, impulsionado pelos bons desempenhos registrados nas atividades de comércio, serviços prestados às famílias, transportes, serviços financeiros e serviços de alojamento e alimentação.

¹ O Valor Adicionado Bruto (VAB) refere-se ao valor que a atividade econômica agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. O VAB pode ser calculado para todas as atividades econômicas, bem como para os três grandes setores de uma economia (Agropecuária, Indústria e Serviços). A soma dos VAB dos três grandes setores resulta no VAB total da economia, que uma vez adicionado dos impostos, líquidos de subsídios, resulta no Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto, o bom ritmo de crescimento da economia cearense registrado no ano de 2024 foi mantido no início do ano de 2025, com o PIB do Ceará registrando um crescimento de 4,18% no primeiro trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024. Esse crescimento foi impulsionado pelo desempenho positivo da Agropecuária (18,43%), seguido de Serviços (3,41%) e Indústria (2,87%).

Tabela 1

Taxa de Crescimento (%) - Variação em Volume em Relação ao Ano Anterior: Valor Adicionado Bruto (VAB) Setorial, VAB e PIB do Ceará e Brasil, 2023-2024 e 1º Trimestre de 2025.

Setores/Atividades	2023*		2024*		1º Trimestre de 2025*	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Agropecuária	2,35	16,30	25,16	-3,21	18,43	10,17
Indústria	-0,97	1,68	10,65	3,28	2,87	2,40
Serviços	4,29	2,78	4,28	3,67	3,41	2,09
Valor adicionado Bruto (VAB)	3,18	3,39	6,71	3,09	4,26	2,87
Produto Interno Bruto (PIB)	3,26	3,24	6,49	3,40	4,18	2,85

Fonte: Ipece e IBGE. Elaboração: Ipece.

Nota: (*) Comparação interanual em relação ao mesmo período do ano anterior. Estimativas elaboradas pelo IPECE e IBGE, sujeitas a alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

Analisando o comportamento do PIB em relação às Regiões de Planejamento (Tabela 2) para dimensionar a concentração produtiva, mesmo dentro do Interior do Estado, observa-se que a Grande Fortaleza detém, em 2021, a maior participação no PIB do Ceará, com 63,66%. Essa região é seguida pelas outras duas Regiões de Planejamento que integram regiões metropolitanas cearenses: Cariri (7,53%) e Sertão de Sobral (4,36%).

Verifica-se também que, na análise histórica, ao comparar o ano de 2021 com o ano de 2002, as regiões que registraram maiores ganhos de participação foram: Litoral Norte (0,79 p.p.), Serra da Ibiapaba (0,68 p.p.), Cariri (0,33 p.p.) e Litoral Leste (0,32 p.p.). Em contrapartida, as regiões que apresentaram maiores perdas de participação, no mesmo período, foram: Grande Fortaleza (-0,82 p.p.), Sertão de Sobral (-0,45 p.p.) e Sertão de Cratús (-0,27 p.p.).

Tabela 2

Participação no PIB a Preços Correntes por Região de Planejamento do Ceará: 2002, 2010, 2020 e 2021.

Região de Planejamento	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação PIB Região / PIB Total (%)			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	18.516.703	51.923.686	103.097.733	124.055.246	64,48	65,45	61,77	63,66
Cariri	2.068.248	5.894.419	13.614.046	14.665.999	7,2	7,43	8,16	7,53
Sertão de Sobral	1.381.182	3.622.505	7.264.839	8.501.285	4,81	4,57	4,35	4,36
Vale do Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	6.332.339	7.260.481	3,55	3,21	3,79	3,73
Serra da Ibiapaba	620.701	1.780.235	5.149.066	5.534.039	2,16	2,24	3,08	2,84
Litoral Oeste / Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.350.379	4.816.992	2,8	2,9	2,61	2,47
Sertão Central	708.648	1.934.842	4.608.082	5.159.147	2,47	2,44	2,76	2,65
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.720.563	5.564.797	2,07	2,27	2,83	2,86
Centro Sul	775.540	2.075.409	4.533.949	4.976.622	2,7	2,62	2,72	2,55
Sertão de Crateús	654.656	1.511.740	3.564.765	3.911.763	2,28	1,91	2,14	2,01
Litoral Leste	516.095	1.393.528	3.616.559	4.138.994	1,8	1,76	2,17	2,12
Maciço de Baturité	457.269	1.136.465	2.614.279	2.795.862	1,59	1,43	1,57	1,43
Sertão de Canindé	369.881	865.371	2.111.643	2.096.511	1,29	1,09	1,27	1,08
Sertão de Inhamuns	233.574	544.970	1.336.294	1.407.065	0,81	0,69	0,8	0,72
Ceará	28.718.841	79.336.300	166.914.536	194.884.802	100	100	100	100

Fonte: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: O PIB dos municípios é produzido e divulgado pelo IBGE com dois anos de defasagem. Devido à mudança metodológica para atualização do ano base do PIB de 2010 para 2021, o IBGE divulgará o PIB dos municípios referentes a 2022 e 2023 apenas em dezembro de 2025.

1.1. Setores da Economia

1.1.1. Setor Agropecuário

O setor agropecuário cearense participa com 5,82%² da economia do estado. A atividade agrícola do Ceará destaca-se na produção de frutas, milho e feijão, e na atividade pecuária vem ganhando espaço local e nacional na produção de leite, aves e ovos.

² Conforme dados de 2022, ano da última divulgação do Sistema de Contas Regionais.

Embora a participação seja a menor dentre os demais setores, a agropecuária é responsável por gerar ocupações na área rural e, consequentemente, geração de renda, além de contribuir fortemente com a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, controlar o nível de inflação alimentar.

A disponibilidade de água é um fator que sempre deve ser acompanhado para se obter um bom desempenho do setor agropecuário. Dessa forma, nos últimos três anos imediatamente anteriores, verificou-se que as chuvas ocorridas ficaram acima da média, e em 2025 ficaram em torno da média, dando condições para estar com 50% da capacidade dos reservatórios de água do estado em agosto de 2025.

Para 2025, a produção de cereais e leguminosas, segundo estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), apresenta uma estimativa de 640.019 toneladas, representando um crescimento de 22,33% em comparação com 2024.

A produção de milho e feijão apresentou crescimentos de 23% e 23,7%, respectivamente, quando comparada à obtida em 2024. Também indicaram crescimento a produção de fava (21,3%), soja (19,4%), sorgo (17,2%) e arroz (5,6%) (Tabela 3). O maior rendimento dessas culturas está impactando positivamente o crescimento do setor agropecuário em 2025.

A produção de tubérculos e raízes para 2025 também apresentou crescimento, com aumento de 14,8% em comparação com o ano de 2024, puxado pela produção de mandioca e batata-doce irrigada.

Tabela 3

Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (t), Ceará, 2024-2025.

Produção de Cereais e Leguminosas	Produção (t) 2024*	Produção (t) 2025*	Var (%) 2025/2024
Arroz	21.427	22.631	5,62%
Feijão	81.150	100.411	23,74%
Fava	4.307	5.225	21,31%
Milho	404.328	497.434	23,03%
Soja	11.822	14.114	19,39%
Sorgo	174	204	17,24%
Cereais e leguminosas	523.208	640.019	22,33%
Tubérculos e raízes	999.990	1.147.791	14,78%

Fonte: LSPA/IBGE, 2025. Elaboração: IPECE.

A produção de frutas apresenta crescimento para diversas culturas, destacando-se as culturas que mais vêm influenciando o desempenho positivo do setor agropecuário: melão (122,6%), melancia (52,1%) e mamão (8,3%). Porém, coco-da-baía (-7,7%), castanha de caju (-14,2%), goiaba (-6,5%), acerola (-0,3%) e manga (-4,7%) indicam queda na produção.

Com relação às hortaliças, verificou-se aumento na produção de tomate (2,8%), pimentão (2,9%) e cebolinha (9,1%).

Tabela 4

Estimativa da Produção de Frutas e Hortaliças no Ceará (em toneladas) - 2024-2025.

Produção de Frutas/Hortaliças	Produção 2024*	Estimativa 2025*	Variação (%) 2025/2024
Coco-da-baía **	588.805	543.607	-7,68%
Castanha de caju	101.928	87.493	-14,16%
Goiaba	27.040	25.286	-6,49%
Acerola	67.186	66.992	-0,29%
Manga	45.033	42.918	-4,70%
Mamão	125.974	136.481	8,34%
Banana	490.803	494.955	0,85%
Maracujá	160.709	164.838	2,57%
Melancia	51.554	78.403	52,08%
Melão	54.790	121.972	122,62%
Tomate	197.078	202.594	2,80%
Pimentão	65.696	67.588	2,88%
Cebolinha	20.539	22.416	9,14%

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) As estimativas de 2024 e 2025 são obtidas pelo LSPA.

Nota: (**) Produtos medidos em mil frutos.

O Ceará é um grande exportador de frutas para os países da Europa e Estados Unidos, principalmente. Dentre as mais comercializadas internacionalmente, destacam-se castanha de caju, melões, melancias, bananas e mangas. No período de janeiro a julho de 2025, a exportação de castanha de caju cresceu 129% em valor, comparado ao mesmo período de 2024, e 165% em quantidade. Melões, melancias e bananas também registraram crescimento em 2025 em comparação a 2024, tanto em valor quanto em quantidade. Já as mangas registraram queda em valor e mantiveram praticamente a mesma quantidade exportada.

O valor das cinco principais frutas exportadas apresentou crescimento, implicando assim em aumento da participação. Ou seja, em 2023, a participação do valor exportado de frutas foi de 6,56% do valor total exportado pelo Ceará; em 2024, essa participação caiu para 6,02%; e voltou a aumentar em 2025, com 7,11% de participação nas exportações totais do estado.

Vale ressaltar que a análise corresponde ao período acumulado de janeiro a julho de cada ano. Embora tenha apresentado aumento de participação, o valor das exportações de frutas já atingiu um patamar acima de 8%.

Tabela 5

Exportações de frutas, Valor (US\$) e Peso (kg), Ceará – Período de janeiro a julho de 2023, 2024 e 2025.

Código NCM	Frutas	2023		2024		2025	
		Valor US\$ FOB	Quilograma Líquido	Valor US\$ FOB	Quilograma Líquido	Valor US\$ FOB	Quilograma Líquido
08013200/ 08013100	Castanha de caju, fresca ou seca	39.733.003	6.859.659	19.832.882	3.597.067	45.438.013	9.517.216
08071900	Melões frescos	21.398.318	24.045.726	26.917.738	30.441.591	32.409.720	37.657.507
08071100	Melancias frescas	9.529.289	13.220.270	8.999.461	15.065.787	11.922.205	18.427.962
08039000	Bananas frescas ou secas, exceto bananas-da-terra	4.766.585	9.657.135	2.049.720	3.996.865	3.583.020	6.751.576
08045020	Mangas frescas ou secas	732.564	892.185	1.651.008	1.513.214	1.299.417	1.511.964
08119000	Outras frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas	951.065	582.581	1.683.425	977.734	926.442	609.581
08109016	Pitaias (Hylocereus spp., Selenicereus undatus)	167.410	33.166	181.603	33.408	324.745	57.795
08072000	Mamões (papias) frescos	454.380	323.755	484.401	388.228	171.503	169.130
08055000	Limões (Citrus limon, Citrus limonum) e limas (Citrus aurantifolia, Citrus latifolia), frescos ou secos	1.604	1.223	4.192	2.003	116.860	166.364
08134090	Outras frutas secas	124.983	4.410	41.099	1.506	109.362	4.100
08012200	Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	21	1	10.611	1.020	17.740	1.612

08011100	Cocos, frescos ou secos, dessecados	1.926	419	26.489	52.718	10.050	1.004
08081000	Maçãs frescas	5.200	1.670	10.903	3.086	8.043	2.665
08061000	Uvas frescas	4.541	953	7.778	1.504	5.052	1.146
Total das exportações de frutas		77.910.812	55.638.941	61.965.963	56.098.749	96.369.099	74.912.482
% Exportação frutas/Total Ceará		6,56	-	6,02	-	7,11	-

Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

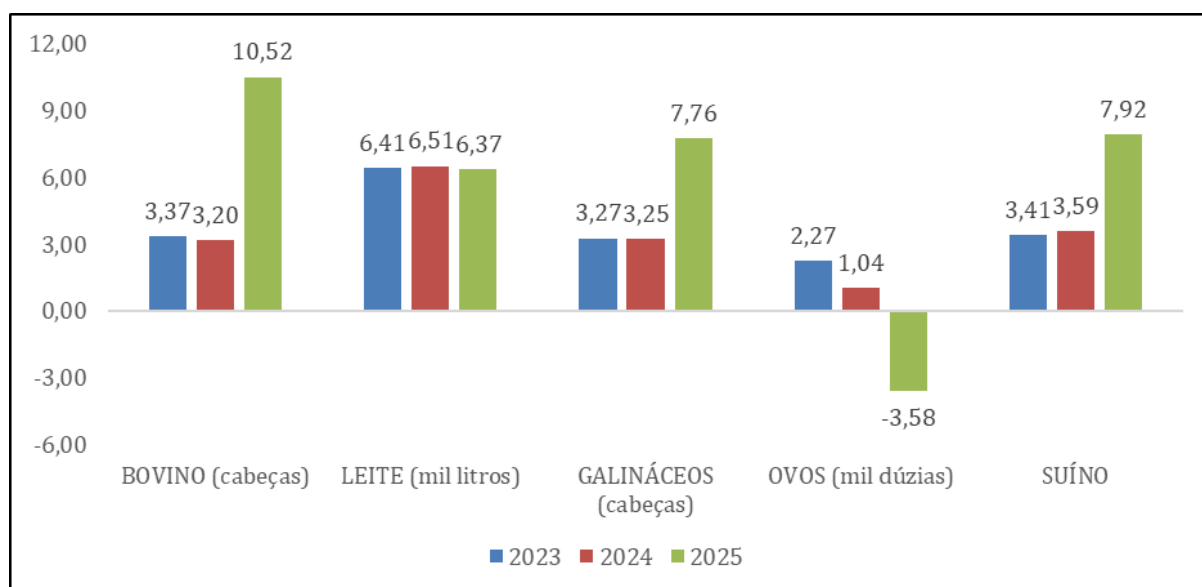
Nota: os valores referem-se ao período de janeiro a julho de cada ano.

As atividades da pecuária apresentaram resultados positivos no primeiro trimestre de 2025, comparado com o primeiro trimestre de 2024. A atividade bovina foi a que mais cresceu (10,5%) no período analisado, influenciado pelo aumento do rebanho de corte. Suíno também registrou bom resultado, com crescimento de 7,92%.

A produção de leite continua crescendo, registrando taxa de 6,37% no primeiro trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Outro destaque foi a produção de galináceos (7,76%). Com relação à produção de ovos, observou-se redução de 3,58% (Gráfico 2).

Gráfico 2

Taxa de crescimento das Atividades da Pecuária* - 2024-2025 (%) - Ceará.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) Valores estimados sujeitos à alteração.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária do Ceará, conforme último dado disponibilizado pelo IBGE por Unidade da Federação, atingiu o montante de R\$10.782 milhões em 2022. O setor registrou aumento de R\$372,00 milhões, influenciado tanto pelas atividades agrícolas quanto pelas atividades da pecuária. As condições climáticas e a maior quantidade de água nos reservatórios proporcionaram aumento da área plantada, maiores cuidados com os plantios e maior rendimento das culturas agrícolas. Com relação às atividades agrícolas, estas vêm sendo impulsionadas pelo aumento do consumo.

Na Tabela 6 refere-se ao valor adicionado do setor agropecuário dos anos de 2010, 2020 e 2021, sendo esse o último ano disponível por município, o que possibilita somar o valor por região de planejamento. Dessa forma, observou-se que o Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário, em 2021, da Região do Cariri obteve a maior participação, concentrando 13,79% do Valor Adicionado Bruto do setor agropecuário, seguida pela região da Serra da Ibiapaba, com participação de 12,96%, e da região do Vale do Jaguaribe (12,27%).

Essas regiões destacam-se por estarem situadas em áreas com sistema de irrigação destinadas à produção de frutas e hortaliças, além de ser também a principal bacia leiteira do Ceará. A região Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 10,25% de participação. Nela estão situados os municípios de Caucaia, Pacatuba e Maranguape, que se apresentam como núcleos de produção agropecuária, com o cultivo de hortaliças, frutas, e a criação de galináceos, suínos, ovinos e caprinos.

Entre as regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário em 2021, estão a região do Sertão de Canindé (1,95%) e Sertão dos Inhamuns (2,15%). Nessas regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo as regiões que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades do setor agropecuário.

Dentre as regiões que ganharam participação em 2021, comparado com 2020, destacam-se Centro Sul (1,15 p.p.) e Litoral Norte (0,57 p.p.). As regiões que mais perderam participação foram Maciço do Baturité (-0,64 p.p.) e Litoral Leste (-0,51 p.p.).

Tabela 6

Regiões de Planejamento com maiores participações no setor Agropecuário – Ceará – 2010, 2020 e 2021.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)			Participação Agropecuária Região/Agropecuária Total Ceará		
	2010	2020	2021	2010	2020	2021
Cariri	390.710	1.355.160	1.436.016	11,18	14,25	13,79
Centro Sul	207.873	675.672	860.243	5,95	7,11	8,26
Grande Fortaleza	453.133	980.733	1.067.438	12,96	10,31	10,25

Litoral Leste	249.129	666.674	676.720	7,13	7,01	6,50
Litoral Norte	184.114	461.407	564.247	5,27	4,85	5,42
Litoral Oeste / Vale do Curu	228.926	428.679	450.312	6,55	4,51	4,33
Maciço de Baturité	265.103	499.876	480.902	7,58	5,26	4,62
Serra da Ibiapaba	351.872	1.299.196	1.349.070	10,07	13,66	12,96
Sertão Central	204.248	589.059	717.513	5,84	6,19	6,89
Sertão de Canindé	123.572	209.011	202.600	3,53	2,20	1,95
Sertão de Sobral	158.064	460.878	517.048	4,52	4,85	4,97
Sertão dos Crateús	161.577	527.796	587.348	4,62	5,55	5,64
Sertão dos Inhamuns	60.918	203.628	223.707	1,74	2,14	2,15
Vale do Jaguaribe	456.674	1.151.213	1.277.188	13,06	12,11	12,27
Total Geral	3.495.911	9.508.982	10.410.352	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: A divulgação do PIB municipal de 2022 está prevista para dezembro de 2025, em decorrência da mudança metodológica para o ano base 2021, que está sendo realizada pelo IBGE.

1.1.2. Setor Industrial

A presente seção faz uma análise da atividade industrial cearense nos últimos anos e nos períodos recentes. Para tanto, considera a Indústria Geral e seus segmentos e aborda os anos de 2019 a 2025. Vale lembrar que o setor industrial é composto pelas atividades da Extrativa Mineral, da Transformação, da Construção e da Eletricidade, Gás e Água.

A análise considera alguns indicadores clássicos relativos ao desempenho da atividade industrial. O primeiro deles é o Valor Adicionado Bruto (VAB)³, que possibilita avaliar o desempenho produtivo no período considerado sob três abordagens complementares. A primeira trata do desempenho relativo a partir das participações da Indústria e seus segmentos no VAB total da economia cearense, considerando os anos de 2019 e 2022. A segunda trata do crescimento estimado do VAB para os anos mais recentes, de 2022 a 2025. Por fim, a terceira tem como objeto a atividade industrial nas regiões de planejamento do estado do Ceará e, neste caso, abrange os anos de 2020 e 2021.

³ O VAB é dado pela diferença entre o valor da produção industrial e o valor do consumo intermediário (dos bens e serviços consumidos no processo de produção), fornecendo uma medida de produto adicional, agregado à economia como resultado da atividade industrial. Trata-se, então, de uma medida que demonstra aquilo que a Indústria, ou cada um de seus componentes, agrega ao produto total da economia.

O segundo indicador é o índice de produção física da Indústria de Transformação (PIMPF/IBGE). Trata-se de um indicador de volume que captura a evolução real da produção para a atividade da Transformação e de seus segmentos, permitindo uma visão mais detalhada da dinâmica industrial cearense. Disponibilizado em alta frequência (com dados mensais), o índice possibilita uma avaliação trimestral da produção e, nesta análise, abrange do primeiro trimestre de 2024 ao primeiro trimestre de 2025.

Considerando os resultados, em 2022, a Indústria Geral cearense alcançou um Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$35,188 bilhões. Em termos nominais, este valor foi superior ao observado em 2021 e, setorialmente, o movimento pode ser explicado pela elevação no VAB da atividade da Transformação. Considerando o total da economia cearense, incluindo todas as atividades econômicas, o VAB foi de R\$185,388 bilhões.

No tocante às participações, tem-se que, em 2022, a participação da Indústria Geral na economia cearense foi de 18,98%. O indicador aponta para uma redução de -1,51 pontos percentuais (p.p.) em relação ao ano de 2021, quando a participação foi de 20,49%. Em termos comparativos, a indústria cearense se mantém com uma participação total na economia do Estado inferior às observadas no Nordeste (20,79%) e no Brasil (26,33%).

A Tabela 7, a seguir, traz as participações para a Indústria Geral e seus segmentos no total da economia para os anos recentes, permitindo uma comparação com os resultados para o Brasil e o Nordeste.

Tabela 7

Participação no Valor Adicionado Total da Economia (%)
Indústria e Segmentos Industriais: Brasil, Nordeste e Ceará (2019-2022).

Brasil, Nordeste e Ceará	2019	2020	2021	2022	Variação 2021-2022 (em p. p.)	Variação 2019-2022 (em p. p.)
Indústria Geral						
Brasil	21,80	22,51	25,85	26,33	0,48	4,53
Nordeste	18,47	19,10	20,89	20,79	-0,09	2,32
Ceará	17,05	17,16	20,49	18,98	-1,51	1,93
Indústria Extrativa						
Brasil	3,33	2,94	5,51	5,46	-0,05	2,13
Nordeste	2,12	0,82	1,32	1,20	-0,12	-0,92
Ceará	0,51	0,20	0,32	0,18	-0,14	-0,33

Indústria da Transformação						
Brasil	14,97	12,34	13,91	15,08	1,18	0,12
Nordeste	9,68	9,02	10,55	11,61	1,06	1,93
Ceará	11,25	8,06	11,41	12,15	0,74	0,90
Construção						
Brasil	6,27	4,06	3,57	3,37	-0,20	-2,90
Nordeste	7,82	4,65	4,17	3,97	-0,20	-3,85
Ceará	6,83	4,68	4,22	3,62	-0,60	-3,21
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto						
Brasil	2,81	3,17	2,86	2,42	-0,44	-0,39
Nordeste	3,26	4,61	4,85	4,01	-0,83	0,76
Ceará	3,34	4,23	4,53	3,03	-1,50	-0,31

Fonte: IBGE/IPECE. Elaboração própria.

Nota: Pontos Percentuais (p.p.). A participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas dos estados é produzida e divulgada pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em decorrência do processo de mudança metodológica de atualização do ano base do PIB, passando do ano base de 2010 para o ano base de 2021, o IBGE divulgou o ano de 2022 de forma preliminar, sendo passível de alteração quando o IBGE finalizar o processo de atualização do ano base do PIB.

Considerando os segmentos que compõem a Indústria Geral, a Indústria de Transformação registrou novamente um ganho de importância na economia cearense. Após crescer essa participação em 2021, o segmento voltou a aumentar sua relevância econômica e elevou sua participação para 12,15% em 2022.

Os demais segmentos, entretanto, seguiram movimento oposto e perderam relevância no total da economia. A Construção apresentou mais uma redução de sua participação, assim como observado em 2021. Neste ano, 2022, o percentual foi reduzido para 3,62%, alcançando a menor taxa na série histórica que se iniciou em 2002. Apesar deste movimento, o segmento voltou ao posto de segunda principal atividade industrial no Ceará.

Já o segmento de Eletricidade, Gás e Água foi o que apresentou a maior redução na sua participação no VAB total da economia estadual. Em 2022, a taxa foi de 3,03%, materializando uma redução de -1,50 p.p. na comparação com 2021 e revertendo os ganhos obtidos nos anos anteriores.

Além dos movimentos nas participações, é válido avaliar o crescimento real das atividades industriais no período recente. Considerando a evolução real do VAB, os números de 2022 passaram a retratar mais fortemente os efeitos da própria dinâmica da economia e menos as consequências da crise sanitária, como foi em 2020 e 2021.

Em 2022, o ambiente macroeconômico foi determinante para explicar o desempenho da produção e, neste contexto, a Indústria Geral cearense experimentou novo recuo, de -2,34% do VAB, na comparação com o ano anterior. Tal desempenho foi explicado, principalmente, pelo recuo nos segmentos da Transformação e de Eletricidade, Gás e Água. Dentre os setores relevantes, a Construção foi a única a apresentar taxa positiva para evolução da produção, o que contribuiu para amortecer o desempenho negativo do setor industrial como um todo.

A dinâmica desfavorável da atividade industrial no Ceará se repetiu em 2023, com mais um ano de recuo na produção. Neste ano, a atividade de Transformação não conseguiu se recuperar da conjuntura adversa presente desde 2022 e novamente foi a principal influência para o resultado agregado. Neste contexto, a Indústria Geral recuou -0,97%, ao passo que a Indústria da Transformação registrou retração de -4,56%. As demais atividades com maior relevância na produção apresentaram crescimentos para o período. O segmento da Construção, com alta de 5,37%, manteve-se resiliente e deu sequência à sua trajetória de expansão, apesar do menor ritmo. A atividade da Eletricidade, Gás e Água seguiu um período de retomada em relação a 2022 e registrou uma alta de 5,68%.

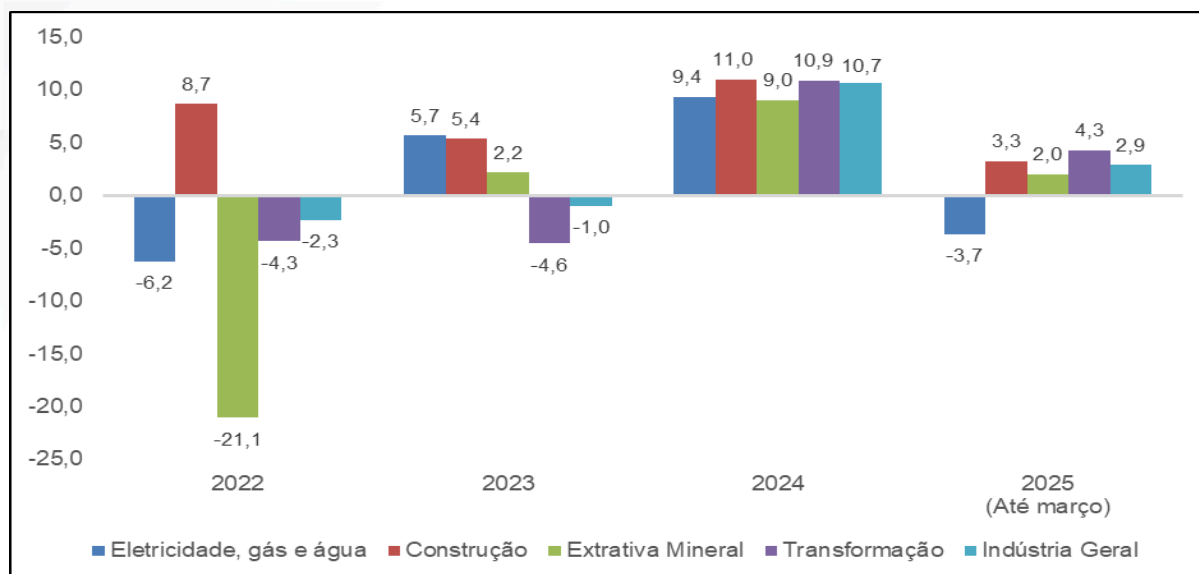
Em 2024, entretanto, o cenário foi de intensa recuperação para a manufatura cearense. A Indústria Geral experimentou forte alta de 10,65%, sob forte influência do segmento da Transformação, que é a principal atividade industrial no Ceará. Desta vez, a contribuição foi positiva e associada a um crescimento de 10,91%. A atividade se beneficiou de um ano no qual a conjuntura foi mais favorável a partir dos estímulos econômicos injetados pelos governos local e nacional, dentre outros fatores. Os demais segmentos, Construção e Eletricidade, Gás e Água, deram continuidade ao crescimento do ano anterior e acumularam expansões, respectivas, de 10,97% e 9,36%.

Em 2025, os impulsos produtivos de 2024 perderam força e a atividade parece transitar para uma relativa acomodação. Os resultados iniciais, até março, indicam uma inflexão neste ambiente favorável que caracterizou o ano anterior. De todo modo, os resultados continuam positivos, e no primeiro trimestre do ano, indicam um crescimento da Indústria de 2,87% frente a igual período de 2024. Os segmentos da Transformação (4,28%) e da Construção (3,27%) também apresentaram expansão no VAB, enquanto Eletricidade, Gás e Água foi o único a experimentar uma taxa negativa (-3,67%).

O Gráfico 3, a seguir, apresenta as taxas de crescimento real para o VAB da indústria cearense e seus segmentos nos últimos anos, permitindo uma análise recente do desempenho do setor no Estado.

Gráfico 3

Taxa de Crescimento (%) do Valor Adicionado Bruto da Indústria Geral e Atividades Industriais: Ceará (2022 a 2025, até março).



Fonte: IPECE. Elaboração própria.

Nota: Variações em relação ao mesmo período do ano anterior. Os resultados em 2022 e 2024 são preliminares e passíveis de revisão. O resultado de 2025 retrata o acumulado do ano até março e é preliminar e passível de revisão.

Ao longo de 2024, a Indústria de Transformação cearense enfrentou um contexto mais favorável ao seu crescimento. Observou-se, em particular, uma dinâmica muito positiva de determinadas atividades, como Fabricação de Calçados, de Confeção, de Têxteis, da Fabricação de Produtos de Metal e da Metalurgia.

Em 2025, entretanto, os resultados setoriais demonstram um arrefecimento da produção industrial no Estado. Considerando aquelas atividades que expandiram a produção no primeiro trimestre de 2025, os destaques ficaram por conta da Fabricação de Produtos Químicos, Metalurgia, Têxteis e da Fabricação de Alimentos. Entre estas, apenas os segmentos da Metalurgia e da Fabricação de Têxteis mantiveram o desempenho que alcançaram em 2024.

Já as atividades de Fabricação de Produtos de Metal, Confeção e Fabricação de Calçados apresentaram um desempenho menos favorável neste início de 2025. Calçados e Produtos de metal apresentaram uma leve expansão, respectivamente, de 1,3% e 0,2%, demonstrando um menor poder de influência sobre a produção total da Indústria. Já a atividade de Confeção registrou um forte recuo, de -20,8%, sendo uma das principais causas a explicar a freada na produção industrial neste início de ano. Na Tabela 8, a seguir, os números são apresentados.

Tabela 8

Variação Trimestral (%) da Produção Física das Atividades da Indústria de Transformação – Ceará – 2024 e 2025.

Setores	Variação Trimestral				
	2024.1	2024.2	2024.3	2024.4	2025.1
Fabricação de produtos químicos	-42,2	-41,6	48,1	43,9	50,5
Metalurgia	16,7	-3,9	11,1	42,0	28,1
Fabricação de produtos têxteis	-7,1	35,9	42,6	48,9	19,2
Fabricação de produtos alimentícios	-0,7	4,1	-7,6	-10,4	6,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	4,7	-0,7	15,8	9,5	4,8
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	19,5	33,4	23,9	3,8	1,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	13,5	67,7	22,9	22,7	0,2
Fabricação de bebidas	14,9	5,6	4,7	2,2	-2,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	27,5	24,7	22,7	7,2	-20,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	13,8	-16,1	-0,4	-29,0	-25,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-5,4	-15,4	-18,8	-27,7	-33,4

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração própria.

Nota: Variações trimestrais em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Atividades ordenadas pela variação em 2025.1.

Pelo exposto, neste primeiro trimestre de 2025, as atividades relevantes para os números de 2024 perderam intensidade, exercendo efeitos menos favoráveis para todo setor. Este cenário reforça a percepção de que os estímulos determinantes até então perderam força, o que aponta para uma inflexão na trajetória da produção.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das regiões cearenses⁴. A Tabela 9, a seguir, apresenta o VAB industrial para as Regiões de Planejamento do Estado e a participação de cada uma destas no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2020 e

⁴ É necessário ressaltar algumas limitações associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos municípios e cuja disponibilidade alcança ano de 2021; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas reais de crescimento.

2021⁵. Nela é possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada região para a indústria cearense nos últimos anos.

Tabela 9

Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Indústria Cearense –
Regiões de Planejamento do Estado – 2020 e 2021.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)		Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará	
	2020	2021	2020	2021
Grande Fortaleza	18.356.015	25.813.327	73,18	75,41
Sertão de Sobral	1.137.202	1.520.777	4,53	4,44
Cariri	1.067.637	1.174.753	4,26	3,43
Litoral Leste	721.320	1.049.810	2,88	3,07
Vale do Jaguaribe	779.788	1.017.944	3,11	2,97
Litoral Norte	718.388	994.920	2,86	2,91
Litoral Oeste / Vale do Curu	612.092	742.075	2,44	2,17
Sertão Central	463.072	575.563	1,85	1,68
Serra da Ibiapaba	444.030	447.242	1,77	1,31
Centro Sul	241.929	285.001	0,96	0,83
Sertão dos Crateús	207.909	247.130	0,83	0,72
Maciço de Baturité	133.643	173.780	0,53	0,51
Sertão de Canindé	138.148	130.736	0,55	0,38
Sertão dos Inhamuns	63.171	57.655	0,25	0,17
Ceará	25.084.342	34.230.713	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: O PIB dos municípios é produzido e divulgado pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em decorrência do processo de mudança metodológica de atualização do ano base do PIB, passando do ano base de 2010 para o ano base de 2021, o IBGE somente divulgará o PIB dos municípios referentes aos anos de 2022 e 2023 em dezembro de 2025.

Em 2021, a Grande Fortaleza se manteve como a principal região industrial e aumentou sua relevância para o Estado. No ano, a região concentrou 75,41%, aumentando em 2,23 p.p. sua participação no VAB total da Indústria no Ceará. Na sequência, mantiveram-se as regiões do Sertão

⁵ Os resultados de 2022 não foram divulgados pelo IBGE em decorrência da atualização metodológica do Sistema de Contas Nacionais para o novo ano base.

de Sobral e do Cariri, com participações respectivas de 4,44% e 3,43%. Na Grande Fortaleza, a produção de metalurgia e minerais foi o principal destaque em 2021. Já no Sertão de Sobral e no Cariri, a produção de couros e calçados foi o principal segmento industrial.

Na comparação com 2020, as regiões da Grande Fortaleza, do Litoral Leste e do Litoral Norte foram as únicas a apresentarem ganhos de participação na Indústria total do estado, com destaque absoluto para a capital e seu entorno. Nos litorais, o ritmo foi bem mais modesto, com altas de 0,19 p.p. na porção leste e de apenas 0,04 p.p. na porção norte. Em ambas as regiões litorâneas, a atividade de geração de energia foi o maior destaque em 2021.

Na direção oposta, com perdas de participação na indústria cearense, destacaram-se as regiões do Cariri e da Serra da Ibiapaba. Embora ocupe a terceira posição entre as regiões, a região do Cariri diminuiu sua participação em -0,82 p.p. na comparação entre 2021 e 2020. A região foi seguida pela Serra da Ibiapaba, cuja redução foi de -0,46 p.p. na mesma comparação, levando sua participação para 1,31% no ano mais recente. Em 2021, na região serrana, a geração de energia também foi a principal atividade industrial.

Como de costume, a análise realizada sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Superado o período pandêmico, os aspectos puramente econômicos passaram a explicar a dinâmica da atividade industrial. Neste contexto, nos anos de 2022 e 2023, novas restrições ligadas mais diretamente ao ambiente macroeconômico nacional voltaram a impor dificuldades para o crescimento do setor industrial, em particular para o segmento da transformação.

Em 2024, entretanto, a indústria experimentou um forte processo de recuperação, com elevadas taxas positivas associadas a um ambiente econômico estimulado e mais favorável à produção industrial. O ano de 2025, por sua vez, se inicia com crescimento ainda sob o efeito da intensa dinâmica do ano anterior, mas já demonstra um esperado arrefecimento da produção, com um ritmo menos intenso.

1.1.3. Setor de Serviços

A Tabela 10 apresenta a evolução da participação do setor de serviços total e por atividades no Valor Adicionado Bruto (VAB) cearense de 2019 a 2022. Conforme os dados, a série histórica revela que o setor de Serviços é o que apresenta a maior importância na composição do PIB estadual, com participação superior a 70% do Valor Adicionado Bruto cearense. Nota-se que a participação do setor de Serviços cearense caiu de 77,8% em 2019 para 75,2% em 2022, resultando numa perda de participação no VAB cearense de 2,6 p.p. na comparação dos dois anos. Apesar dessa perda de participação, o Ceará ainda continua sendo uma economia concentrada em serviços.

Tabela 10

Evolução das participações (%) no VAB cearense – 2019 a 2022.

Atividades	2019	2020	2021	2022
Serviços	77,8	76,3	73,3	75,2
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,5	14,2	13,1	13,3
Transporte, armazenagem e correio	3,2	2,7	2,7	2,3
Informação e comunicação	2,5	2,4	2,6	2,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,2	4,2	3,5	4,0
Atividades imobiliárias	10,1	11,0	9,8	10,3
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,0	24,8	23,0	23,8
Outros serviços	19,3	17,1	18,6	18,7

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: A participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas dos estados é produzida e divulgada pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em decorrência do processo de mudança metodológica de atualização do ano base do PIB, passando do ano base de 2010 para o ano base de 2021, o IBGE divulgou o ano de 2022 de forma preliminar, sendo passível de alteração quando o IBGE finalizar o processo de atualização do ano base do PIB.

As principais atividades do setor de serviços em 2022 foram: Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (23,8%); Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (13,3%); Atividades imobiliárias (10,3%); Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,0%); Informação e comunicação (2,7%); e Transporte, armazenagem e correio (2,3%).

Outros serviços, com participação de 18,7%, contemplam um amplo conjunto de outras atividades econômicas que vão desde atividades de alojamento e alimentação voltadas para os turistas, passando pelos serviços prestados às empresas, como atividades profissionais, técnicas, científicas e administrativas, pelos serviços prestados às famílias, como artes, cultura, recreação, esporte, manutenção de aparelhos eletrônicos, cabeleireiro, manicure e, por fim, pelos serviços domésticos.

A Tabela 11, abaixo, apresenta a evolução das participações das regiões de planejamento no valor adicionado da atividade de serviços, exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense para os anos de 2002, 2010, 2020 e 2021.

Tabela 11

Regiões de Planejamento com Maiores Participações na Atividade de Serviços (Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social): Ceará, 2002, 2010, 2020 e 2021.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Serviços Região/Serviços Total Ceará			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	51.618.327	58.302.973	74,77	72,80	68,47	69,42
Cariri	728.340	2.428.091	6.018.238	6.372.643	6,28	7,13	7,98	7,59
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	3.092.759	3.468.892	3,42	3,65	4,10	4,13
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.241.741	2.518.466	2,33	2,30	2,97	3,00
Litoral Norte	160.902	504.017	1.568.822	1.843.377	1,39	1,48	2,08	2,19
Sertão Central	183.599	616.331	1.670.857	1.802.535	1,58	1,81	2,22	2,15
Centro Sul	247.607	786.775	1.714.138	1.794.588	2,14	2,31	2,27	2,14
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.647.837	1.739.187	1,41	1,64	2,19	2,07
Litoral Oeste / Vale do Curu	196.819	715.228	1.437.106	1.541.124	1,70	2,10	1,91	1,83
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.240.098	1.310.695	1,47	1,42	1,64	1,56
Litoral Leste	147.666	421.349	1.105.815	1.198.670	1,27	1,24	1,47	1,43
Maciço de Baturité	106.672	284.974	836.405	872.014	0,92	0,84	1,11	1,04
Sertão de Canindé	96.623	268.242	721.148	740.140	0,83	0,79	0,96	0,88
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	474.906	485.238	0,48	0,51	0,63	0,58
Ceará	11.594.125	34.074.269	75.388.196	83.990.541	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: O PIB dos municípios é produzido e divulgado pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em decorrência do processo de mudança metodológica de atualização do ano base do PIB, passando do ano base de 2010 para o ano base de 2021, o IBGE somente divulgará o PIB dos municípios referentes aos anos de 2022 e 2023 em dezembro de 2025.

Em 2021, a Região da Grande Fortaleza concentrou 69,42% do VAB dos serviços cearenses, seguida pela região do Cariri (7,59%), Sertão de Sobral (4,13%), Vale do Jaguaribe (3,00%) e Litoral Norte (2,19%), sendo essas as cinco maiores participações. Destaca-se que a participação conjunta dessas cinco principais regiões foi reduzida de 88,19% em 2002 para 86,33% em 2021.

Na comparação entre os anos de 2002 e 2021, treze das catorze regiões ganharam participação no VAB dos serviços cearenses. Os três maiores ganhos de participação foram observados nas regiões do Cariri (+1,31 p.p.), Litoral Norte (+0,81 p.p.) e Sertão de Sobral (+0,71

p.p.). Por outro lado, a maior perda ocorreu na região da Grande Fortaleza (-5,36 p.p.), explicando a perda de participação observada no conjunto das cinco principais regiões.

O movimento de crescimento na atividade de serviços privados cearense está se dando de forma mais intensa na parte sul e norte do estado, resultando em forte perda de participação da região da Grande Fortaleza, apesar desta última também ter registrado crescimento entre 2020 e 2021.

Por sua vez, na Tabela 12, é apresentada a participação das regiões de planejamento no VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense para os anos de 2002, 2010, 2020 e 2021.

Tabela 12

Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – Ceará – 2002, 2010, 2020 e 2021.

Região de Planejamento	Valor Adicionado Bruto da Administração pública, a preços correntes (R\$ 1.000)				Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará			
	2002	2010	2020	2021	2002	2010	2020	2021
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	15.773.179	16.585.266	44,21	44,21	43,60	43,16
Cariri	651.697	1.822.420	4.170.675	4.385.792	11,06	11,09	11,53	11,41
Sertão de Sobral	323.333	926.915	2.070.921	2.263.520	5,49	5,64	5,72	5,89
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.625.763	1.759.368	4,65	4,48	4,49	4,58
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.439.756	1.555.892	3,74	3,86	3,98	4,05
Litoral Oeste / Vale do Curu	240.860	707.961	1.633.520	1.730.268	4,09	4,31	4,52	4,50
Sertão Central	264.722	716.459	1.604.550	1.704.245	4,49	4,36	4,44	4,44
Litoral Norte	249.916	736.046	1.661.121	1.795.815	4,24	4,48	4,59	4,67
Centro Sul	267.732	720.817	1.565.445	1.650.940	4,55	4,39	4,33	4,30
Sertão de Crateús	251.746	670.760	1.419.417	1.541.404	4,27	4,08	3,92	4,01
Litoral Leste	136.117	378.475	842.641	897.286	2,31	2,30	2,33	2,34
Maciço de Baturité	171.107	473.187	1.031.565	1.117.644	2,90	2,88	2,85	2,91
Sertão de Canindé	140.998	390.456	815.929	886.431	2,39	2,38	2,26	2,31
Sertão de Inhamuns	94.253	253.546	522.793	551.413	1,60	1,54	1,45	1,44
Ceará	5.890.425	16.430.304	36.177.276	38.425.285	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: O PIB dos municípios é produzido e divulgado pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em decorrência do processo de mudança metodológica de atualização do ano base do PIB, passando do ano base de 2010, para o ano base de 2021, o IBGE somente divulgará o PIB dos municípios, referentes aos anos de 2022 e 2023, em dezembro de 2025.

Como pode ser destacado, a região da Grande Fortaleza no total do VAB da administração pública é hegemônica, com participação de mais de 40% ao longo do período em análise. De forma mais específica, em 2002, a região concentrava 44,21%, tendo em 2021 tido uma leve perda, com percentual de 43,16%. De forma geral, a região manteve praticamente a participação considerando uma comparação de 19 anos.

Na sequência, a região do Cariri é a segunda com a maior participação no VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social do Estado do Ceará, com leve variação de 2002 a 2021. Em 2021, a participação percentual da região foi de 11,41%, levemente maior quando comparado com 2002 (11,06%).

Destaque também, em 2021, para as regiões do Sertão de Sobral (5,89%), Litoral Norte (4,67%), Vale do Jaguaribe (4,58%), Litoral Oeste/Vale do Curu (4,50%), Sertão Central (4,44%) e Centro Sul (4,30%), todas apresentando participações acima de 4%.

1.2. Pesquisas e Resultados

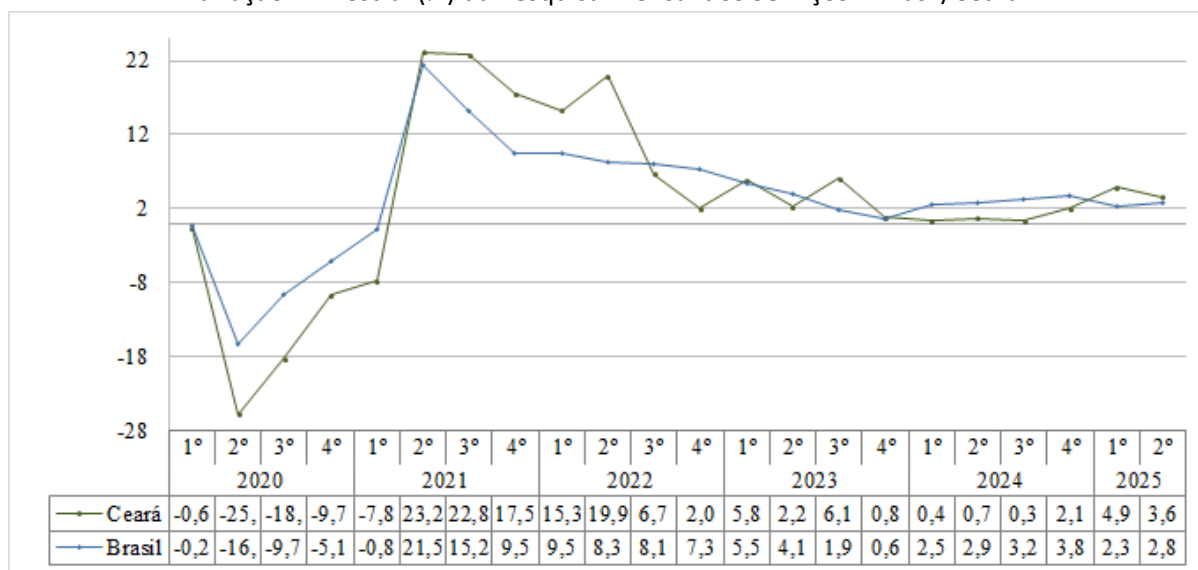
1.2.1. Pesquisa Mensal dos Serviços

Os dados da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos serviços empresariais não financeiros no Estado do Ceará, indicam que o setor apresentou novamente crescimento no segundo trimestre de 2025, com uma taxa de 3,6%. Esse resultado marca a décima sétima alta consecutiva do segmento, considerando como base de comparação o mesmo trimestre do ano anterior.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta a evolução trimestral, a partir do primeiro trimestre de 2020 até o segundo trimestre de 2025, tanto para o Ceará como para os dados nacionais.

Gráfico 4

Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil/Ceará.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O segundo trimestre de 2025 da PMS cearense chama a atenção não apenas pelo crescimento contínuo por dezessete trimestres consecutivos, mas também pela expressiva alta registrada no período.

Por outro lado, ao analisar a mesma base de comparação, especificamente o segundo trimestre de 2024, observa-se que o segmento havia avançado apenas 0,7% em relação ao mesmo trimestre de 2023. Além disso, os três primeiros trimestres de 2024, embora tenham mostrado resultados positivos, apresentaram um desempenho modesto, indicando sinais de desaceleração.

Já os dados dos serviços empresariais não-financeiros do Brasil mostram que, após o período pandêmico, que se inicia a partir do segundo trimestre de 2020 e se estende até o primeiro de 2021, o setor cresceu fortemente com uma tendência de desaceleração até o último trimestre de 2023, quando voltou a esboçar recuperação ao final desse mesmo ano e ao longo de 2024. Durante todos os trimestres de 2024, o segmento mostra um desempenho robusto, resultado que se repete nos primeiros trimestres de 2025.

No caso do Estado do Ceará, como já argumentado, embora os trimestres que compõem o ano de 2024 tenham apresentado um leve desempenho positivo, os dois primeiros trimestres de 2025 mostram uma recuperação do segmento com duas taxas de crescimento significativas. Ademais, tanto no primeiro trimestre de 2025 como no segundo trimestre, o crescimento foi maior que a média nacional, 4,9% contra 2,3% e 3,6% contra 2,8%, respectivamente.

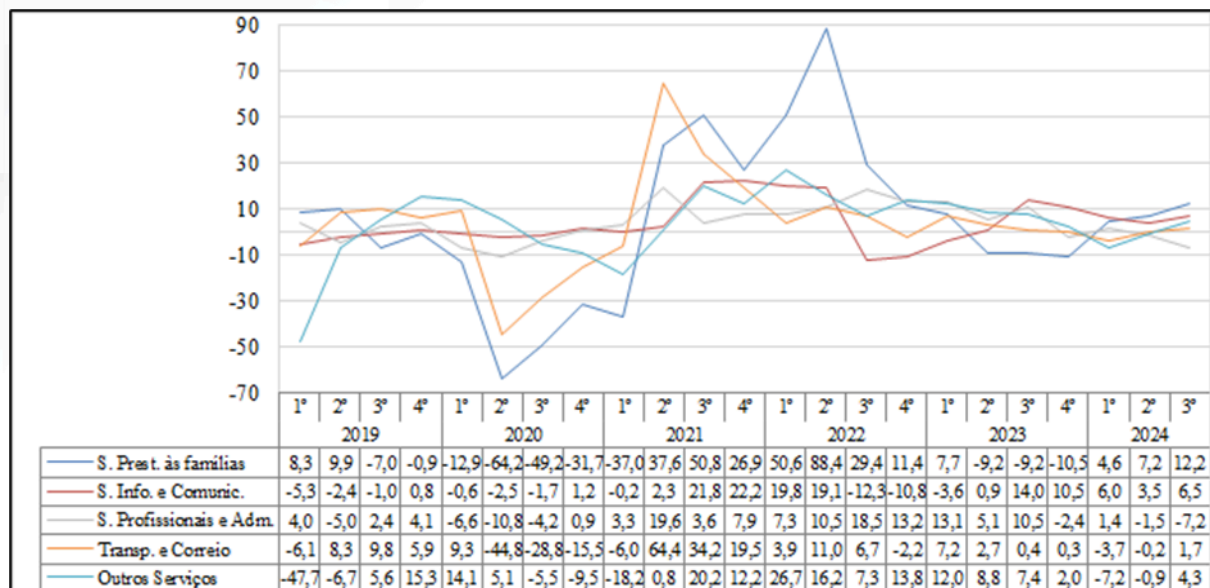
É bom ressaltar que os choques de oferta durante o período da pandemia desestruturaram as cadeias globais de valor, resultando em uma significativa aceleração da inflação. Isso levou o Banco Central a adotar uma política de aperto monetário rigoroso, aumentando as taxas de juros a partir de junho de 2020. Sucessivas altas foram intensificadas iniciando em setembro de 2024, tendo a Selic alcançado o patamar atual de 15%, o que, por conseguinte, tem impactado diretamente alguns segmentos do setor de serviços por meio do canal de crédito.

Sob o aspecto estrutural, cabe também enfatizar que os indicadores apontam para o fechamento do hiato do produto, sinalizando que a economia está operando em níveis próximos ao pleno emprego. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, tanto a taxa de desemprego no Estado do Ceará, quanto no Brasil têm alcançado níveis historicamente baixos.

Por sua vez, de forma desagregada, o Gráfico 5 apresenta a evolução da série histórica trimestral dos cinco segmentos que compõem o setor de serviços empresariais não-financeiros da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do Ceará.

Gráfico 5

Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará – Atividades.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quando se observa especificamente o segundo trimestre de 2025 da PMS cearense, com exceção dos serviços profissionais, administrativos e complementares, todos os demais apresentaram desempenho positivo.

De forma mais específica, desde o fim do período pandêmico, o segmento dos outros serviços tem-se destacado. De fato, como pode ser observado no Gráfico 5, a partir do segundo trimestre de 2021 até o quarto trimestre de 2023, o segmento teve onze altas seguidas. Em seguida, nos dois primeiros trimestres de 2024, o segmento amargou dois leves recuos, mas voltou a crescer nos dois últimos trimestres do referido ano até o segundo trimestre de 2025, quando cresceu a uma forte taxa de 22% e configurando como a quarta consecutiva quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. Um dado importante a se observar é que sua desaceleração nos dois primeiros trimestres de 2024 coincide com a queda da atividade agregada.

Além disso, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com aumento de 10,2% neste segundo trimestre de 2025, e o segmento dos serviços prestados às famílias, que cresceu 7,6% nesse mesmo período, são duas atividades que impactam diretamente a cadeia produtiva da economia ao abranger não apenas o setor de serviços, mas também outras áreas da economia e, por conseguinte, contribuindo para a boa performance dos serviços como um todo.

No caso dos serviços de transportes, auxiliares aos transportes e correio, destacam-se por seu papel essencial no fluxo de mercadorias, integrando o setor logístico e ampliando o alcance a mercados mais distantes. Além disso, esses serviços operam de forma estratégica nas cadeias

produtivas, desde o fornecimento de matéria-prima até a distribuição de produtos finais. Sua atuação é indispensável para o funcionamento de setores como comércio, indústria e agronegócio, gerando sinergias e impulsionando o crescimento econômico. Por fim, os subsegmentos dos transportes estão diretamente conectados aos serviços prestados às famílias, especialmente na expansão do fluxo de passageiros, dois setores que apresentam uma relação simbiótica em períodos de crescimento econômico.

Já os serviços prestados às famílias registraram a sexta alta consecutiva quando se utiliza como comparação o mesmo trimestre do ano anterior. Adicionalmente, o segmento vem mantendo índices de crescimento superior a 3%, refletindo o impacto de variáveis como o maior poder aquisitivo da população e o crescente acesso a serviços voltados para o lazer, como turismo, cinema, shows, academias, além de alimentação fora de casa em bares e restaurantes. Essas atividades, ao impulsionar o consumo direto, geram um efeito multiplicador na economia, estimulando a demanda por produtos e serviços adicionais em outras áreas, como transporte, hotelaria e eventos.

Outro segmento que tem apresentado desempenho contínuo são os serviços de informação e comunicação. Além de ter apresentado um desempenho suave ao longo de quase toda a série histórica, ou seja, não cresce de forma extraordinária, mas também não apresenta desempenho negativo elevado, como o crescimento de 2,1% no segundo trimestre de 2025, essa é a nona alta seguida do setor. Sua composição compila atividades de telecomunicações e tecnologia da informação e, portanto, serviços associados ao entretenimento e desenvolvimento de programas e de novas tecnologias.

Quanto aos serviços profissionais, administrativos e complementares, desde o final do ano de 2023, o setor tem apresentado quedas, com raros ciclos de crescimento, como no primeiro trimestre de 2025, quando apresentou um desempenho de 2,7%. É um setor que tem nos seus subsegmentos uma ampla gama de atividades e que fornece suporte essencial às operações de diversas organizações por conta de seus serviços altamente especializados, como consultoria empresarial, jurídica, contábil, publicitária, além de atividades de terceirização, como limpeza e segurança⁶.

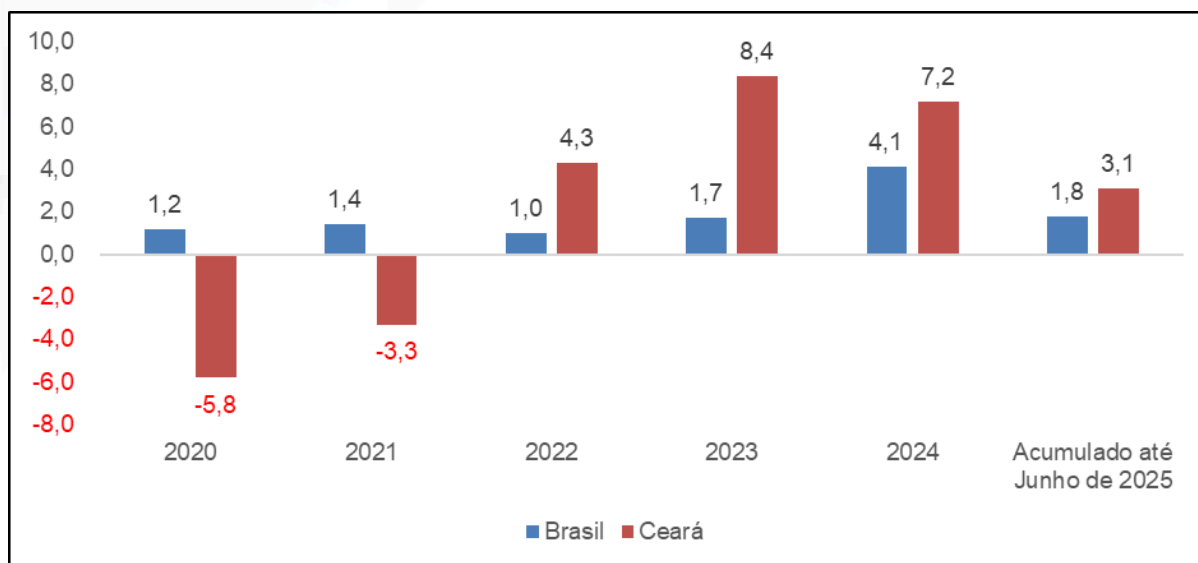
1.2.2. Pesquisa Mensal do Comércio

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que, em 2020, o varejo comum nacional registrou um crescimento de 1,2% e o varejo comum cearense uma queda de 5,8%, ambos comparados ao ano anterior. Esse resultado é consequência das medidas de controle de disseminação do vírus da Covid-19, quando vários setores da economia local foram proibidos de funcionar (Gráfico 6).

⁶ Destaca-se que os serviços profissionais, administrativos e complementares são responsáveis por melhorar a produtividade e a competitividade das empresas ao permitir que elas se concentrem em suas atividades principais, terceirizando funções não centrais.

Gráfico 6

Evolução da taxa de variação das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 2020 ao acumulado até junho de 2025 (%).



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2021, o varejo comum nacional manteve a trajetória de crescimento com alta de 1,4%, enquanto o varejo comum cearense registrou nova queda de 3,3%. No ano seguinte, o varejo comum nacional registrou alta de apenas 1,0%, ao passo que o varejo comum cearense apresentou crescimento expressivo de 4,3%, revelando sinais de recuperação frente à queda observada nos dois últimos anos.

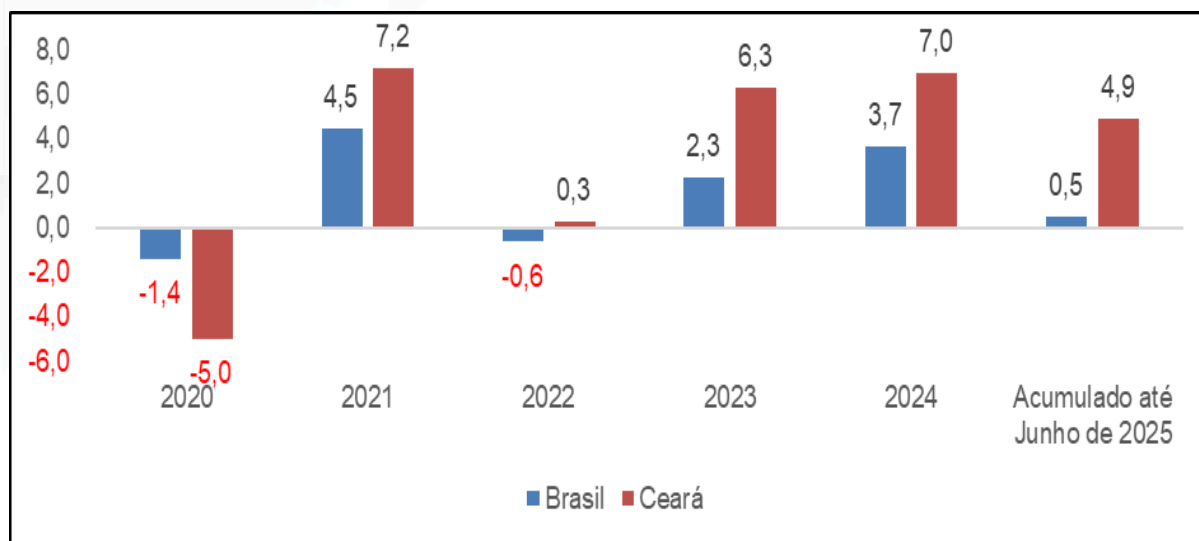
Em 2023, o varejo comum nacional apresentou alta de 1,7%, enquanto o varejo comum cearense registrou crescimento ainda mais intenso de 8,4%, confirmando a trajetória de recuperação e expansão das vendas. Em 2024, o varejo comum nacional registrou uma alta expressiva de 4,1%, resultado de medidas de estímulo ao crédito, e o varejo comum cearense registrou a terceira alta seguida de 7,2%, concretizando o bom momento vivido pelo setor no estado.

Adicionalmente, no acumulado do ano até junho de 2025, o varejo nacional registrou alta de 1,8%, e o varejo comum cearense crescimento de 3,1%, superando as vendas nacionais pelo quarto período consecutivo.

Pela análise do Gráfico 7 abaixo, os varejos ampliado nacional e cearense sentiram os efeitos das medidas de controle de disseminação do vírus da Covid-19, quando vários setores da economia local foram proibidos de funcionar, ao registrar queda de 1,4% e 5,0%, ambas comparadas com o ano anterior.

Gráfico 7

Evolução da taxa de variação das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 2020 ao acumulado até junho de 2025 (%).



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2021, o varejo ampliado nacional registrou uma alta de 4,5%, resultado de um bom desempenho nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; outros artigos de uso pessoal e doméstico; tecidos, vestuário e calçados; veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção. Já o bom crescimento nas vendas do varejo ampliado cearense de 7,2% foi resultado do bom desempenho nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; combustíveis e lubrificantes; material de construção e de veículos, motocicletas, partes e peças.

Em 2022, o varejo ampliado nacional desacelerou fortemente, passando a registrar queda de 0,6%. Nota-se que o varejo ampliado cearense também registrou forte desaceleração neste ano, registrando crescimento de apenas 0,3%. A desaceleração nas vendas do varejo ampliado estadual foi provocada pela queda nas vendas de móveis; outros artigos de uso pessoal e doméstico; veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção.

Em 2023, o varejo ampliado nacional voltou a registrar alta de 2,3%, e o varejo ampliado cearense crescimento ainda mais expressivo de 6,3%, revelando uma recuperação frente ao fraco desempenho observado um ano antes. Dessa vez, as vendas de hipermercados e supermercados; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; eletrodomésticos; e de veículos, motocicletas, partes e peças foram as grandes responsáveis pelo bom desempenho do varejo estadual no ano.

Em 2024, o varejo ampliado nacional registrou uma alta expressiva de 3,7%, também como resultado de medidas de estímulo ao crédito, e o varejo ampliado cearense registrou um crescimento ainda mais expressivo, de 7,0%, concretizando o bom momento vivido pelo setor no estado no ano. As vendas do varejo estadual foram puxadas especialmente por artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; móveis; combustíveis e lubrificantes; outros artigos de uso pessoal e doméstico; material de construção; e atacado especializado em produtos alimentícios,

bebidas e fumo. Das quatorze atividades analisadas, apenas duas registraram queda de vendas no ano: livros, jornais, revistas e papelaria e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

Adicionalmente, no acumulado do ano até junho de 2025, o varejo nacional registrou alta de 0,5%, e o varejo ampliado cearense crescimento de 4,9%, superando as vendas nacionais pelo quinto período consecutivo. O bom desempenho nas vendas do varejo estadual foi resultado especialmente pelas vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; outros artigos de uso pessoal e doméstico; combustíveis e lubrificantes; veículos, motocicletas, partes e peças; material de construção e de atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo.

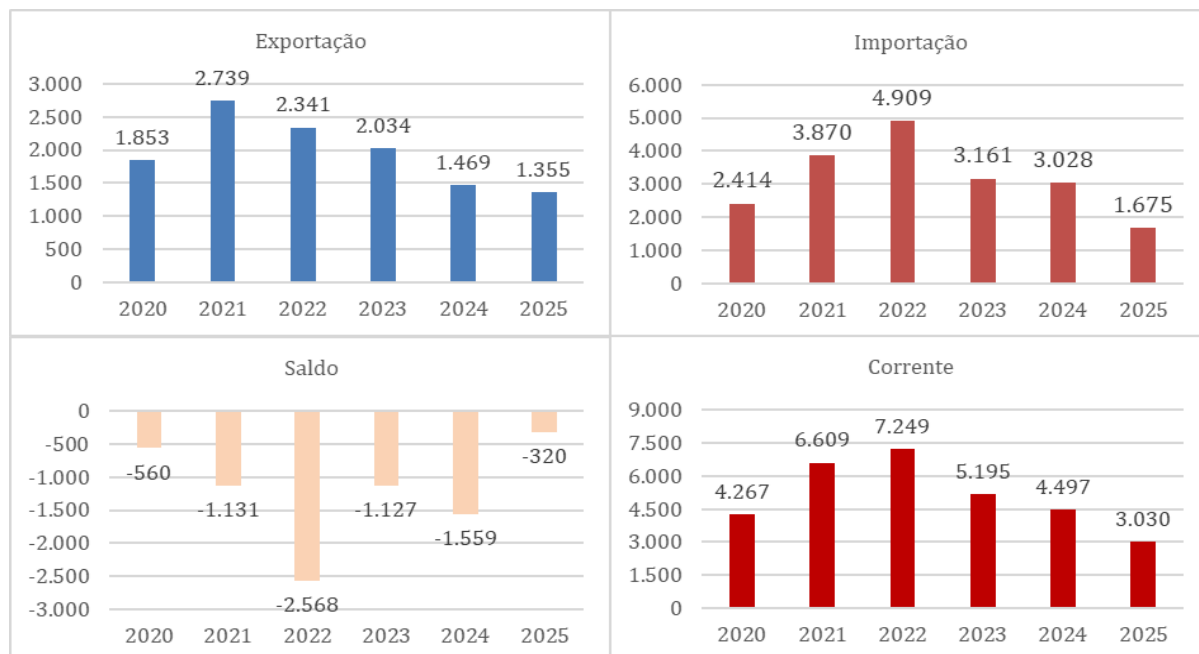
1.2.3. Comércio Exterior

As exportações cearenses, no acumulado de janeiro a julho de 2025, registraram o valor de US\$1.355 milhões, indicando que possivelmente ficarão acima do valor exportado ao longo de todo o ano de 2024, quando registraram o valor de US\$1.469 milhões.

Da série analisada no abaixo, o ano de 2021 foi o que registrou o maior valor das exportações (US\$2.739 milhões), e 2024, o menor valor. As importações cearenses registraram valor de US\$1.675 milhões, de janeiro a julho de 2025, apontando que ficarão próximas aos valores registrados nos anos de 2023 e 2024. Diante dos valores de 2025, o saldo da balança comercial cearense de janeiro a julho registrou saldo negativo de US\$320 milhões, e a corrente de comércio somou a quantia de US\$3.030 milhões (Gráfico 8).

Gráfico 8

Balança Comercial do Ceará: Exportação, Importação, Saldo e Corrente (US\$ FOB milhões) – 2012-2025*.



Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2025 correspondem ao acumulado de janeiro a julho; os valores dos demais anos anteriores correspondem ao acumulado de janeiro a dezembro.

Nas exportações cearenses por produtos, a pauta no acumulado de janeiro a julho de 2025 continua sendo liderada pelos Produtos Ferro fundido, ferro e aço, com valor de US\$725,3 milhões, respondendo por 53,5% do total exportado pelo estado. Em 2025, o valor exportado desse grupo ficou bem acima do valor para o mesmo período de 2023 e 2024. O Ceará ampliou as vendas de produtos metalúrgicos para os Estados Unidos, México, França, Itália e Reino Unido.

Tabela 13

Principais Produtos Exportados do Ceará: 2023-2025*.

Código SH2	Setores/Produtos	2023		2024		2025*	
		US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)
72	Ferro fundido, ferro e aço	640.055.113	53,89	533.598.386	51,80	725.275.296	53,53
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes	169.412.447	14,26	119.378.196	11,59	117.689.384	8,69
08	Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões	77.910.812	6,56	61.965.963	6,02	96.369.099	7,11
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	36.542.363	3,08	48.255.410	4,68	71.062.599	5,24
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	34.035.934	2,87	43.808.246	4,25	49.052.064	3,62
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	21.370.454	1,80	23.427.803	2,27	48.595.978	3,59
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	35.201.302	2,96	44.153.968	4,29	40.407.021	2,98
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	38.683.635	3,26	29.484.078	2,86	38.176.449	2,82

41	Peles, exceto as peles com pelo, e couros	24.873.280	2,09	24.289.153	2,36	22.136.581	1,63
52	Algodão	13.286.395	1,12	18.790.283	1,82	20.521.224	1,51
	Demais produtos	96.306.824	8,11	82.899.035	8,05	125.683.489	9,28
	Ceará	1.187.678.559	100,00	1.030.050.521	100,00	1.354.969.184	100,00

Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023, 2024 e 2025 correspondem ao acumulado de janeiro a julho de cada ano.

O grupo Calçados foi o segundo mais exportado em 2025 (janeiro a julho), com valor de US\$117,7 milhões e participação de 8,7%. O valor das exportações desse grupo ficou abaixo do registrado em 2023 para o mesmo período e próximo do valor obtido nos sete primeiros meses de 2024. Esse resultado foi causado pela forte redução das vendas para a Argentina, antes principal destino das exportações de calçados do Ceará, reflexo da desaceleração econômica da Argentina. Os Estados Unidos passaram a ser o principal destino de calçados do Ceará, com crescimento do valor exportado; ainda assim, não foi suficiente para compensar a perda das exportações para a Argentina.

As exportações de frutas, no acumulado de janeiro a julho de 2025, estão com valor bem acima dos dois últimos anos, comparados em iguais períodos, atingindo o montante de US\$96,4 milhões e participação de 7,11%. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento das vendas de castanha de caju e melões para diversos países.

Dos dez principais grupos exportados, comparado o valor de janeiro a julho de 2025 com o mesmo período de 2024, os grupos que apresentaram maiores crescimentos foram: produtos metalúrgicos (35,9%), frutas (55,5%), Gorduras e óleos animais ou vegetais (47,3%) e Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados (12%).

Ao analisar as importações cearenses no acumulado de janeiro a julho de 2025, verificou-se que os Combustíveis minerais e seus derivados lideram a pauta de importação, com valor de US\$411,8 milhões e participação de 24,6% (Tabela 14). Dentro do grupo de combustíveis, destacam-se a Hulha betuminosa, gasolina e óleo diesel.

Em seguida, estão os produtos Metalúrgicos, com valor de US\$223,6 milhões e participação de 13,3%, com destaque para laminados planos e ferro-molibdênio. Em terceiro lugar da pauta estão os produtos Químicos Orgânicos, com valor importado de US\$177,6 milhões e participação de 10,6%, com destaque para ácidos carboxílicos contendo funções oxigenadas e ácidos carboxílicos seus anidridos.

Dentre os dez principais produtos da pauta de importação cearense, no acumulado de janeiro a julho de 2025, comparado ao mesmo período de 2024, cinco registraram aumento do valor importado, com destaque para Ferro fundido, ferro e aço (21,9%) e Produtos Químicos Orgânicos (79,5%).

Por outro lado, os grupos com queda mais expressiva foram: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes (-43%); Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (-16,6%); e Plástico e suas obras (-14,2%). Espera-se que, mantendo esse comportamento da pauta de importação, o valor de 2025 deva encerrar o ano próximo do registrado nos dois últimos anos.

Tabela 14

Principais Produtos Importados - Ceará - 2023-2025*.

Código SH2	Setores/Produtos	2023		2024		2025*	
		US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	475.039.243	24,80	421.670.930	24,94	411.418.167	24,56
72	Ferro fundido, ferro e aço	137.959.339	7,20	183.325.689	10,84	223.574.308	13,35
29	Produtos químicos orgânicos	267.758.949	13,98	98.949.885	5,85	177.586.476	10,60
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som,	244.838.750	12,78	266.541.137	15,76	152.011.767	9,08
10	Cereais	120.391.562	6,29	133.216.579	7,88	139.242.013	8,31
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	239.701.790	12,51	166.279.767	9,83	138.590.348	8,27
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras de origem animal ou vegetal	64.335.128	3,36	67.845.793	4,01	64.590.382	3,86
39	Plásticos e suas obras	56.712.009	2,96	46.149.026	2,73	39.614.071	2,37
31	Adbos (fertilizantes)	15.141.281	0,79	19.698.142	1,17	31.423.973	1,88
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	23.711.755	1,24	21.487.529	1,27	27.339.875	1,63
	Demais produtos	269.863.271	14,09	265.607.697	15,71	269.445.091	16,09
	Ceará	1.915.453.077	100,00	1.690.772.174	100,00	1.674.836.471	100,00

Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023, 2024 e 2025 correspondem ao acumulado de janeiro a julho de cada ano.

As exportações cearenses, no acumulado de janeiro a julho de 2025, foram realizadas por 57 municípios, a mesma quantidade de municípios que exportaram nesse período do ano de 2023, e um pouco menor do que a quantidade que exportou em 2024 (59 municípios). Verificou-se que a concentração das exportações vem apresentando comportamentos parecidos, pois, em 2025 (janeiro a julho), a participação dos 10 primeiros municípios cearenses concentrou 87,4%; em 2024, a concentração dos 10 primeiros foi de 88,3%; e, em 2023, a concentração foi de 89,7%.

O município de São Gonçalo do Amarante continua em primeiro lugar no ranking dos municípios cearenses exportadores, responsável por 53,6% do total exportado pelo Ceará no acumulado de janeiro a julho de 2025. Esse ano, o valor exportado por São Gonçalo do Amarante vem superando os valores registrados nos dois últimos anos.

Fortaleza foi o segundo maior exportador do estado, respondendo por 12,5% das exportações cearenses, seguido de Sobral (4,8%), Maracanaú (3,7%) e Icapuí (3,5%) (Tabela 15). Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram no período de janeiro a julho de 2025, comparado com o mesmo período de 2024, apenas Maracanaú (-8,4%) e Itapipoca (-38,2%) apresentaram queda do valor exportado.

Os demais registraram crescimento do valor exportado, com destaque para Caucaia (400,6%), Fortaleza (90,3%), Eusébio (43,3%) e São Gonçalo do Amarante (35,9%).

Tabela 15

Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2023-2025*.

Município	2023		2024		2025*	
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)
São Gonçalo do Amarante	659.588.938	56,39	545.902.455	54,06	742.054.317	53,46
Fortaleza	87.716.042	7,50	91.365.818	9,05	173.858.296	12,53
Sobral	73.251.406	6,26	63.155.002	6,25	66.628.703	4,80
Maracanaú	55.836.558	4,77	56.624.004	5,61	51.838.284	3,73
Icapuí	32.332.232	2,76	41.187.200	4,08	48.638.868	3,50
Aquiraz	26.565.409	2,27	14.800.884	1,47	36.684.108	2,64
Eusébio	23.288.272	1,99	25.602.962	2,54	36.680.181	2,64
Caucaia	7.402.428	0,63	4.782.768	0,47	24.231.640	1,75
Quixeramobim	26.777.562	2,29	14.268.369	1,41	16.004.531	1,15
Itapipoca	37.030.567	3,17	25.731.633	2,55	15.905.929	1,15
Demais municípios	139.860.658	11,96	126.340.041	12,51	175.537.615	12,65
Ceará	1.169.650.072	100,00	1.009.761.136	100,00	1.388.062.472	100,00

Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023, 2024 e 2025 correspondem ao acumulado de janeiro a julho de cada ano.

O município de Fortaleza foi o maior importador considerando os sete primeiros meses de 2025, com valor de US\$430,3 milhões e participação de 25,7%, valor inferior ao registrado em 2023 e 2024. Em segundo lugar está o município de São Gonçalo do Amarante, com participação de 23,9%; na sequência, aparecem Maracanaú (14,2%), Caucaia (13,1%) e Eusébio (5,6%) (Tabela 16).

Em 2025, as importações cearenses foram realizadas por 67 municípios; em 2024, esse número foi de 63 municípios; e, em 2023, foram 62 municípios. Os dez principais municípios importadores em 2025 (janeiro a julho) concentraram 83,9%, mostrando-se levemente menos concentrados do que nos anos de 2023 e 2024, quando os dez principais participaram com 96,3% e 96,1%, respectivamente.

Tabela 16

Principais Municípios Cearenses Importadores - 2023-2025*.

Município	2023		2024		2025*	
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)
Fortaleza	475.754.798	24,84	499.066.606	29,52	430.284.507	25,69
São Gonçalo do Amarante	396.162.290	20,68	357.501.326	21,14	400.563.880	23,92
Maracanaú	308.913.092	16,13	142.282.860	8,42	237.770.513	14,20
Caucaia	274.227.486	14,32	231.674.850	13,70	219.929.566	13,13
Eusébio	54.510.084	2,85	46.710.510	2,76	94.494.629	5,64
Crato	551788	0,03	432.854	0,03	73.741.762	4,40
Aquiraz	233263499	12,18	173157418	10,24	67.918.490	4,06
Horizonte	15555509	0,81	21.449.798	1,27	41.650.843	2,49
Sobral	13.987.804	0,73	14.940.642	0,88	14.174.940	0,85
Tianguá	10.250.101	0,54	8.674.124	0,51	12.733.586	0,76
Demais municípios	132.276.626	6,91	194.881.186	11,53	81.573.755	4,87
Ceará	1.915.453.077	100,00	1.690.772.174	100,00	1.674.836.471	100,00

Fonte: Comex Stat. Elaboração: IPECE.

Nota: Os valores de 2023, 2024 e 2025 correspondem ao acumulado de janeiro a julho de cada ano.

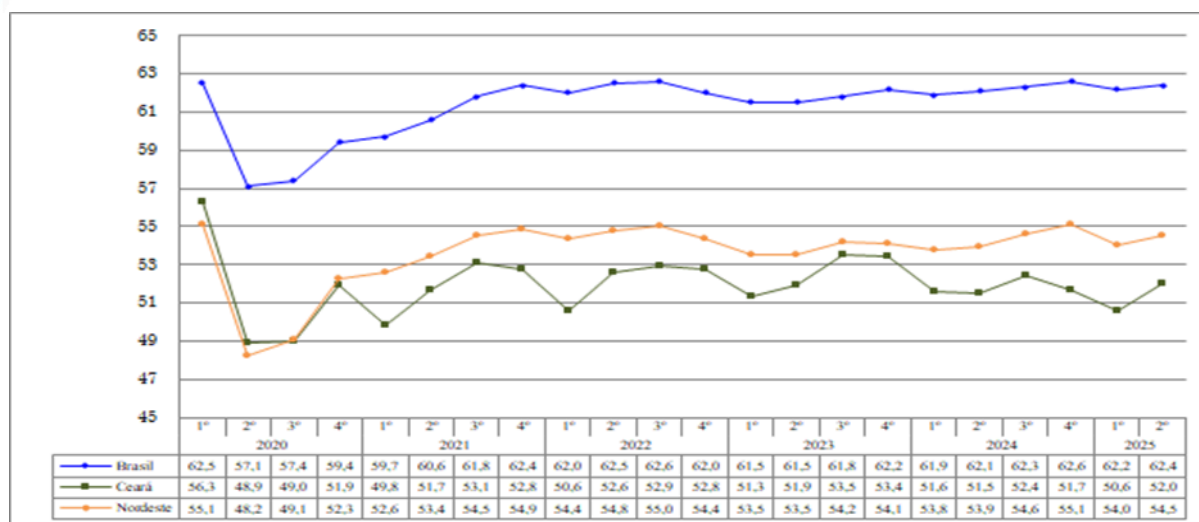
1.3. Mercado de Trabalho

1.3.1. Panorama – PNAD Contínua

O Gráfico 9 abaixo apresenta a taxa de participação (TP)⁷ do Brasil, da região Nordeste e do Estado Ceará com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do primeiro trimestre de 2020 ao segundo trimestre de 2025.

Gráfico 9

Taxa de Participação – 1ºT./2020/2ºT./2025 – Brasil/Nordeste/Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

A TP do Estado do Ceará ao alcançar um percentual de 52% no segundo trimestre de 2025 elevou-se tanto quando comparada ao trimestre imediatamente anterior – primeiro trimestre de 2025 – como também quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior (segundo trimestre de 2024).

De fato, quando comparada ao segundo trimestre de 2024, a taxa de participação elevou-se 0,5 ponto percentual; enquanto, quando comparada ao primeiro trimestre do ano de 2025, a elevação foi de 1,4 ponto percentual.

Como pode ser observado no gráfico anterior, a partir do segundo trimestre de 2020, por conta da crise sanitária que assolou toda a economia mundial, a taxa de participação do Estado do

⁷ A taxa de participação corresponde a relação entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar. Já a população em idade de trabalhar é composta pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, enquanto a força de trabalho é o cômputo dos ocupados e dos desocupados.

Ceará apresentou uma quebra estrutural na sua composição. A partir desse fenômeno, a taxa de participação cearense nos últimos quatro anos tem permanecido em torno de uma média de 52,2%.

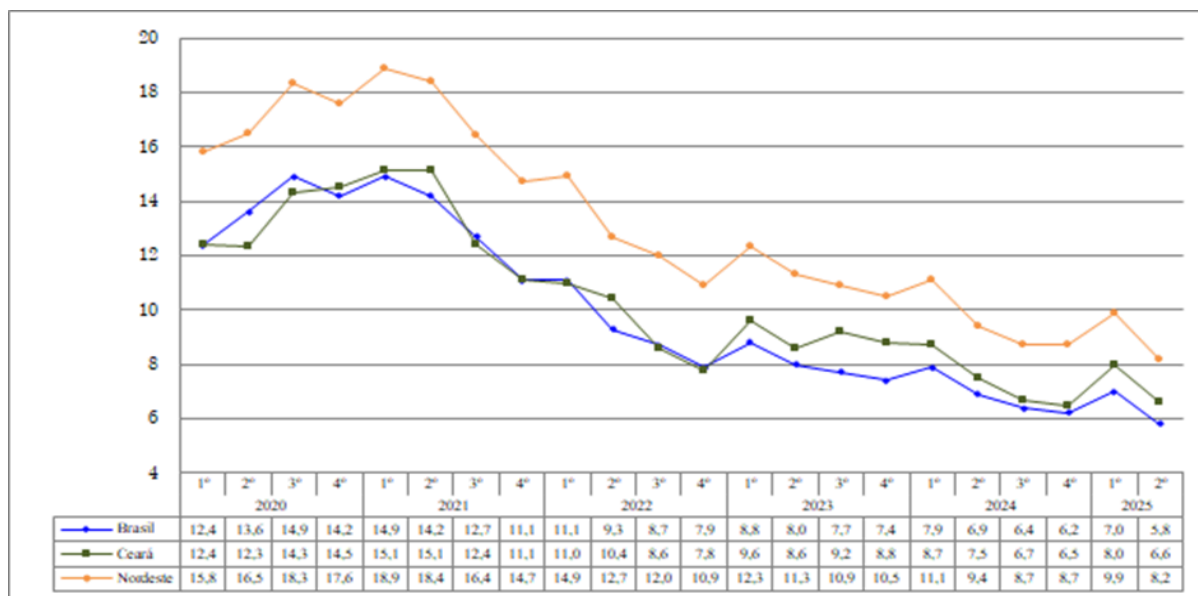
Nesse contexto, o patamar de 52% alcançado no segundo trimestre de 2025 mostra uma recuperação, principalmente com relação aos últimos dois anos, quando ela esteve abaixo do valor médio após sua forte mudança.

Finalmente, deve-se destacar que a redução da TP cearense pós Covid-19 pode ser associada ao aumento de benefícios assistenciais ao elevar o poder de compra das famílias. Isso ocorre porque a renda do domicílio eleva o salário de reserva⁸ dos membros com potencial de entrada no mercado de trabalho reduzindo, assim, a participação no mercado de trabalho tanto na ocupação como na busca ativa por emprego.

No Gráfico 10, por sua vez, são apresentados dados da taxa de desocupação (desemprego), indicador que mede uma pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas que procuraram ocupação e estão disponíveis para começar a trabalhar diretamente. Os dados também estão disponíveis do primeiro trimestre de 2020 ao segundo trimestre de 2025.

Gráfico 10

Taxa de Desocupação – 1ºT./2020/2ºT./2025 – Brasil/Nordeste/Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

⁸ O salário de reserva corresponde ao menor salário a partir do qual o trabalhador decide aceitar a oferta de emprego.

Como observado no gráfico, o aumento da taxa de participação também veio acompanhado da queda da taxa de desocupação, que voltou a atingir patamares mínimos na série histórica disponível⁹.

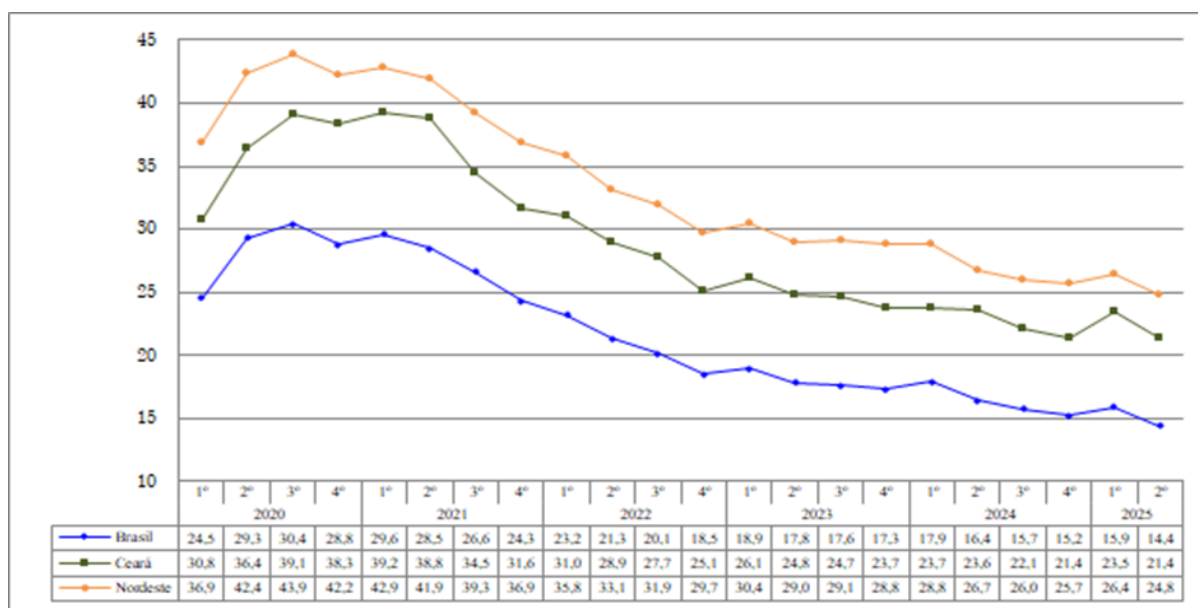
De fato, nesse segundo trimestre de 2025 o desemprego no Ceará ficou em 6,6%, valor praticamente igual aos 6,5% atingido no quarto trimestre de 2024, menor valor alcançado desde o início da série histórica atual. Esse valor também é igual ao alcançado no quarto trimestre de 2014, menor valor até então antes do quarto trimestre de 2024.

Cabe também observar que a taxa de desemprego cearense de 6,6% no segundo trimestre de 2025 ficou 1,4 ponto percentual menor quando comparada ao trimestre imediatamente anterior e 0,9 ponto percentual abaixo quando comparada ao segundo trimestre de 2024, quando havia atingido 7,5%.

No Gráfico 11 é apresentada a taxa composta de subutilização da força de trabalho. A taxa composta é uma medida mais ampla do desemprego porque faz uso de outras medidas indicativas de necessidades não atendidas de ocupação no mercado de trabalho, pois inclui fatores como o número de pessoas subocupadas (trabalhando menos horas do que gostariam), desalentadas (que desistiram de buscar emprego) e disponíveis para trabalhar, mas que não buscaram ativamente uma ocupação. Trata-se, portanto, de um indicador mais abrangente da pressão por pessoas que procuram ocupação dando, assim, uma maior dimensão da oferta de trabalho¹⁰.

Gráfico 11

Taxa Composta – 1ºT./200/2ºT./2025 – Brasil/Nordeste/Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

⁹ A série histórica da PNAD Contínua disponibilizada pelo IBGE, para todas as unidades federativas, tem início no primeiro trimestre de 2012.

¹⁰ Além daqueles que tomaram alguma providência efetiva por ocupação (desempregados), a taxa composta de subutilização da força de trabalho faz uso da força de trabalho ampliada, que é o cômputo da força de trabalho e da força de trabalho potencial (a força de trabalho potencial é formada por aqueles que *buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis* e aqueles que *não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis*). Assim, na força de trabalho potencial (FTP) estão aqueles fora da força de trabalho (FT), mas que possuem um potencial de se transformarem em força de trabalho.

A melhoria no mercado de trabalho do Estado do Ceará também pode ser analisada pela redução da taxa composta de subutilização da força de trabalho. De fato, essa taxa também tem refletido uma melhora na condição do mercado do trabalho cearense, particularmente desde o segundo trimestre de 2021, quando passou a recuar ininterruptamente.

Particularmente, cabe destacar que, nesse segundo trimestre de 2025, a taxa composta registrou 21,4%, o menor valor da série histórica disponível¹¹, valor igual ao percentual do quarto trimestre de 2024.

1.3.2. Empregos Formais – Caged

A Tabela 17 abaixo apresenta a evolução do saldo total de empregos formais gerados no País e no estado do Ceará, aberto pelas oito maiores atividades, para os anos de 2020 até o acumulado de janeiro a junho de 2025.

Tabela 17

Evolução do saldo anual de empregos formais - Brasil e Ceará – 2020, 2021, 2022, 2023 e acumulado até junho de 2025.

Atividades	2020	2021	2022	2023	2024	Acum. até Jun/2025
Saldo de Empregos Formais (Brasil)						
1 - Extrativa mineral	4.113	18.501	12.589	13.955	11.096	6.190
2 - Indústria de transformação	44.752	438.935	214.126	101.707	281.825	208.923
3 - Serviços Indústria de Utilidade Pública	42	17.788	21.907	9.368	13.036	14.745
4 - Construção Civil	94.774	245.304	193.005	156.388	109.336	159.440
5 – Comércio	-65.531	664.212	352.743	275.033	337.734	90.876
6 – Serviços	-292.444	1.022.602	896.795	670.468	704.257	406.540
7 - Administração Pública	-12.202	228.610	259.952	192.818	211.550	236.484
8 - Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	36.930	146.206	63.701	35.159	11.237	99.393
Total	-189.566	2.782.158	2.014.818	1.454.896	1.680.071	1.222.591
Saldo de Empregos Formais (Ceará)						
1 - Extrativa mineral	84	272	157	39	514	230
2 - Indústria de transformação	2.156	12.487	6.533	920	8.934	2.511
3 - Serviços Indústria de Utilidade Pública	255	1.182	329	1.453	4.027	2.289

¹¹ Como já dito acima, a série histórica da PNAD Contínua disponibilizada pelo IBGE, para todas as unidades federativas, tem início no primeiro trimestre de 2012.

4 - Construção Civil	5.035	8.108	8.637	6.690	1.095	6.579
5 – Comércio	-2.200	19.804	9.414	12.460	11.890	1.018
6 – Serviços	-1.947	31.374	34.298	24.368	17.899	6.682
7 - Administração Pública	2.008	8.425	6.620	5.398	9.052	6.486
8 - Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	1.012	1.154	-30	852	1.983	17
Total	6.403	82.806	65.958	52.180	55.394	25.812

Fonte: Novo Caged. Ministério do Trabalho. Elaboração: IPECE. Data da coleta: 25/08/2025.

No ano de 2020, o Brasil registrou um saldo negativo de empregos formais de 189.566 vagas, e o Ceará, um saldo positivo de 6.403 vagas. O saldo negativo de empregos registrado no país foi provocado pela destruição de vagas nas atividades de serviço, comércio e também na administração pública. Já no Ceará, as atividades de construção, indústria de transformação e administração pública contribuíram com o saldo positivo observado.

No entanto, em 2021, o país criou um número expressivo de vagas, num total de 2.782.158 vagas, puxado, principalmente, pelo bom desempenho nas atividades de serviço e indústria de transformação. Enquanto isso, o Ceará apresentou um saldo também positivo de 82.806 vagas, puxado, principalmente, pelas atividades de comércio, serviços e indústria de transformação, revelando nítido comportamento de recuperação e de aceleração no ritmo de geração de novas vagas de empregos formais.

No ano de 2022, o país manteve um ritmo de criação de vagas, com um saldo expressivo positivo de 2.014.818 vagas, novamente puxado, especialmente, pelas atividades de comércio e serviços; e o Ceará, um saldo positivo de 65.958 vagas, também puxado, principalmente, pelas atividades de comércio, serviços e construção civil.

Na sequência, em 2023, o país apresentou um novo saldo positivo de 1.454.896 vagas, novamente puxado, principalmente, pelas atividades de comércio e serviços; e o Ceará, um saldo positivo de 52.180 vagas, também promovido, especialmente, pelas atividades de comércio e serviços, revelando uma desaceleração no ritmo de geração de empregos formais frente aos últimos dois anos.

No ano de 2024, o saldo de empregos formais gerados no país foi positivo em 1.680.071 vagas, resultante, especialmente, do saldo positivo observado nas atividades de comércio, serviços e indústria de transformação. Semelhantemente, o Ceará também registrou um saldo positivo de 55.394 vagas, promovido pelas atividades de comércio, serviços, administração pública e indústria de transformação, passando a registrar saldo de empregos superior em relação a igual período do ano anterior.

Por sua vez, no acumulado até junho de 2025, o país registrou um expressivo saldo de empregos, no total de 1.222.591 vagas, puxado, principalmente, pelas atividades de serviços, administração pública e indústria de transformação. Igualmente, o Ceará também alcançou um saldo positivo de 25.812 vagas, puxado, especialmente, pelas atividades de serviços, administração pública e construção civil.

1.4. Finanças Públicas

Ao observar-se as contas públicas até o mês de junho de 2025, constata-se que as receitas correntes, comparativamente ao ano de 2024, estão praticamente estáveis, dado o leve decréscimo de 0,27% delas (Tabela 18). É interessante notar que esse desempenho é justificado pelo incremento das receitas tributárias e de outras receitas correntes e pela redução das transferências correntes.

Tabela 18

Receitas do Governo Estadual até o mês de junho de 2024 e 2025
(R\$1.000.000,00 de 07/2025).

Descrição	Acumulado				
	2024		2025		Var (%)
	R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	20.151,40	97,81	20.097,07	97,17	-0,27
Receita tributária	8.335,78	40,46	8.714,25	42,14	4,54
Transferências correntes	9.865,52	47,89	9.107,96	44,04	-7,68
Outras receitas correntes	1.950,10	9,47	2.274,86	11,00	16,65
Receitas de Capital	450,99	2,19	584,61	2,83	29,63
Operações de crédito	374,71	1,82	490,86	2,37	31,00
Outras receitas de capital	76,27	0,37	93,75	0,45	22,91
Total geral	20.602,39	100,00	20.681,68	100,00	0,38
Receitas correntes líquidas	19.632,91	95,29	19.527,18	94,42	-0,54

Fonte: STN / Sincofi Anexo 01 e 03 do RREO. Elaboração: IPECE.

Nota: Valores atualizados pelo IPCA com base em julho de 2025.

Em relação à receita tributária, deve-se destacar que elas aumentaram em 4,54% quando se compara o período de janeiro a junho dos dois anos em análise, contribuindo para que as receitas próprias respondem por 42,14% das receitas orçamentárias do Estado.

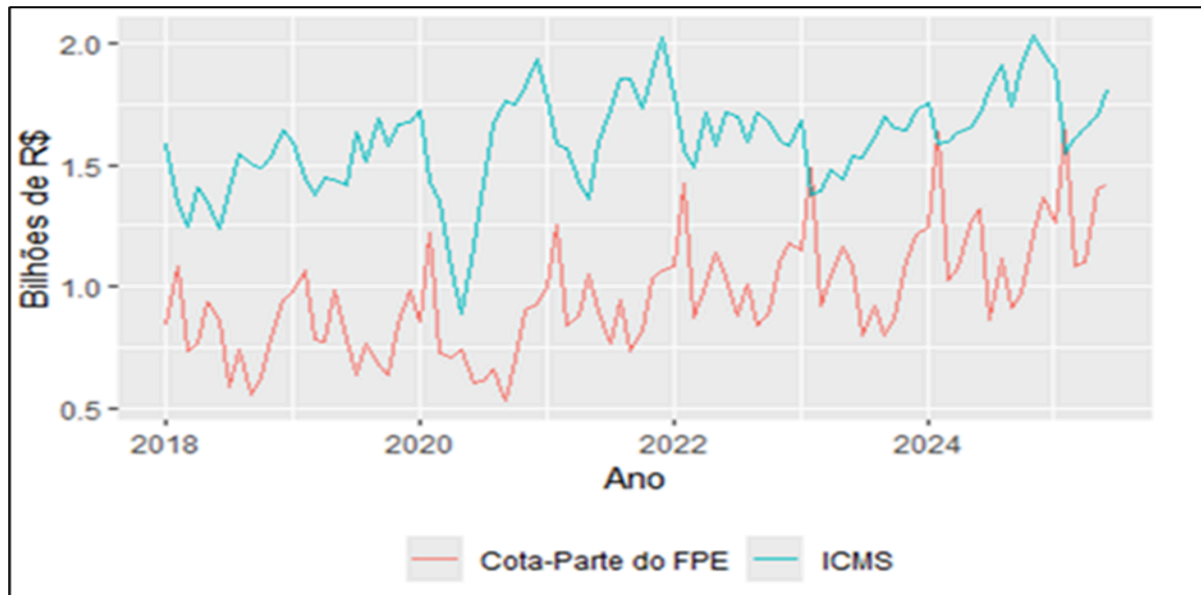
Em relação às receitas de transferências, que caíram 7,68% entre os dois anos em análise, deve-se pontuar que essa redução deve-se, entre outros fatores, à União ter transferido para o Estado do Ceará, em 2024, mais de R\$ 1 bilhão em decorrência de decisão judicial relativa ao FUNDEF. Ou seja, essa redução deve-se à ocorrência de um fato extraordinário no ano de 2024.

Quanto às receitas de capital, constata-se que elas foram 29,63% maiores quando se compara 2025 com 2024, sendo o incremento das operações de crédito o principal motivo para esse desempenho. Ainda na Tabela 18, é possível constatar que a Receita Corrente Líquida do Governo estadual apresentou-se praticamente estável entre os dois períodos, dada a leve redução de 0,54%.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujo comportamento dos repasses é apresentado no Gráfico 12. Como pode ser observado, tanto as receitas de ICMS como do FPE, em 2020 e 2021, foram significativamente afetadas pela adoção das medidas de restrição ao contato social no Ceará e nos demais estados da federação. Porém, deve-se mencionar que elas se recuperaram após o relaxamento dessas medidas.

Gráfico 12

Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual – Jan/2018 a Jun/25 (R\$1,00 de 07/2025).



Fonte: Siconfi/STN. Elaboração: IPECE.

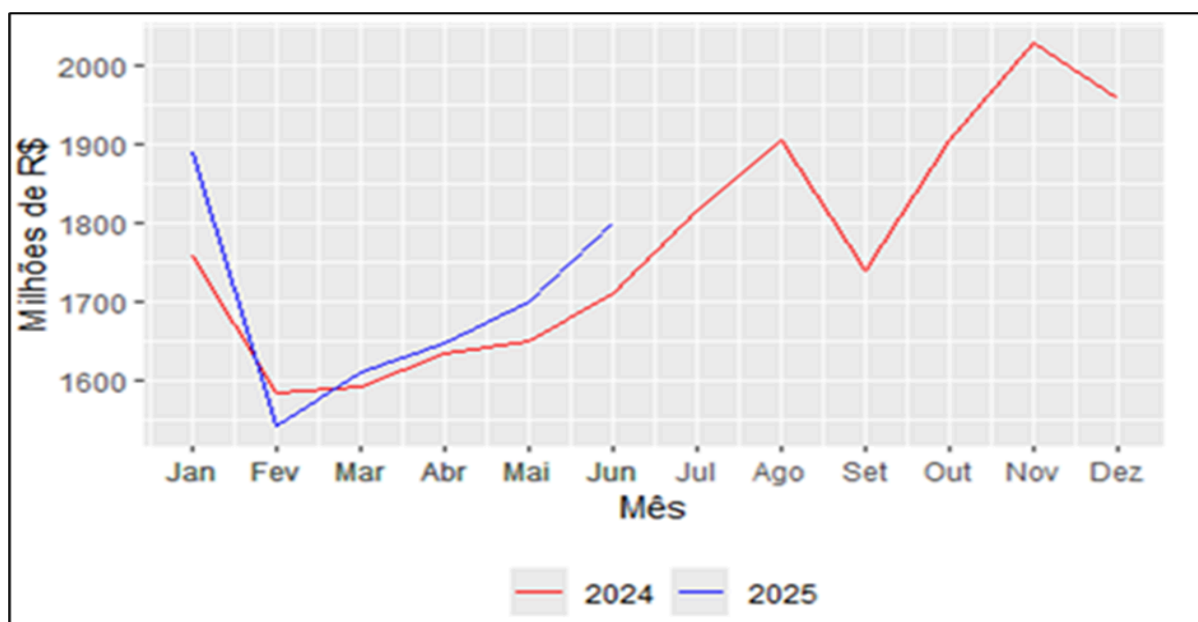
Nota: Valores atualizados pelo IPCA com base em julho de 2025.

Com relação ao FPE, o ano de 2024, até o mês de junho, apresentou incremento de aproximadamente R\$249 milhões, relativamente ao ano anterior. Como mencionado anteriormente, em janeiro de 2024, a alíquota modal de ICMS foi majorada para 20%, gerando um importante impacto na arrecadação desse tributo no Estado do Ceará. Deve-se frisar que esse efeito soma-se ao bom momento da economia estadual presenciado no ano de 2024, mensurado pelo crescimento do PIB trimestral.

No Gráfico 13, é apresentado o comportamento da arrecadação de ICMS do Ceará nos anos de 2024 e 2025. O primeiro fato que chama a atenção é que as receitas de ICMS de 2025 só não superaram as de 2024 no mês de fevereiro. Dessa forma, a arrecadação de ICMS do ano de 2025 foi, até o mês de junho, R\$169 milhões superior à observada em 2024.

Gráfico 13

Arrecadação Mensal de ICMS do Ceará – 2024 e 2025 (Até Jun/2025) (R\$ 1,00 de 07/2025).



Fonte: Siconfi/STN. Elaboração: IPECE.

Nota: Valores atualizados pelo IPCA com base em julho de 2025.

Relativamente às despesas públicas estaduais, cujos dados são apresentados na Tabela 19, é possível constatar o crescimento de 4,92% das despesas correntes estaduais quando se compara os anos de 2024 e 2025. É interessante observar que o principal componente das despesas correntes, as despesas com pessoal, cresceram menos; isto é, tiveram um incremento de 2,01% até junho de 2025.

Tabela 19

Despesas do Governo Estadual até o mês de junho de 2024 e de 2025 (R\$1.000.000,00 de 07/2025).

Descrição	Acumulado				
	2024		2025		Var (%)
	R\$	%	R\$	%	
Despesas correntes	16.584,01	88,01	17.399,24	88,13	4,92
Pessoal e encargos sociais	9.959,57	52,85	10.159,63	51,46	2,01
Juros e encargos da dívida	652,11	3,46	570,86	2,89	-12,46
Outras despesas correntes	5.972,33	31,69	6.668,75	33,78	11,66
Despesas de capital	2.260,15	11,99	2.344,02	11,87	3,71
Investimentos	1.357,22	7,20	1.444,23	7,32	6,41
Amortizações	846,16	4,49	858,82	4,35	1,50
Inversões financeiras	56,77	0,30	40,97	0,21	-27,83
Total geral	18.844,16	100,00	19.743,25	100,00	4,77

Fonte: STN / Sincofi Anexo 01 do RREO. Elaboração: IPECE.

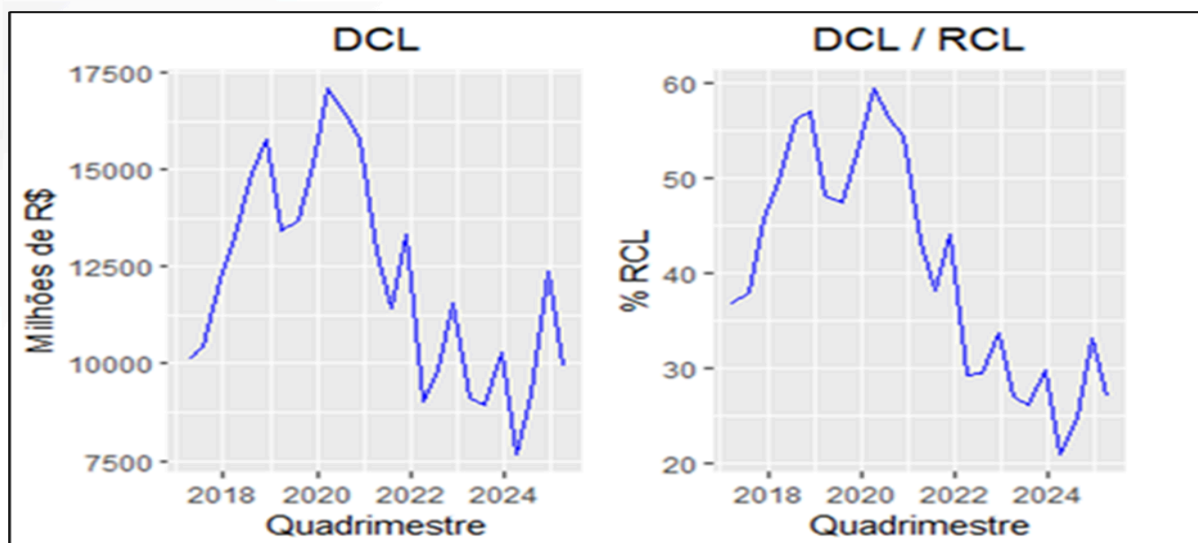
Nota: Valores atualizados pelo IPCA com base em julho de 2025.

As despesas de capital apresentaram, entre os dois anos em análise, crescimento de 3,71%, sendo o desempenho da despesa com “Investimentos” a principal causa deste comportamento. Dessa forma, e considerando-se o incremento das receitas com operações de crédito, mencionado anteriormente, é possível supor que houve um aumento dos investimentos estaduais bancados por recursos de terceiros.

Por fim, os dados do comportamento da “Dívida Pública Consolidada Líquida” do Ceará são apresentados no Gráfico 14. Nele, é possível constatar que a dívida pública estadual apresentou tendência de crescimento entre os anos de 2017 e 2020. Posteriormente, entre os anos de 2020 e 2024, a tendência da DCL é de redução. Em seguida, a DCL cresce em dois quadrimestres seguidos e se retrai no primeiro quadrimestre de 2025, alcançando a marca de 27,06% da RCL.

Gráfico 14

Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL) e em relação à Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) – Ceará – 1º Quadrimestre de 2017 até o 1º Quadrimestre de 2025 (R\$1.000.000.000 de 07/2025).



Fonte: SISCONFI. Elaboração: IPECE.

Nota: Valores atualizados pelo IPCA com base em julho de 2025.

1.5. Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2025 apresenta uma estimativa de 3,0%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) que constam na publicação do *World Economic Outlook* de julho de 2025. Já para o ano de 2026 a previsão é levemente maior, de um crescimento de 3,1%. Essas previsões são influenciadas pelos efeitos da política monetária restritiva, tanto na economia americana quanto nas principais economias europeias, decorrentes do aumento das taxas de juros nos últimos anos, com o objetivo de controlar a inflação. Esse cenário tem encarecido o crédito e, conseqüentemente, diminuído o volume de produção das indústrias e o consumo das famílias.

Além disso, a continuidade da guerra na Ucrânia e a crescente rivalidade política e comercial entre EUA e China, retratada pela política tarifária de comércio exterior implementada pelo atual governo americano, são fatores que vêm contribuindo para uma maior fragmentação do comércio global. Muitos países têm buscado reduzir dependências estratégicas, o que gera aumento das incertezas quanto ao volume do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros diretos no médio prazo.

No decorrer de 2026, tanto a economia americana quanto as principais economias europeias devem apresentar uma trajetória de redução de suas taxas de juros, após um longo período de

política monetária restritiva. Entretanto, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia e a instabilidade política nos países do Oriente Médio, causada pelo conflito entre Israel e Hamas, são fatores que podem encarecer os preços internacionais de commodities alimentícias e energéticas, dificultando o controle inflacionário e, consequentemente, a trajetória de redução das taxas de juros. O FMI projeta que a inflação global atinja 4,2% em 2025 e 3,6% em 2026, ainda em níveis superiores ao do período pré-pandêmico (2017–2019), quando situava-se em torno de 3,5%.

Em relação a economia brasileira, a previsão de crescimento do PIB do Brasil para o ano de 2025 é de 2,16%, enquanto em 2026 é de 1,85%. A política monetária restritiva implementada pelo Banco Central do Brasil (BCB) a partir do segundo semestre de 2024, com trajetória crescente da taxa de juros Selic para controlar a inflação medida pelo IPCA, tende a reduzir o consumo das famílias e os investimentos privados a partir do segundo semestre de 2025, com reflexos também no primeiro semestre de 2026. Esse cenário deve reduzir o ritmo de crescimento econômico no ano de 2026, uma vez que o início de um ciclo de cortes graduais nos juros deve ocorrer apenas a partir do segundo semestre do referido ano.

Por outro lado, a manutenção de um mercado de trabalho aquecido em 2026 deverá amenizar os efeitos dos juros elevados sobre o consumo e o investimento, somada a um nível maior de investimentos públicos federais, decorrentes do calendário eleitoral, ainda que em um contexto de elevados déficits fiscais registrados nos últimos anos.

No âmbito local, projeta-se um crescimento do PIB do Ceará de 3,15% para o ano de 2025 e de 3,60% para o ano de 2026. Diferentemente do observado nas contas públicas do Governo Federal, as contas do Governo do Ceará vêm se mantendo equilibradas, com solidez fiscal, o que permite uma capacidade de manutenção dos investimentos públicos em níveis elevados para os anos de 2025 e 2026. Isso deverá estimular a produção no curto prazo e no médio prazo, aquecendo o mercado de trabalho e elevando o rendimento das famílias e empresas da economia cearense. Além disso, os avanços recentes do Ceará nos setores de tecnologia da informação, logística (porto e aeroporto) e energias renováveis também deverão contribuir para maior atratividade de investidores, impulsionando o crescimento econômico estadual para os próximos anos.

Dadas as perspectivas analisadas acima, a Tabela 20 abaixo apresenta as previsões para o período 2025-2027, das taxas de crescimento real do PIB do Ceará e do PIB do Brasil, bem como dos indicadores macroeconômicos que influenciam nessas previsões:

Tabela 20

Variáveis Macroeconômicas de 2024 e Previsões para 2025-2027.

Variáveis	2024	2025	2026	2027
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,83	4,85	4,30	3,93
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,40	2,16	1,85	1,88
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	6,49	3,15	3,60	3,56
PIB Ceará (R\$ Milhões)	257.604	278.605	301.047	324.016
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	6,19	5,55	5,60	5,60
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	12,25	15,00	12,50	10,50

Fonte: Relatório Focus/BACEN (05/09/2025) e IPECE.

Nota: Para o ano de 2024 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB); Os valores do PIB em 2024 são estimativas, enquanto para o período 2025-2028 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo Focus/BCB, para o caso do Brasil. Todas as previsões são passíveis de alterações até a divulgação dos dados definitivos.

2. Desenvolvimento Social no Período Recente

Nesta seção, faz-se uma análise sintética dos principais indicadores sociais do estado do Ceará nos últimos oito anos, no período de 2016 a 2024. O objetivo é mostrar um panorama da condição de vida dos cearenses nos últimos anos, procurando destacar os aspectos mais relevantes do comportamento demográfico do estado, da saúde, da educação, dos jovens, da pobreza e desigualdade social.

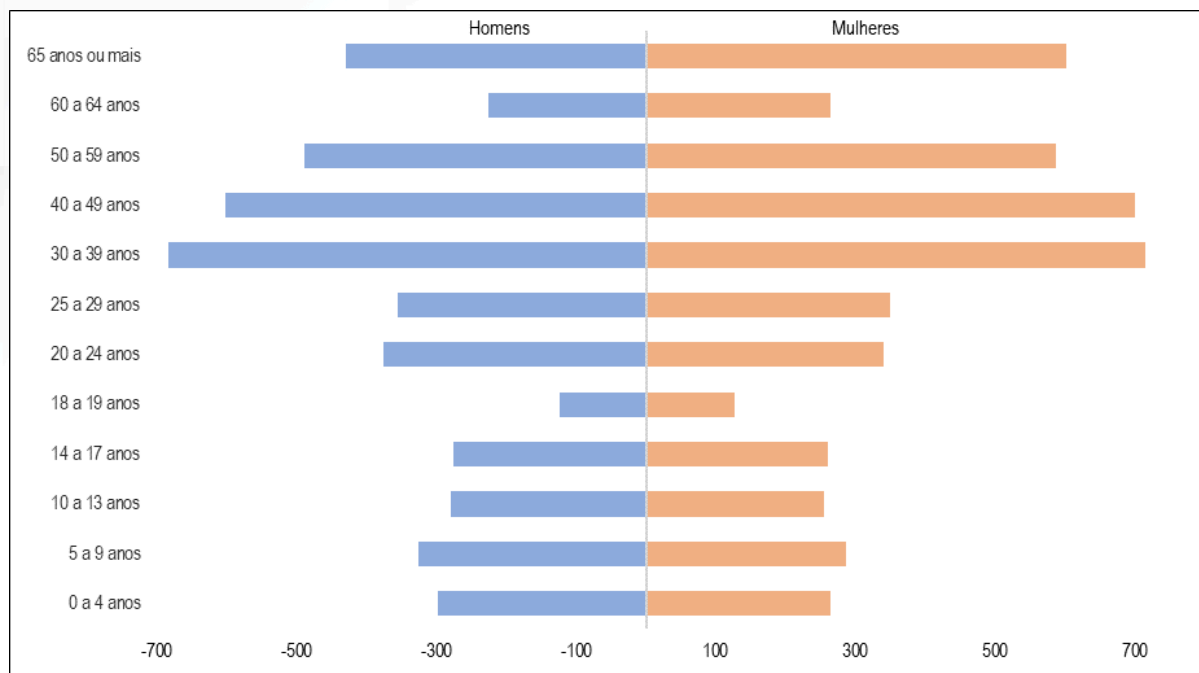
2.1. Aspectos Demográficos

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada residente no Ceará correspondia a 9.217.000 pessoas (Gráfico 15). Enquanto a do Nordeste era 56.938.000 e, por último, a do Brasil, segundo a PNADC, correspondia a 211.853.000 de pessoas em 2024.

A pirâmide etária da população residente no Ceará vem se transformando ao longo dos anos, o que indica uma mudança no perfil demográfico do nosso estado. Segundo a análise por gênero, percebe-se que a maioria da população cearense é de composição feminina, sendo esta equivalente a 4.754.000 mulheres, o que corresponde a 52% da população. Por outro lado, a população masculina, para o mesmo ano, somou um total de 4.463.000 homens (48% da população).

Gráfico 15

Pirâmide etária Ceará por Idade e Gênero (Mil Pessoas) - 2024.



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IPECE.

Ainda segundo a pirâmide etária, fica evidente que o Ceará já começa a enfrentar o fenômeno de inversão da pirâmide etária. Tal fenômeno é destacado, inicialmente, por uma base mais estreita, onde a população mais jovem é reduzida. Apesar da população de crianças de 0 a 9 anos ainda apresentar uma base mais larga, onde os meninos pertencentes à primeira infância (0 a 4 anos) somam 297.000 crianças (as meninas somam 265 mil crianças), ao olhar para as faixas equivalentes aos jovens, vemos as faixas mais estreitas da pirâmide. Entre os adolescentes de 10 a 19 anos, esta população corresponde a 677 mil para os meninos e 643 mil para as meninas.

Em seguida, a população adulta possui a porção mais alargada da pirâmide, indicando ser a população mais numerosa do Ceará. Estes, correspondentes à faixa etária dos 30 aos 59 anos, somam um total de 3.777.000 pessoas, sendo esta de maioria feminina (um pouco mais de 2 milhões de mulheres). Por último, os idosos somam 1.523.000 pessoas, sendo a população feminina (também em maior número) equivalente a 867.000.

Esta configuração da pirâmide vem em decorrência de um aumento na longevidade, assim como na redução da taxa de natalidade. A população jovem menos numerosa aponta para um possível gargalo, não somente em um quadro de segurança pública, podendo apontar para jovens que vêm a óbito em decorrência de causas externas (mortalidade por acidentes de trânsito, agressões e lesões autoprovocadas intencionalmente), como também uma preocupação na disponibilidade de mão de obra e, por conseguinte, na produtividade econômica do estado em um futuro próximo.

Além disso, com o topo mais largo e o aumento da população adulta/idosa, há a necessidade de uma maior preocupação com políticas sociais que visem a previdência social, assim como maior cuidado médico e atenção primária para a população idosa do estado.

2.2. Saúde

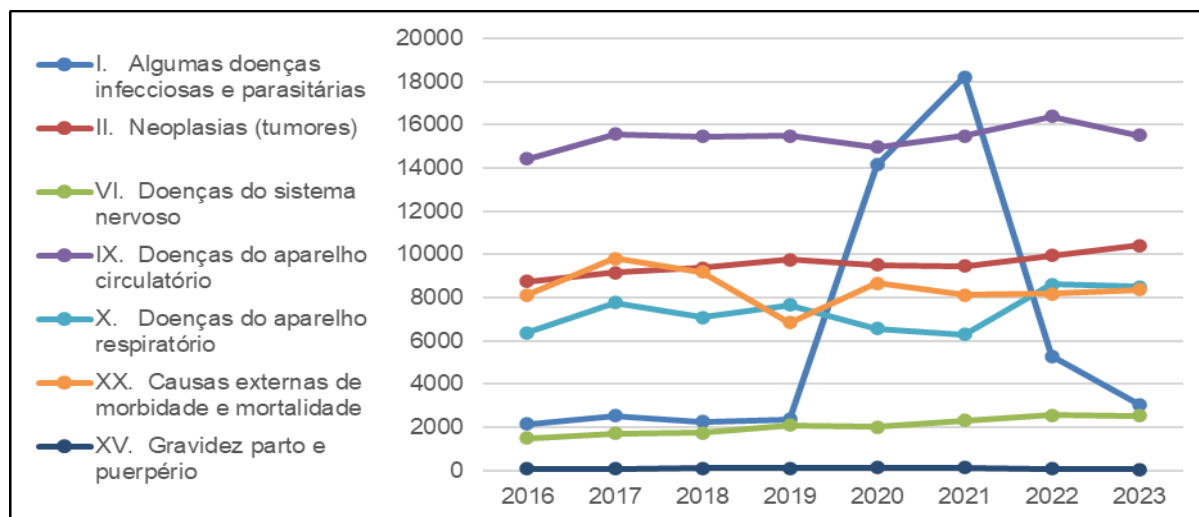
Segundo os últimos dados fornecidos pelo DATASUS¹², o ano de 2023 é representado pelo processo de recuperação da saúde pública do estado do Ceará, após o cenário de pandemia ocorrido entre os anos de 2020 e 2021. Cenário este que teve profundos impactos no bem-estar da população, tanto a nível nacional quanto estadual.

Assim sendo, ao estabelecer um quadro de óbitos entre as principais causas na população cearense (Gráfico 16), entre o período de 2019 a 2021, ocorre o aumento expressivo de mortalidade em decorrência do grupo de doenças infecciosas e parasitárias (667%), onde se enquadra o vírus da Covid-19, bem como suas sequelas e efeitos tardios¹³.

Em 2021, passam a ser notificados 18.211 óbitos ocasionados por doenças infecciosas e parasitárias. Já em 2023, o cenário de recuperação pós-pandemia é expresso pela redução de mais de 83% nos óbitos em decorrência de tal causa (entre 2021 e 2023), culminando em um total de 3.052 óbitos no Ceará.

Gráfico 16

Principais causas de mortalidade CID10 para o Ceará– 2016 a 2023.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

¹² Últimos dados disponíveis em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>

¹³ Enfatiza-se a dificuldade em padronizar a codificação, junto à Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, das causas informadas de óbito em decorrência do Covid-19, tanto diretas, quanto suas sequelas e efeitos tardios. E assim, buscar a adaptação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no contexto da pandemia do Covid-19.

Destarte tal cenário de pandemia, a principal causa entre os óbitos no Ceará são doenças relacionadas ao aparelho circulatório. Estas, que compõem um dos subgrupos das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), acometem o coração e os vasos sanguíneos. Entre as principais, então, os infartos do miocárdio e os acidentes vasculares cerebrais. Assim sendo, estas doenças são responsáveis, em média, por 15.405 óbitos (entre 2016 e 2023). Em 2023, este grupo foi responsável por mais de um quarto do total de óbitos no Ceará, totalizando 15.498 óbitos. Além disso, entre 2016 e 2023, observa-se o aumento de 7,5% nos casos relacionados a esta causa.

Cabe ressaltar também que, entre outras doenças que se enquadram dentro das DCNTs, estão as principais: as Neoplasias (câncer) e as Doenças do Aparelho Respiratório. Quanto a estas, as neoplasias concentram o segundo grupo com maior proporção de óbitos. Em 2023, este grupo concentra 17% dos óbitos, totalizando 10.403 destes. Este grupo de causas também apresenta uma trajetória crescente de 19% entre 2016 e 2023.

Em contrapartida, as doenças do aparelho respiratório, cuja tendência de queda havia culminado em 2021 (6.287 óbitos), voltam a apresentar um crescimento de 35% entre 2021 e 2023, chegando a 8.508 óbitos no Ceará no último ano analisado.

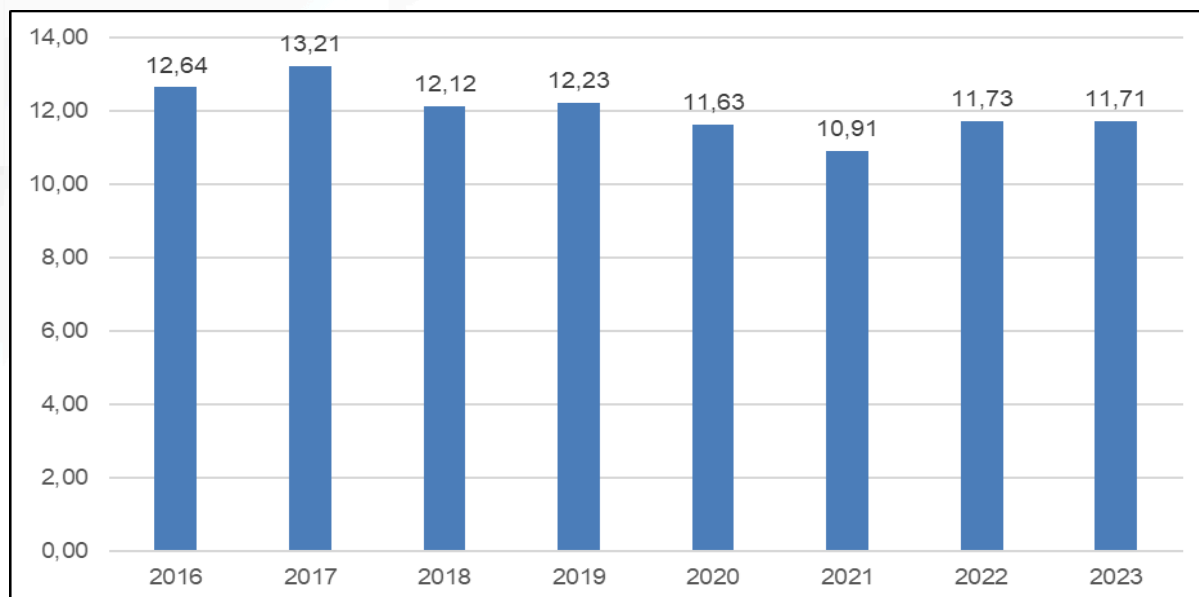
Ainda entre os indicadores de resultados, considerando o quadro geral de óbitos, observa-se aqueles em decorrência de causas externas (mortes violentas) no Ceará. Estes englobam os acidentes de trânsito, homicídios (mortalidade por agressões) e suicídios (lesões autoprovocadas intencionalmente). Em 2017, observa-se o total de 9.807 óbitos, sendo este o maior patamar alcançado para este indicador durante a série analisada. Considerando a média de 8.409 óbitos em decorrência de causas violentas no Ceará para a série analisada, observa-se uma variação de apenas 3% entre 2019 e 2023, culminando o ano com um patamar de 8.374 óbitos.

Entre as causas com as menores proporções de óbitos, encontram-se as doenças do sistema nervoso, que, ao totalizar 2.540 óbitos em 2023, apresenta um crescimento expressivo de 70% entre 2016 e 2023. Em seguida, causas relacionadas à Gravidez e puerpério somaram 55 óbitos em 2023.

O indicador de mortalidade infantil continua sendo um dos principais indicadores para sinalizar sobre o nível de desenvolvimento de uma sociedade, além de ser primordial para avaliar a qualidade da saúde prestada a gestantes e crianças. Assim, o Gráfico 17 expressa a redução da taxa de mortalidade infantil no Ceará, observada entre o período de 2016 a 2023, cuja variação resultou em -7%. O que aponta para uma melhora neste âmbito, apesar da oscilação deste indicador durante este período. Em 2023, o Ceará apresenta uma proporção de 11,71 óbitos de crianças menores de um ano por mil Nascidos Vivos (NV).

Gráfico 17

Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) - Ceará – 2016 a 2023.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

A Razão de Mortalidade Materna (RMM), assim como a taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos, são indicadores que se encontram diretamente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) 3, em específico, metas 3.1 e 3.2¹⁴. Portanto, são aqui analisados de maneira a entender o alinhamento do Estado com os objetivos estabelecidos pela ONU.

Para o referido indicador, entre 2016 e 2021, observa-se um crescimento expressivo da RMM, que advém de um contexto de crise sanitária, onde os esforços de saúde pública estiveram concentrados em atendimentos de combate ao vírus Covid-19. Assim, esta variação foi representada por um aumento de quase 84% na RMM, o que significou passar de 58,62 óbitos em 2016 para mais de 107,33 óbitos maternos por mil N.V. em 2021.

Uma vez controlado o cenário de pandemia, este indicador volta a apresentar uma redução de -57% entre 2021 e 2023. Para o último ano da série, observa-se uma razão de 45,91 óbitos maternos por mil N.V.

Em seguida, a taxa de mortalidade na infância, ao que se refere à mortalidade entre crianças menores de 5 anos, não se mostrou muito afetada pela pandemia, chegando, inclusive, a apresentar

¹⁴ <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>

seu menor patamar em 2021 (12,46 óbitos infantis por mil N.V.). No entanto, a variação deste indicador, considerando o período analisado (2016 a 2023), consistiu em uma redução de apenas -9%, o que significou uma proporção de 13,54 óbitos de crianças menores de cinco anos por mil nascidos vivos.

Ainda relacionada aos indicadores de saúde materno-infantil, a taxa de mortalidade entre crianças menores de 28 dias apresentou certa estabilidade durante o período analisado. Com uma variação negativa de -5%, a proporção de óbitos neonatais culminou em 8,37 óbitos por mil N.V. em 2023 (Tabela 21).

Tabela 21

Taxa de mortalidade na infância (TMI) (por mil nascidos vivos) e Razão de Mortalidade Materna (RMM) (por 100 mil nascidos vivos) – 2016-2023.

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Mortalidade na Infância	14.83	15.30	14.11	14.21	13.34	12.46	13.87	13.54
Razão de Mortalidade Materna (RMM)	58.62	65.73	68.45	58.06	97.67	107.33	56.13	45.91
Taxa de Mortalidade Neonatal	8.78	9.19	8.62	8.34	8.33	7.30	8.04	8.37

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração IPECE.

Adicionalmente, analisa-se os casos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população cearense em geral, assim como entre aqueles com 40 anos de idade ou mais (Tabela 22). Em 2023, foram reportados um total de 9.131 casos de AVC. Entre este total de casos, 9,93 casos por 10 mil habitantes foi o equivalente à taxa de internação por acidentes vasculares cerebrais. Em termos de variação, entre 2016 e 2023, para os casos totais, foi observado um crescimento de 11% das notificações. Já entre a taxa de internação destes casos, a variação observada correspondeu a um aumento de apenas 8%.

Esta diferença entre as variações observadas pode chamar a atenção para o fato de que a incidência de casos mais graves, isto é, aqueles casos que requerem internação, está diminuindo entre o total de casos notificados, uma vez que a variação positiva entre os casos totais não é acompanhada, em magnitude, pela variação positiva entre a taxa de internação.

Tabela 22

Casos e taxa (por 10 mil habitantes) de internação por acidente vascular cerebral no Ceará - 2016-2023¹⁵.

Taxa de Internação por AVC		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Faixa etária de 40 anos e mais	Casos de AVC	7.653	8.727	6.981	8.169	7.697	8.413	8.366	8.699
	Taxa de Internação	25,11	27,96	21,83	24,94	22,94	24,48	23,76	24,71
Total	Casos de AVC	8.219	9.379	7.348	8.548	8.070	8.844	8.782	9.131
	Taxa de Internação	9,17	10,40	8,10	9,36	8,78	9,57	9,99	9,93

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará / IPECE. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Não obstante, ao olhar para a população específica onde o risco de um AVC é maior (40 anos ou mais), observa-se um total de 8.699 casos em 2023. No que tange à taxa de internação desta população, esta representa um total de 24,71 internações por 10 mil habitantes da referida faixa etária.

Novamente, ao olhar para as taxas de variação, apesar da variação entre os casos ter sido de 14% (superior à variação observada entre os casos totais), a variação entre a taxa de internação, entre 2016 e 2023, apresentou uma redução de -2%. Isto é, ao comparar estas diferenças, observa-se que, apesar dos casos entre a população de risco (40 anos ou mais) estarem aumentando em maior proporção, quando comparados aos casos da população total, a taxa de internação entre os casos totais não acompanhou a variação da taxa de internação entre o grupo de risco.

Esta tendência observada pode indicar uma maior incidência de casos mais graves em uma população cada vez mais jovem, o que requer uma maior atenção entre o atendimento primário à população mais jovem, alertando-os sobre fatores de risco de um AVC, como diabetes, hipertensão, colesterol elevado e sedentarismo.

2.3. Educação

Nesta seção, são analisados os principais indicadores de educação para o estado do Ceará, comparativamente à região Nordeste e ao Brasil, entre os anos de 2016 e 2024. Os indicadores correspondem à taxa de frequência a creches/pré-escolas por crianças de 0 a 5 anos, taxa ajustada

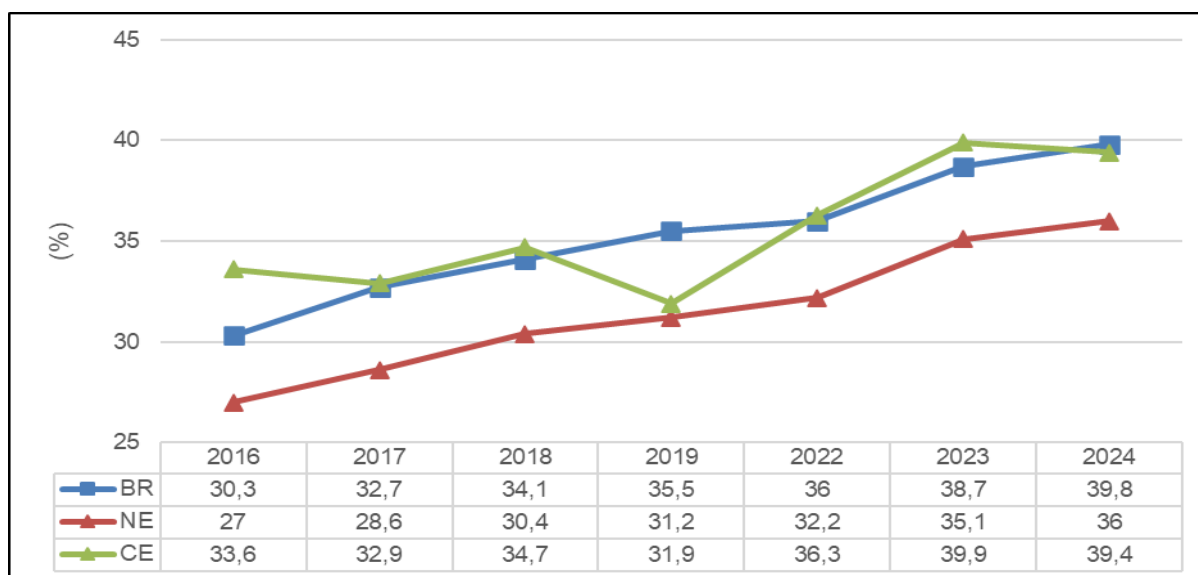
¹⁵ No que se refere às taxas de internação (por 10 mil habitantes), para os anos de 2022 e 2023 foi utilizada como base de cálculo a população cearense fornecida pelo Censo demográfico de 2022. Enquanto, para a população de 2016 a 2021, a base de dados referente foi projeção populacional disponibilizada pelo DATASUS.

de frequência escolar líquida ao ciclo de ensino correspondente, taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade, número médio de anos de estudo para pessoas com 15 anos ou mais de idade e, por fim, a proporção de jovens entre 15 e 29 anos de idade que estão fora da escola e não possuem emprego.

Pouco mais de 1/3 das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos frequentavam creches no Ceará em 2016. Esse valor saltou para 39,4% em 2024, representando um crescimento de 17% no período (Gráfico 18). Isso demonstra que o Ceará tem ampliado o acesso à escola para crianças na primeira infância. Essa expansão no acesso às creches no Ceará acompanha uma tendência nacional, ao mesmo tempo que coloca o Ceará em níveis superiores aos da região Nordeste.

Gráfico 18

Taxa de frequência à creche/pré-escolar por faixa etária de 0 a 3 anos (%) –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

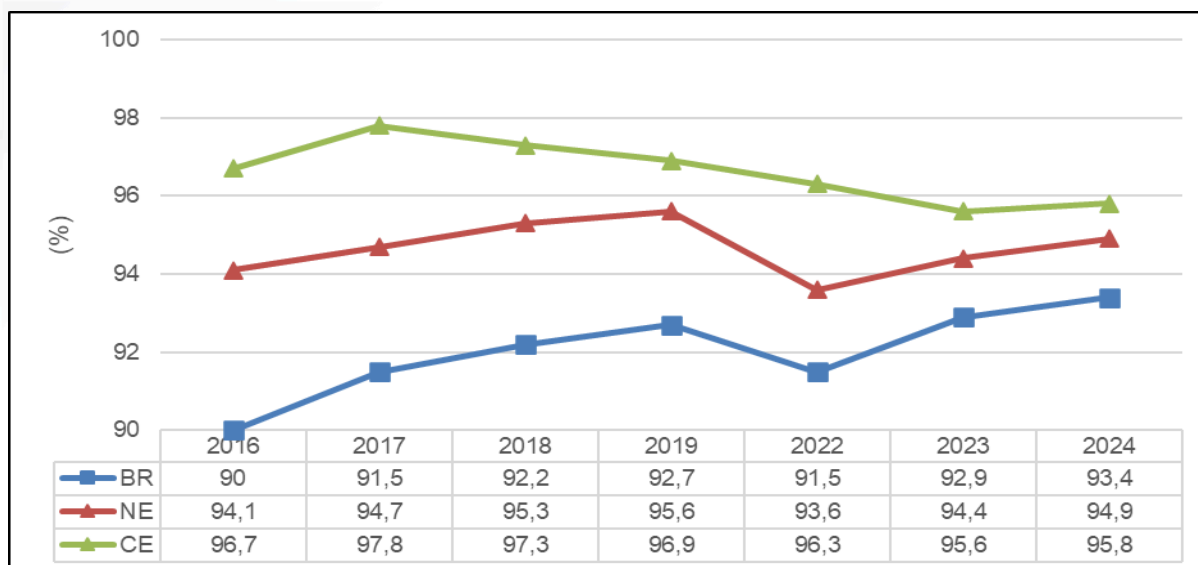


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

Na faixa etária de 4 a 5 anos, entretanto, o Ceará apresenta leve tendência de retração. A taxa de frequência à pré-escola de crianças na referida faixa etária caiu de 96,7% em 2016 para 95,8%, sendo equivalente a redução de aproximadamente 1%. Essa tendência de redução no indicador ocorre após o mesmo atingir quase 98% em 2017. Isso, todavia, não representa uma retração do acesso à pré-escola uma vez que o estado apresenta níveis de quase universalização do acesso. Ademais, o Ceará apresenta níveis de acesso à pré-escola superiores aos registrados em nível nacional e regional, como mostra o Gráfico 19, abaixo.

Gráfico 19

Taxa de frequência à creche/pré-escolar por faixa etária de 4 a 5 anos (%) –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

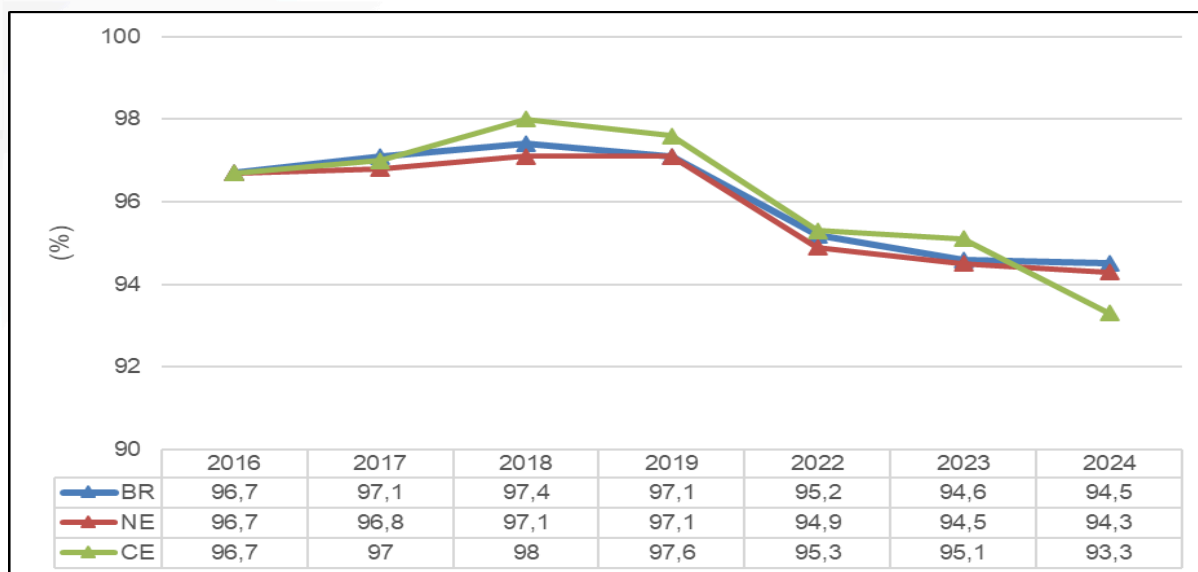


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

O Gráfico 20 mostra o comportamento da taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino fundamental. Este indicador ajusta a frequência escolar à faixa etária correta do ciclo de ensino. No Ceará, a taxa era de 96,7% em 2016, chegando a 98% em 2018. A partir de 2019, esse indicador sofreu sucessivas reduções até o valor de 93,3% em 2024. A redução registrada foi de 3,5% entre 2016 e 2024, fazendo com que o Ceará se posicionasse abaixo da média nacional (94,5%) e regional (94,3%) no último ano da série. Portanto, torna-se importante entender as causas dessa tendência de queda na frequência escolar líquida no Ceará, para que o processo possa ser revertido através de políticas públicas adequadas.

Gráfico 20

Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino fundamental (%) –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

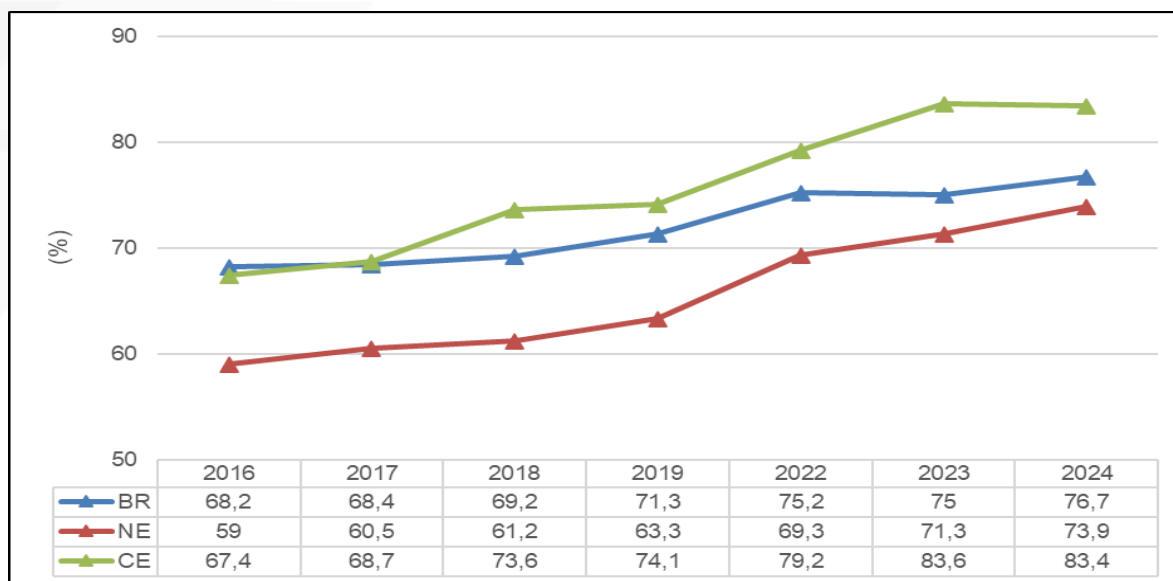


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

O Gráfico 21 mostra o comportamento da taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio. Nota-se uma expansão da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio, saindo de 67,4% em 2016 para 83,4% em 2024, representando uma variação de 23,7% no período. Esse crescimento no acesso ao ensino médio na idade certa fez com que o estado do Ceará superasse a média nacional (76,7%) e regional (73,9%) em 2024. Ademais, o crescimento observado na taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio significa uma redução do risco de abandono escolar por parte dos adolescentes, aumentando as chances de conclusão do ensino básico.

Gráfico 21

Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio (%) –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

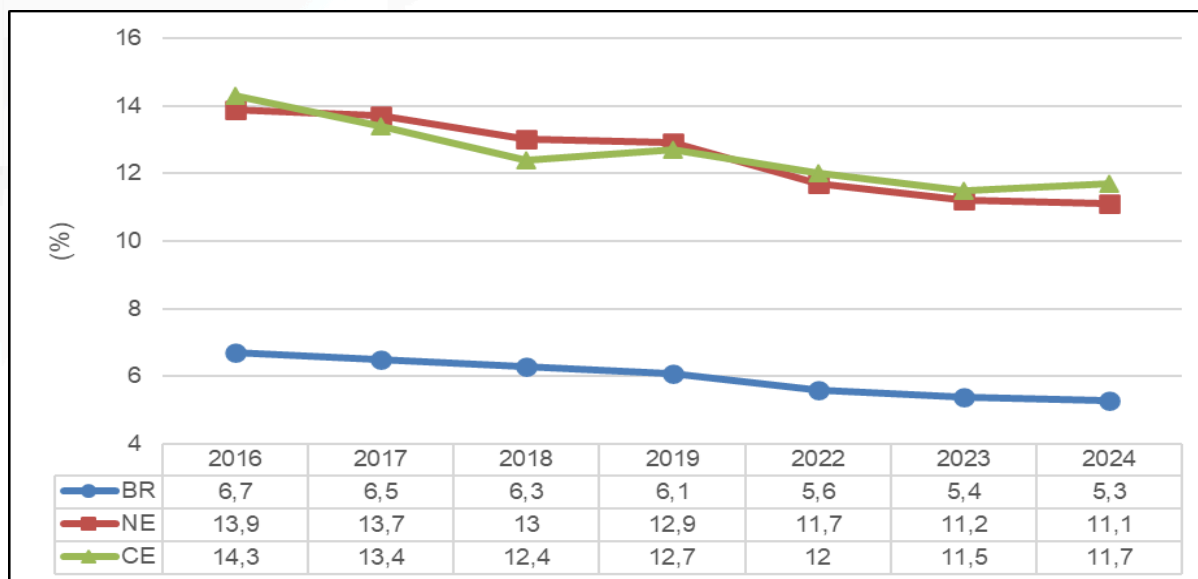


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

O Gráfico 22 apresenta a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade entre 2016 e 2024. O Ceará experimentou redução nesse indicador, saindo de 14,3% em 2016 para 11,7% em 2024. A redução no período foi de 18,2%, mas insuficiente para manter o estado do Ceará abaixo das médias nacional (5,3%) e regional (11,1%) em 2024. Isso mostra que, apesar da expansão da escolarização no Ceará nos últimos 7 anos, há ainda um contingente populacional pertencente às faixas etárias mais elevadas que não foi devidamente escolarizado.

Gráfico 22

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

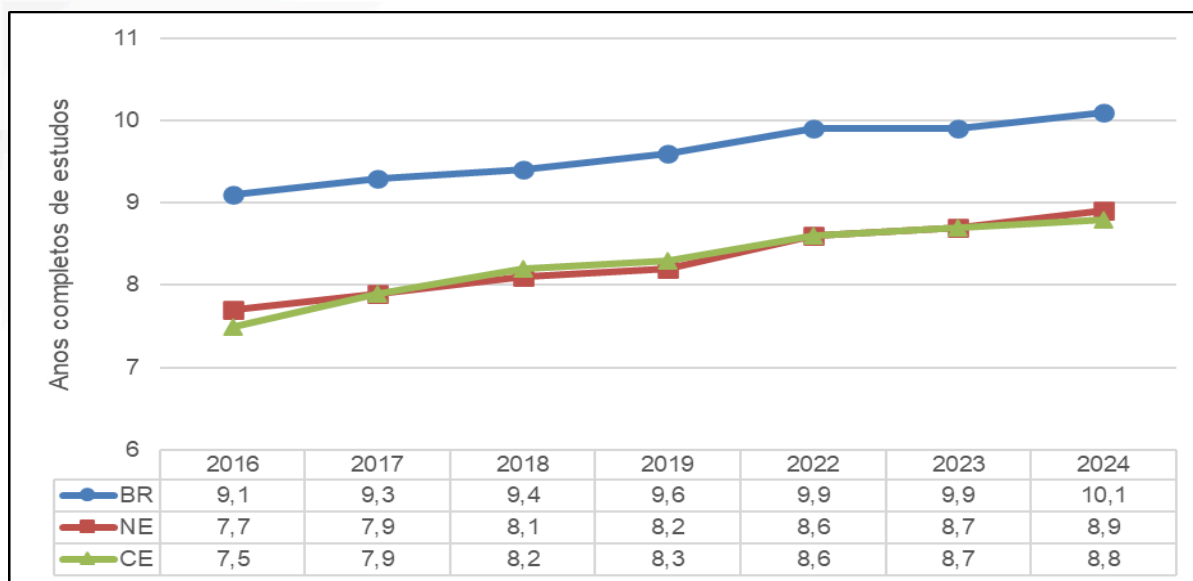


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

O Gráfico 23 traz o comportamento do número médio de anos de estudo da população com 15 anos ou mais de idade entre 2016 e 2024. O Ceará apresentou crescimento do número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade, saindo de 7,5 anos em 2016 para 8,8 anos em 2024. Isso equivale a uma variação de 17,3% no período. Essa tendência de crescimento no indicador para o Ceará segue o mesmo padrão observado para o Brasil e a região Nordeste, mas é insuficiente para manter o estado com valores superiores aos regionais.

Gráfico 23

Número médio de anos de estudos para a população de 15 anos ou mais de idade –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.

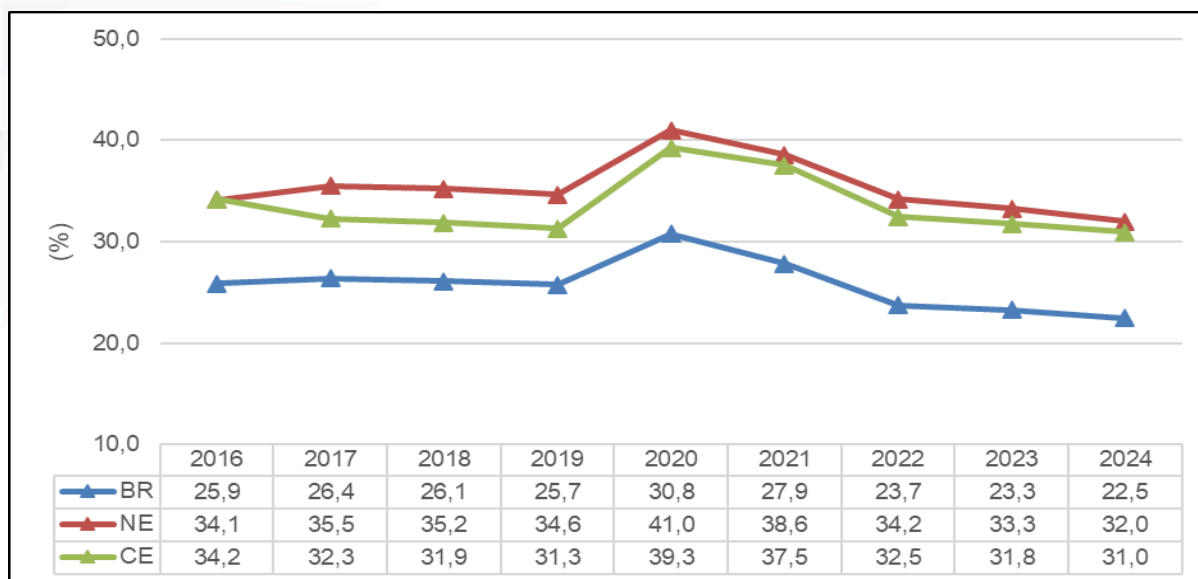


Fonte: PNADC Anual/IBGE. Elaboração IPECE.

Finalmente, o Gráfico 24 mostra a flutuação da proporção de jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e sem emprego entre 2016 e 2024. Pouco mais de 1/3 dos jovens estavam fora da escola e sem emprego em 2016, correspondendo a 34,2%. Em 2024, essa proporção caiu 9,4%, chegando a 31%. Essa proporção é superior à verificada para a região Nordeste (32%), mas ainda é superior à média do Brasil (22,5%).

Gráfico 24

Proporção de jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e sem emprego –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.



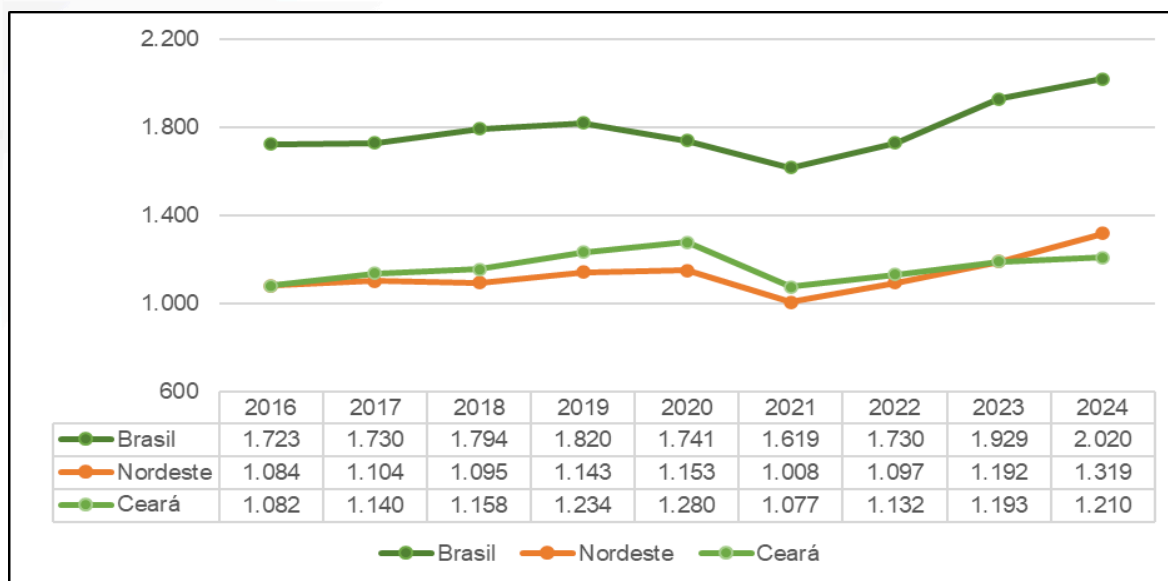
Fonte: PNADC Trimestral/IBGE. Elaboração IPECE.

2.4. Renda, Pobreza e Desigualdade

Apesar da melhoria dos indicadores sociais nos últimos anos, o desempenho do Estado ficou aquém do desempenho do Nordeste e do Brasil no período pós-pandemia. Analisando o período completo de 2016 a 2024, é possível observar uma clara mudança nas tendências de crescimento da renda domiciliar *per capita*, marcada por uma aceleração das taxas de crescimento do Nordeste e do Brasil, e uma leve desaceleração no Ceará, principalmente no último ano (Gráfico 25).

Gráfico 25

Rendimento domiciliar per capita real médio mensal (em reais de 2024) –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2016 a 2024.

Nota: Dados consolidados de quintas visitas de 2020 a 2022 e de primeiras visitas nos demais anos.

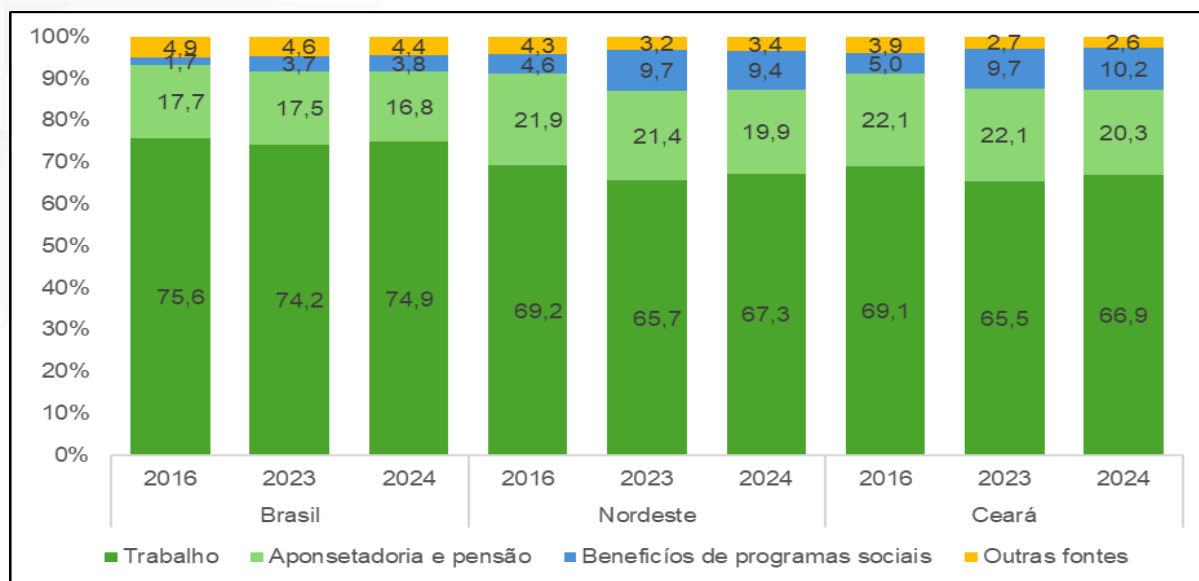
Entre 2016 e 2020, a renda per capita cearense cresceu a uma taxa média de 4,3% ao ano (a.a.), enquanto a renda média brasileira permaneceu estagnada, com crescimento de 0,3% a.a., e a renda nordestina cresceu anualmente a uma taxa de 1,6%.

Já no quadriênio de 2021 a 2024, a renda domiciliar per capita cresceu a uma taxa média anual de 4,0% no Ceará, de 7,0% no Brasil e de 9,4% no Nordeste, invertendo a tendência apresentada no período anterior. Considerando o crescimento apenas no último ano, comparando os anos de 2023 e 2024, a renda cearense cresceu 1,4%, enquanto as rendas brasileira e nordestina cresceram 4,8% e 10,6%, respectivamente. Por causa do baixo crescimento no período recente, a renda domiciliar per capita estadual ainda não conseguiu retornar ao nível pré-pandemia.

O Gráfico 26 mostra a participação das principais fontes de rendimentos na composição do rendimento domiciliar total. Em 2024, observa-se um novo aumento na parcela da renda advinda dos programas sociais, representando 10,2% da renda total do estado, 9,7% da renda da região Nordeste e apenas 3,8% da renda brasileira. Esse crescimento da participação dos programas sociais no último ano reflete, em grande medida, o crescimento do número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), que garante um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência de qualquer idade com renda familiar per capita de até ¼ de salário mínimo.

Gráfico 26

Distribuição percentual do rendimento domiciliar total, por fonte dos rendimentos –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016, 2023 e 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2019, 2022 e 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

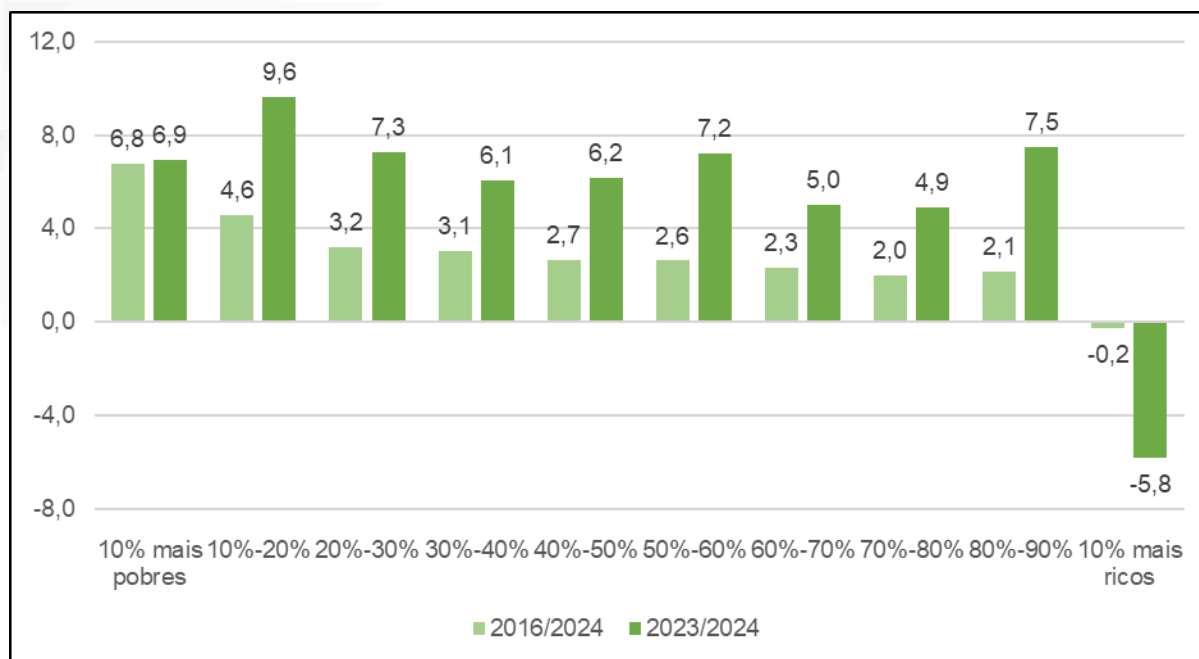
Outro ponto que merece destaque é o aumento da participação da renda do trabalho, que, embora tenha aumentado no último ano, ainda se mantém abaixo do percentual de 2016. Destaca-se também uma redução da participação da renda de aposentadoria e pensões, que apresenta uma tendência declinante ao longo de todo o período analisado.

Como as transferências de renda dos programas sociais são focalizadas nas camadas mais pobres da população, o aumento da participação dos benefícios de programas sociais faz com que a renda dos mais pobres cresça acima da média dos demais estratos da população.

O Gráfico 27 apresenta as taxas de crescimento da renda domiciliar per capita real média dos décimos da distribuição de renda cearense, tanto no período completo como apenas no último ano. Verifica-se que a taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres no último ano é praticamente a mesma do período completo, enquanto as dos demais décimos apresentam um crescimento maior no último ano, com exceção dos 10% mais ricos, que veem sua renda cair a uma taxa de -0,2% a.a. entre 2016 e 2024 e percebem uma redução ainda maior de -5,8% apenas no último ano.

Gráfico 27

Taxa de crescimento anual do rendimento domiciliar *per capita* médio real (em reais de 2024) por décimos da distribuição de renda – Ceará – 2016/2024 e 2023/2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2019, 2022 e 2023.

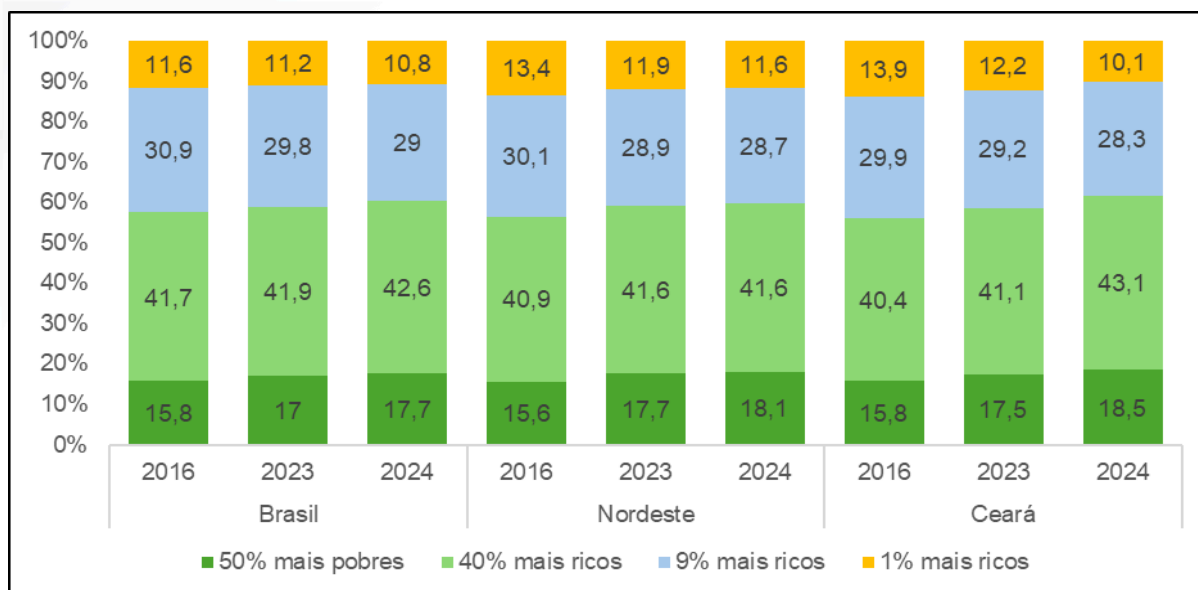
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Em reais de 2024, a renda domiciliar per capita média dos 10% mais pobres no Estado passou de R\$93 em 2016 para R\$146 em 2023 e chegou a R\$157 em 2024. Por sua vez, a renda dos 10% mais ricos aumentou de R\$4.733 para R\$4.928 e depois caiu para R\$4.640 no mesmo período.

Considerando a razão entre as rendas médias dos extremos da distribuição de renda, a renda média dos 10% mais ricos era mais de 50 vezes maior que a renda média dos 10% mais pobres em 2016. Essa diferença caiu ao longo dos últimos anos, chegando a 33,8 vezes em 2023 e 29,6 vezes em 2024.

Gráfico 28

Percentual do rendimento total acumulado por estratos da população –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016, 2023 e 2024.



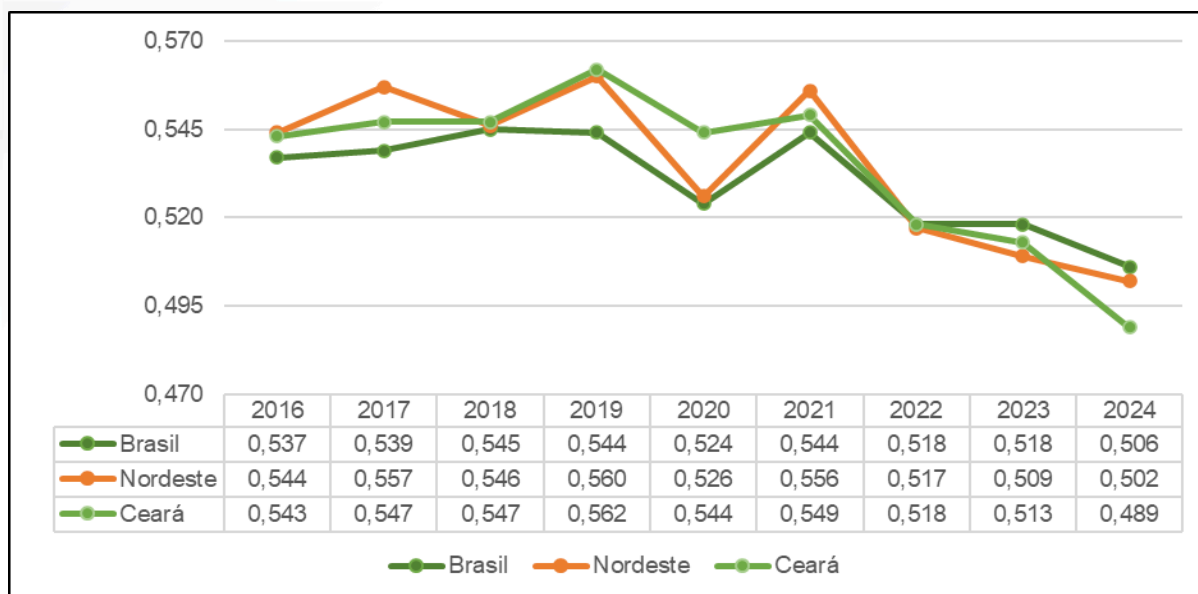
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2016, 2023 e 2024.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

A maior taxa de crescimento da renda dos mais pobres fez com que a participação das camadas menos favorecidas na distribuição da renda total aumentasse (Gráfico 28, acima). No Ceará, entre 2016 e 2024, a parcela da renda total apropriada pelos 50% mais pobres cresceu de 15,8% para 18,5%. Inversamente, a parcela apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 43,8% para 38,4%. A maior parte dessa queda ocorreu por causa da redução da parcela apropriada pelo 1% mais rico, que caiu de 13,9% para 10,1% no mesmo período.

Gráfico 29

Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita médio mensal –
Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2016 a 2024.

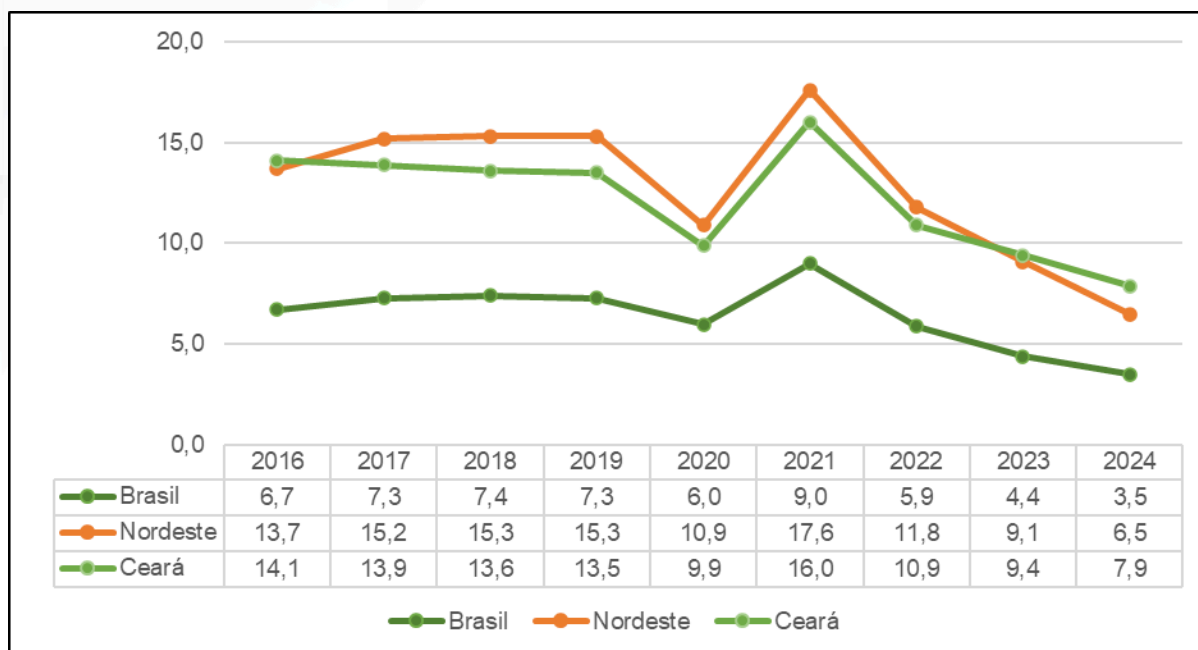
Nota: Dados consolidados de quintas visitas de 2020 a 2022 e de primeiras visitas nos demais anos.

O Gráfico 29 apresenta a evolução do índice de Gini do rendimento médio mensal domiciliar per capita, que mede o grau de concentração da renda e sintetiza toda a informação em um único valor numérico que pode variar de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima). Portanto, quanto maior o seu valor, mais desigual será a distribuição de renda entre a população. Historicamente, a distribuição da renda cearense sempre foi mais desigual do que a brasileira, mas essa realidade vem mudando nos últimos anos.

Em 2022, os valores do índice de Gini da distribuição da renda domiciliar per capita no Ceará e no Brasil foram iguais, encerrando assim o período em que a economia cearense era mais desigual que a brasileira. Já em 2023, a desigualdade de renda no estado foi inferior à do país, mas ainda superior à da região nordestina. Contudo, ao apresentar a maior redução do índice de Gini no último ano, o Ceará passou a ser menos desigual também do que o Nordeste. Em 2024, a desigualdade de renda caiu -4,7% no Ceará, -2,3% no Brasil e -1,4% no Nordeste.

Gráfico 30

Percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 2,15/dia PPC 2017 – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2016 a 2024.

Notas: (1) Dados consolidados de quintas visitas de 2020 a 2022 e de primeiras visitas nos demais anos. (2) Valores em reais da linha de extrema pobreza: de R\$218 para o Brasil, 2017 para o Nordeste e R\$221 para o Ceará.

O Gráfico 30 apresenta o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza estimada pelo Banco Mundial para o acompanhamento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030. Diferentemente do que aconteceu com a desigualdade de renda, o estado apresentou a menor redução na taxa de extrema pobreza no último ano. Entre 2023 e 2024, a extrema pobreza caiu -16% no Ceará, enquanto esses percentuais foram de -20,5% e -28,6% para o Brasil e o Nordeste, respectivamente.

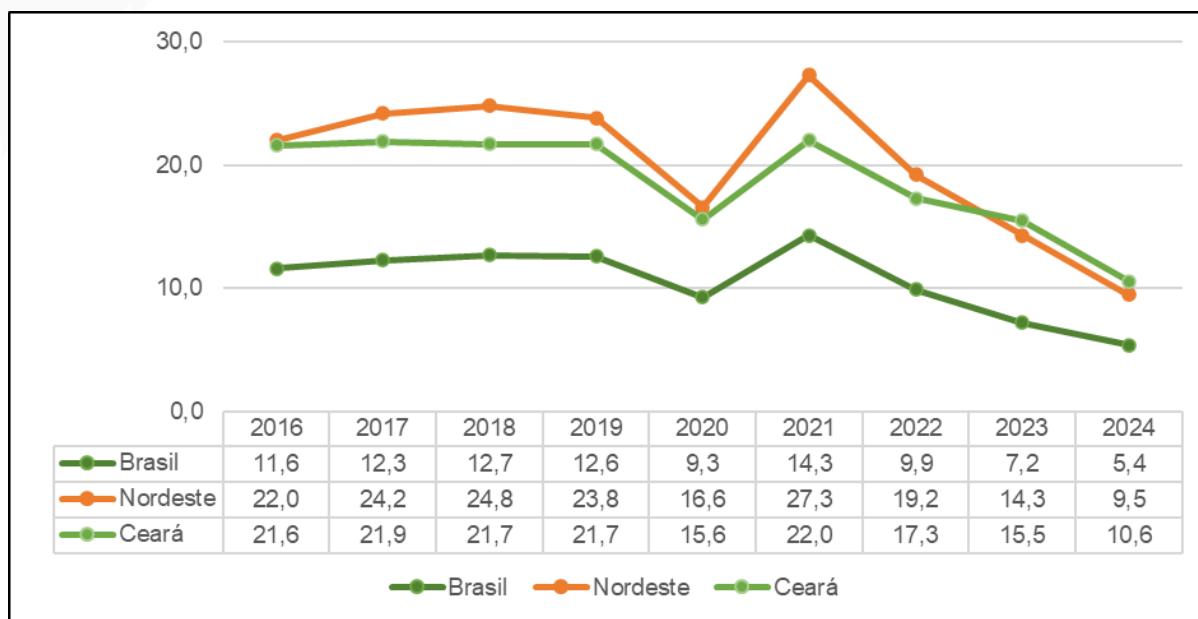
Embora tenha apresentado a menor taxa de redução da extrema pobreza, ainda assim o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza em 2024 foi o menor entre todos os anos analisados aqui. Em termos absolutos, isso significou uma saída de mais de 135 mil cearenses dessa condição somente entre 2023 e 2024.

Apesar da redução da extrema pobreza no último ano, a questão mais grave diz respeito à sua maior incidência entre as crianças, sobretudo na primeira infância (entre 0 e 6 anos de idade). Diante disso, o estado do Ceará vem desenvolvendo diversas ações com foco na redução da extrema pobreza infantil, dentre as quais destaca-se a criação do Cartão Mais Infância Ceará, que transfere uma quantia adicional de R\$ 100 mensais para famílias beneficiárias do Bolsa Família. Criado em 2018, o programa estadual inspirou o governo federal a instituir o Benefício para a Primeira Infância entre os benefícios variáveis criados com o relançamento do programa Bolsa Família, em março de 2023.

Destaca-se também a criação do Cartão Ceará Sem Fome, em 2023, com o objetivo de combater a insegurança alimentar grave, e que tem como um dos critérios de elegibilidade a presença de crianças de 0 a 14 anos no domicílio. Como as famílias que cumprem os requisitos dos dois programas podem recebê-los de forma cumulativa, aumentaram-se os valores que podem ser recebidos pelas famílias em situação de vulnerabilidade social que têm crianças na primeira infância.

Gráfico 31

Percentual de crianças de 0 a 6 anos com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$2,15/dia PPC 2017 – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2016 a 2024.

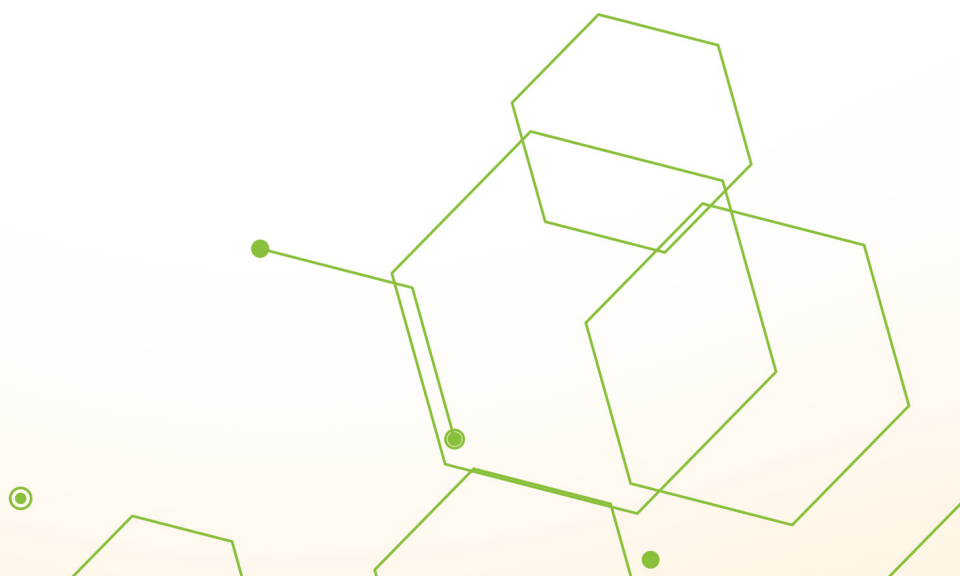
Notas: (1) Dados consolidados de quintas visitas de 2020 a 2022 e de primeiras visitas nos demais anos. (2) Valores em reais da linha de extrema pobreza: de R\$218 para o Brasil, 2017 para o Nordeste e R\$221 para o Ceará.

O Gráfico 31 mostra o percentual de crianças de 0 a 6 anos em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza internacional. Em 2022, o percentual de crianças na primeira infância em extrema pobreza no Ceará era inferior ao do Nordeste. No entanto, devido aos menores percentuais de redução no último biênio, a extrema pobreza infantil no estado passou a ser maior do que a média da região nordestina a partir de 2023.

Analisando apenas a redução entre 2023 e 2024, em termos percentuais, a redução da extrema pobreza infantil no Ceará foi de -31,6%, percentual inferior ao do Nordeste, de -33,6%, mas superior ao do Brasil, de -25%. Embora tenha caído mais no estado do que no país no último ano, o percentual de crianças cearenses em extrema pobreza nessa faixa etária é quase o dobro da média brasileira, indicando que se precisa melhorar a focalização dos programas estaduais de transferência de renda nas famílias mais pobres.



PPA em Grandes Números



VISÃO GERAL DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027 - BIÊNIO 2026-2027

O (PPA) 2024-2027 é organizado em três bases - estratégica, tática e operacional - que juntas mostram os resultados estratégicos almejados pelo Governo do Estado no período.

Apresenta-se a seguir a visão geral final do PPA, com o quantitativo de seus elementos, bem como a composição da Base Estratégica e os Temas Transversais.

Figura 1

Número de Eixos, Temas e Programas do PPA 2024-2027.

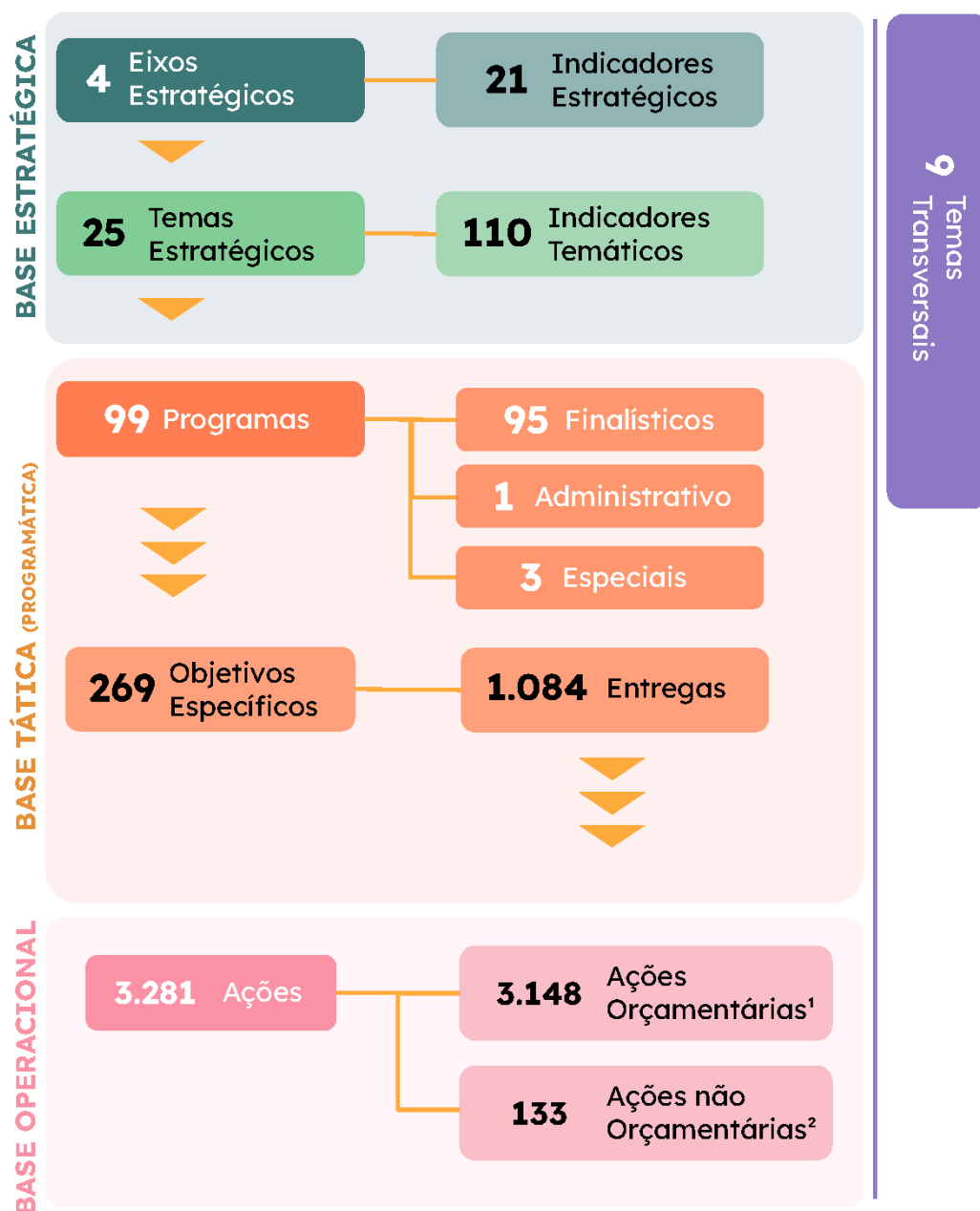


Figura 2

Composição da Base Estratégica e dos Temas Transversais do PPA 2024-2027.

EIXO 1**CEARÁ QUE CUIDA, EDUCA E VALORIZA AS PESSOAS**

- Acesso a Terra e Moradia
- Assistência Social
- Cultura
- Educação Básica
- Esporte
- Inclusão Social e Direitos Humanos
- Saúde
- Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome
- Segurança Pública e Justiça

EIXO 2**CEARÁ QUE INOVA, PRODUZ E TRABALHA**

- Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Educação Profissional
- Educação Superior
- Indústria, Comércio e Serviços
- Infraestrutura e Logística
- Trabalho e Empreendedorismo
- Turismo

EIXO 3**CEARÁ QUE PRESERVA, CONVIVE E ZELA PELO TERRITÓRIO**

- Desenvolvimento Urbano e Mobilidade
- Energias Renováveis
- Meio Ambiente
- Recursos Hídricos
- Saneamento Básico

EIXO 2**CEARÁ QUE PARTICIPA, PLANEJA E ALCANÇA RESULTADOS**

- Gestão Fiscal
- Planejamento, Gestão e Transformação Digital
- Transparência, Ética e Controle

TEMAS TRANSVERSAIS

- Atenção à Pessoa com Deficiência
- Atenção à Pessoa Idosa
- Equidade de Gênero e Proteção das Mulheres
- Igualdade Étnico-Racial
- Inclusão e Direitos da População LGBTI+
- Promoção de Direitos e Oportunidades para a Juventude
- Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência
- Reconhecimento, Promoção e Defesa dos Povos Indígenas
- Mitigação e Adaptação aos Impactos das Emergências Climáticas

GRANDES NÚMEROS DO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027- BIÊNIO 2026-2027

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo biênio, constante do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, prevê a aplicação de recursos na ordem de R\$ 105,15 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo a Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), Ministério Público (MPCE) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Esse valor compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como aplicação direta dos governos federal e municipais e de parcerias com a iniciativa privada ou organismos internacionais.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por esfera, bem como os recursos extraorçamentários, com as respectivas participações no total dos valores previstos para o período do PPA:

Tabela 1

Fontes de Recursos do PPA 2024-2027, em bilhões de reais - Biênio 2026-2027.

Fontes	R\$ bilhões	%
Orçamentárias (1)	104,8	99,60
Fiscal/Seguridade Social	103,5	98,4
Investimentos das Estatais	1,3	1,2
Extraorçamentárias (2)	0,37	0,4
Total (1) + (2)	105,15	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Para o alcance dos objetivos específicos e metas das entregas previstas no Plano Plurianual 2024-2027 no próximo biênio, o Estado estima um valor bruto de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 104,8 bilhões, os quais são originados, principalmente, do Tesouro Estadual, de operações de crédito, de convênios e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do Tesouro Estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, à cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 66,9 bilhões para o período.

Com relação às operações de crédito, o Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,30 bilhões, para assegurar o financiamento de projetos estratégicos, porém com uma gestão responsável em relação ao nível de endividamento público.

No que concerne às transferências provenientes, principalmente, de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado estima uma captação em torno de R\$ 2,6 bilhões.

O Estado conta ainda com outras receitas que envolvem recursos principalmente do Fundeb e da Complementação da União, que juntos totalizam R\$ 8,3 bilhões, recursos próprios previdenciários (R\$ 9,98 bilhões) e do Sistema Único de Saúde (R\$ 2,42 bilhões).

Dispêndios por Tipo de Programa

O PPA 2024-2027 é composto por três tipos de programas, conforme sua finalidade: os Programas Finalísticos geram bens ou serviços para a sociedade; o Programa Administrativo é voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado e; os Programas Especiais que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram entregas nem à sociedade e nem ao governo.

Tabela 2

Distribuição dos recursos por tipo de programa - Biênio 2026-2027.

Tipo de Programa	Valor (em R\$ bilhões)	%
Administrativo	14,45	13,75
Especial	23,60	22,44
Finalístico	67,10	63,81
Total	105,15	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Dispêndios por Eixo e Tema Estratégico

A alocação dos recursos por Eixo Governamental de Atuação Intersetorial e por Tema Estratégico está distribuída conforme Tabela 3, que apresenta os valores previstos para o período de 2026 a 2027, para os Programas Finalísticos, ou seja, excluindo-se o Programa Administrativo e os Programas Especiais.

Tabela 3

Distribuição dos recursos para os Programas Finalísticos, por Eixo e Tema Estratégico, em reais.

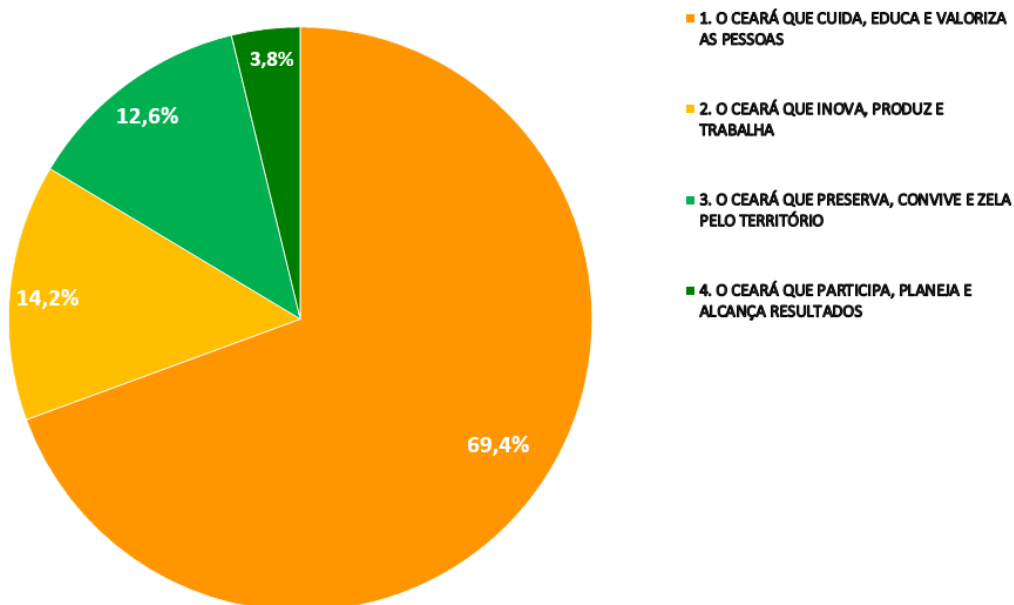
Eixo / Tema Estratégico	2026-2027	%
1. CEARÁ QUE CUIDA, EDUCA E VALORIZA AS PESSOAS	46.549.300.816,00	69,38
Acesso a Terra e Moradia	385.260.574,00	
Assistência Social	546.328.999,00	
Cultura	592.638.602,00	
Educação Básica	9.714.184.570,00	
Esporte	116.877.163,00	
Inclusão Social e Direitos Humanos	836.956.360,00	
Saúde	13.591.328.657,00	
Segurança Pública e Justiça	19.890.537.769,00	
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	875.188.122,00	
2. CEARÁ QUE INOVA, PRODUZ E TRABALHA	9.534.712.419,00	14,21
Agricultura Familiar, Agronegócio, Pesca e Aquicultura	883.642.410,00	
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.485.320.088,00	
Educação Profissional	2.215.488.621,00	
Educação Superior	2.404.648.187,00	
Indústria, Comércio e Serviços	169.291.740,00	
Infraestrutura e Logística	1.988.823.995,00	
Trabalho e Empreendedorismo	238.129.699,00	
Turismo	149.367.679,00	
3. CEARÁ QUE PRESERVA, CONVIVE E ZELA PELO TERRITÓRIO	8.430.608.882,00	12,56
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	4.670.472.706,00	
Energias Renováveis	303.257.384,00	
Meio Ambiente	259.825.547,00	
Recursos Hídricos	1.507.845.182,00	
Saneamento Básico	1.689.208.063,00	
4. CEARÁ QUE PARTICIPA, PLANEJA E ALCANÇA RESULTADOS	2.584.372.178,00	3,85
Gestão Fiscal	642.513.558,00	
Planejamento, Gestão e Transformação Digital	1.094.961.968,00	
Transparência, Ética e Controle	846.896.652,00	
Total	67.098.994.295,00	100,00

Fonte: Siof/Seplag.

Como se pode observar o Eixo 1 - Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as pessoas é o que concentra o maior volume de recursos alocados para o último biênio do PPA, com 69,4% . Isso porque nele estão contidas as políticas públicas de Saúde, Educação Básica e Segurança Pública e Justiça, que são os Temas Estratégicos que respondem por quase 65% de todos os recursos considerados. A seguir temos o Eixo 2 - Ceará que Inova, Produz e Trabalha, com 14,2%, depois o Eixo 3 - Ceará que Preserva, Convive e Zela pelo Território, com 12,6% e, por fim, o Eixo 4 - Ceará que Participa, Planeja e Alcança Resultados, com 3,8%.

Gráfico 1

Distribuição dos recursos por Eixo Estratégico - Biênio 2026-2027.



Considerando uma visão por Programa Finalístico, demonstra-se a seguir os 10 Programas com maior volume de recursos previstos para os próximos dois anos, que correspondem a 77% do valor total dos programas finalísticos. Seus valores para o biênio constam na Tabela 4:

Tabela 4

Os 10 Programas Finalísticos com maior volume de recursos previstos.

Tema Estratégico	Programa	2026-2027
Saúde	Atenção à Saúde, com Acesso Integral e de Qualidade	12.797.504.795,00
Segurança Pública e Justiça	Segurança Pública Fortalecida e Integrada à Sociedade	11.609.436.097,00
Segurança Pública e Justiça	Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional	5.316.616.379,00
Educação Básica	Desenvolvimento do Ensino Médio	5.199.957.502,00
Educação Básica	Educação em Tempo Integral e Complementar ao Ensino Médio	4.302.363.988,00
Desenvolvimento Urbano e Mobilidade	Mobilidade, Trânsito e Transporte	4.286.738.215,00
Educação Superior	Desenvolvimento Integral da Educação Superior	2.404.602.027,00
Segurança Pública e Justiça	Gestão do Sistema Penitenciário e Promoção da Ressocialização	2.134.784.669,00
Educação Profissional	Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio	2.051.911.752,00
Infraestrutura e Logística	Infraestrutura e Logística	1.595.283.301,00
Total		51.699.198.725,00

Fonte: Siof/Seplag.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO